



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA/PPGCP**

MAMIM ALFISSENE BACIRO BALDÉ

**MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSO DEMOCRÁTICO NA
GUINÉ BISSAU: O CASO DO MOVIMENTO DOS CIDADÃOS
CONSCIENTES E INCONFORMADOS (2016- 2019)**

**Salvador – BA
2024**

MAMIM ALFISSENE BACIRO BALDÉ

**MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSO DEMOCRÁTICO NA
GUINÉ BISSAU: O CASO DO MOVIMENTO DOS CIDADÃOS
CONSCIENTES E INCONFORMADOS (2016- 2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal da Bahia
(UFBA) como requisito parcial à obtenção do título de mestre
em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Tourinho Peres

**Salvador – Bahia
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

B175 Baldé, Mamim Alfissene Baciro
Movimentos sociais e processo democrático na Guiné Bissau: o caso do movimento dos cidadãos conscientes e inconformados (2016- 2019) / Mamim Alfissene Baciro Baldé. – Salvador, 2024.
175 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Tourinho Peres
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2024.

1. Guiné - Bissau. 2. Movimentos sociais. 3. Democratização. I. Peres, Daniel Tourinho. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.


CDD: 966.57

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira campos de Azevedo - CRB/5-1213


MAMIM ALFISSENE BACIRO BALDÉ

" Movimentos Sociais e Processo Democrático na Guiné Bissau: O caso do Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (2016- 2019)"


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciência Política, aprovada em vinte de março de dois mil e quatro pela Comissão formada pelos professores:

Documento assinado digitalmente
 DANIEL TOURINHO PERES
Data: 21/03/2024 13:20:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Daniel Tourinho Peres (FFCH – UFBA)
Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP)

Documento assinado digitalmente
 WENDEL ANTUNES CINTRA
Data: 21/03/2024 14:40:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wendel Antunes Cintra (FFCH - UFBA)
Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Documento assinado digitalmente
 RURIION SOARES MELO
Data: 21/03/2024 08:33:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rúrion Melo (USP)
Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar a participação política do Movimento dos Cidadãos Conscientes Inconformados (MCCI) no processo de democratização na Guiné-Bissau, abrangendo o período de 2016 a 2019. A pesquisa busca compreender o papel desempenhado pelo MCCI na construção de uma cultura democrática no país, considerando sua relevância política e social. O contexto que motiva este estudo remonta a 2015, quando a Guiné-Bissau enfrentou uma crise institucional, culminando no surgimento de diversos movimentos sociais engajados em protestos para expressar sua insatisfação com a situação política nacional. A importância desta pesquisa está intrinsecamente ligada à discussão sobre o impacto dos movimentos sociais no processo democrático guineense, destacando a potencial redefinição de seu papel como agentes de emancipação e construtores da democracia. O foco recai sobre a análise do MCCI, abordando sua origem, reivindicações e interação com a sociedade política guineense. Adicionalmente, examinamos a autonomia organizacional e política do movimento na formação de sua identidade, bem como seu impacto, ou a ausência dele, no processo de democratização da Guiné-Bissau. O embasamento teórico desta pesquisa incorpora obras de Teixeira (2015), Glória Gohn (2014), Nyong'o (2002), Przeworski (1987), Alonso (2009), Dahl (2001), Mendy (1996), Candé Monteiro (2020), Cardoso (1996), entre outros. Adotamos uma abordagem metodológica qualitativa de estudo de caso, apropriada para uma pesquisa exploratória. As técnicas metodológicas aplicadas incluem revisão da literatura sobre movimentos sociais e democracia, além da aplicação de questionários via *Google Forms* junto aos membros do movimento e ao público externo. A análise da influência do MCCI no processo de democratização da Guiné-Bissau é fundamentada nas teorias de democratização, destacando-se as Teorias de Movimentos Sociais, como a teoria do processo político (TPP), mobilização de recursos (TMR) e Novos Movimentos Sociais (TNMS). Nossa hipótese central argumenta que o MCCI exibiu uma notável habilidade de mobilização social e participação política, desempenhando um papel significativo no enriquecimento do debate democrático na Guiné-Bissau. No entanto, ressalta-se que o movimento não sustentou uma luta contínua e progressiva, resultando na incapacidade de consolidar suas conquistas e, conseqüentemente, falhando em contribuir efetivamente para a revitalização da democracia guineense.

Palavras-chave: MCCI; Guiné-Bissau; movimentos sociais; democratização.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the political participation of the Movement of Conscious Dissatisfied Citizens (MCCI) in the democratization process in Guinea-Bissau, covering the period from 2016 to 2019. The research seeks to understand the role played by MCCI in building a democratic culture in the country, considering its political and social relevance. The context motivating this study dates back to 2015 when Guinea-Bissau faced an institutional crisis, leading to the emergence of various social movements engaged in protests to express their dissatisfaction with the national political situation. The importance of this research is intrinsically linked to the discussion on the impact of social movements on the Guinean democratic process, highlighting the potential redefinition of their role as agents of emancipation and democracy builders. The focus is on the analysis of MCCI, addressing its origin, claims, and interaction with the Guinean political society. Additionally, we examine the organizational and political autonomy of the movement in shaping its identity, as well as its impact, or lack thereof, on the democratization process in Guinea-Bissau. The theoretical foundation of this research incorporates works by Teixeira (2015), Gloria Gohn (2014), Nyon'ó (2002), Przeworski (1987), Alonso (2009), Dahl (2001), Mendy (1996), Candé Monteiro (2020), Cardoso (1996), among others. We adopt a qualitative case study methodology suitable for exploratory research. Methodological techniques applied include a literature review on social movements and democracy, as well as the use of questionnaires via Google Form among the movement's members and the general public. The analysis of MCCI's influence on Guinea-Bissau's democratization process is grounded in democratization theories, particularly Social Movement Theories such as the political process theory (PPT), resource mobilization (RM), and New Social Movements (NSM). Our central hypothesis argues that MCCI exhibited a notable ability for social mobilization and political participation, playing a significant role in enriching the democratic discourse in Guinea-Bissau. However, it is emphasized that the movement did not sustain a continuous and progressive struggle, resulting in the inability to consolidate its achievements and consequently failing to contribute effectively to the revitalization of Guinean democracy.

Keywords: MCCI; Guinea-Bissau; Social movements; Democratization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP - Assembleia Nacional Popular
BM – Banco Mundial
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEI – Casa dos Estudantes do Império
CEA - Centro de Estudos Africanos
CNJ – Conselho Nacional de Juventude
CONAEGUIB – Confederação Nacional das Associações Estudantis de Guiné-Bissau
FLING – Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRAIN - Frente africana de Independência Nacional
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização da União Africana
PAIGC – Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado Português
PLUA - Partido para a libertação da União africana
PCA - Partido Comunista Africano
PRS – Partido de Renovação Social
UNTG - União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG)
UDEMU - União Democrática das Mulheres da Guiné
JAAC - Juventude Africana Amílcar Cabral e Pioneiros
PCD - Partido da Convergência Democrática
LGDH - Liga Guineense dos Direitos Humanos
AD - Ação para o Desenvolvimento
RENAJ – Rede Nacional das Associações Juvenis
MOJA - Movimento pela Justiça na África
SINAPROF – Sindicato Nacional dos Professores
ULG – União para Libertação da Guiné
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Conferência de imprensa do MCCI, 2016.	90
Figura 2 - Sana Canté, presidente do MCCI.	91
Figura 3 - Marcha do MCCI nas ruas de Capital Bissau	110
Figura 4 - Print da Página do Facebook do MCCI.	125
Figura 5 - Participantes do evento 'Djumbai' promovido pelo MCCI como parte da campanha de divulgação da guia do eleitor	127
Figura 6 - Imagem da bandeira do Movimento MCCI	129
Figura 7 - Integrantes do MCCI agredidos pelas forças policiais.	131
Figura 8 - Manifestantes civis agredidos pelas forças de segurança nacional durante um protesto organizado pelo MCCI em 21 de maio de 2017.	
Figura 9 - Vigília em frente à Casa dos Direitos, Bissau.	135

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Percurso Metodológico	18
1.2. Problemática do Estudo	22
1.3. Justificativa Do Estudo	24
1.4. Organização do Texto	26
2. FUNDAMENTOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS	28
2.1. Lições aprendidas	35
2.2 Experiências da Mobilização Coletiva dos Movimentos Sociais nos países africanos	39
3. AS EXPERIÊNCIAS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU	52
3.1. Mobilização social no regime colonial	52
3.1.1. As primeiras resistências	53
3.1.2. Os indicadores da segunda Resistência	58
3.2. Mobilização Social e a Construção do Estado Pós-Colonial: Regime Monopartidário	67
3.3. A Transição Constitucional e Mobilização social: Regime Multipartidário	73
4. OS LIMITES DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BISSAU-GUINEENSE	79
4.1. Os limites da Transição Democrática Bissau-guineense	79
4.2. A democratização e a participação política na Guiné-Bissau	84
5. O SURGIMENTO DO MOVIMENTO CIDADÃOS CONSCIENTES INCONFORMADOS (MCCI)	90
5.1. Origens do MCCI: um exame dos motivos fundamentais	90
5.1.1. O primeiro motivo	94
5.1.2. O segundo motivo	102
5.1.3. O terceiro motivo	107
5.2. MCCI: Demandas e Focos de ação	111
5.3. Composição e Característica do Movimento MCCI	119
5.4. Estratégias de mobilização do MCCI	123
5.5. MCCI: Os Desafios conjunturais	129
5.6. MCCI: A Legitimidade Participativa e reconfigurações políticas	139
6. CONCLUSÃO	145
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

DEDICATÓRIA

Aos meus amados pais, Nimam Baldé e Fatumata Binta Mané, por me ensinarem a cultivar resiliência e perseverança!

Minha gratidão a Deus (Allah) todo-poderoso e aos meus ancestrais, cuja força e orientação foram como uma bússola no mar tempestuoso.

Dedico esta dissertação aos meus queridos irmãos Mamadu Samba, Lamine Jofre, Alassana Baciro, Adulai Sadjo, e às minhas amadas irmãs Mariama Bah, Aissato Sunira, Nené Galle e Idjato Leila, pelo laço que nos une, pelo sangue e pela dignidade que compartilhamos.

A minha amada parceira e companheira de vida, Sunilza Lopes Rodrigues, pelo amor, compreensão e apoio incondicional que foram fundamentais em cada passo dessa trajetória.

De um jeito muito especial, dedico esta dissertação ao professor Paulo Bion Salum, meu tutor e mestre falecido, cujo legado foi fundamental na minha formação.

On djarama!

AGRADECIMENTOS

Preencher este espaço de papel dedicado à gratidão por todo o apoio recebido durante a realização desta pesquisa é uma experiência gratificante para mim. Pois, aprendi que é através das pessoas que cruzam nosso caminho que podemos fazer uma diferença positiva na humanidade, tornando-nos parte de algo eterno.

Por isso, quero expressar meu apreço aos respeitados professores do ilustre programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA-PPGCP), cuja generosa partilha de conhecimento é infindável. Expressar minha gratidão ao pessoal do CRH - Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - UFBA, pelo suporte.

Um agradecimento especial ao meu orientador, o Prof. Daniel Tourinho Peres, cuja orientação e apoio incondicional foram o farol que guiou minha jornada de pesquisa. Você é uma fonte de inspiração e referência acadêmica e profissional incrível.

Não posso deixar de mencionar meus colegas de programa e amigos/as, poucos, porém inestimáveis, que torceram por mim, me inspiraram e se revelaram preciosos. Agradeço também àqueles que, mesmo descrentes, se tornaram fontes de motivação, evidenciando minha resiliência e determinação.

À Guiné-Bissau, minha amada terra natal, e ao Brasil, minha segunda pátria, sou grato pelas oportunidades e pelas ricas experiências que enriqueceram minha trajetória acadêmica.

Agradeço também à CAPES pelo apoio financeiro fundamental concedido através da bolsa de estudos, que possibilitou minha permanência no programa de pós-graduação da UFBA e minha dedicação integral aos estudos e à pesquisa.

A todos os que prontamente aceitaram participar desta pesquisa, contribuindo na efetiva produção dessa dissertação, meu coração transborda de agradecimento.

Que esta dedicatória simbolize minha gratidão, marcada pelos obstáculos vencidos e pelas superações alcançadas. Que esta dissertação possa contribuir para o avanço do conhecimento, e que, unidos, possamos colaborar na construção de um país (Guiné-Bissau) mais equitativo e frutífero.

O olhar de um pesquisador – cidadão

Provenho de uma geração conduzida pelos atalhos intransitáveis, mas, precisando ser nutrido com a convicção de vislumbrar os verdadeiros caminhos que não se acham sem pisotear os espinhos. Uma geração que de perto se sentiu no horizonte, abismada com os imperativos sistemas políticos, adulteradas ideias do desenvolvimento e umas línguas codificadas provenientes de uma realidade distante, lá de longe. Por entre o público dessa geração, despontam uns muitos que se sentem abençoados e não mais aleijados por uma civilização bárbara que deixou alucinado/deformado os valores das suas pertenças, satanizando suas heranças (CAOMIQUE, 2020), mediante um processo persistente de obscurantismo histórico.

Apesar da incerteza que muitos abraçam em relação ao futuro, é essencial considerar as palavras sábias de Frantz Fanon, que ressaltam que cada geração deve descobrir e cumprir suas próprias missões. Essa compreensão profundamente enraizada impulsionou meu compromisso com uma missão maior: meu percurso formativo e intelectual. Através dela, destaco a relevância desta dissertação como o cumprimento do meu dever para com a Guiné-Bissau. Este trabalho representa uma oportunidade única para honrar a responsabilidade de contribuir para o progresso da nação e das futuras gerações.

Neste momento de reflexão, permito-me direcionar com convicção esta mensagem à *nha djintis*. Vejo na força de mobilização social a possibilidade de se concretizar uma promissora transformação à medida que cada cidadão se une, mobilizado por um objetivo comum: *um Guiné Mindjor!* Um projeto que abraça o potencial infinito para alcançarmos mudanças positivas *pa nô tchon*.

Contra os limites da participação cidadã impostos pelos regimes vigentes, diante dos infortúnios que até então travaram o caminho do desenvolvimento (florescer com dificuldade), um caminho longo e democraticamente instável foi percorrido! Desta realidade, gostaria de lembrar à minha geração que devemos cumprir a missão que é: assumir a liderança individual e coletiva e a reconhecida expectativa de alcançar o bem-estar geral em benefício de uma sociedade que responde positivamente aos desafios do seu tempo.

A história política que marcou a Guiné-Bissau desde a sua independência mostra que manter um processo de democratização estável é um grande desafio. Mas como afirmam Toro e Werneck (1996, p. 3), “a democracia é como o amor: não pode ser comprada, não pode ser ordenada, não pode ser forçada. A democracia só pode ser vivida e construída. Portanto, ninguém pode nos dar a democracia.” A democracia é a decisão da sociedade como um todo, baseada em um projeto revisto para construir e viver uma ordem social em que os direitos humanos e uma vida digna sejam possíveis para todos. É a ideia de que a democracia é construída pela vontade do povo, tanto daqueles que personificam a classe dominante da sociedade quanto daqueles que se colocam no lugar do cidadão comum e se submetem à representação dos eleitos.

A democracia é uma forma de construir a liberdade e a autonomia de uma determinada sociedade – no nosso caso, Bissau-guineense – que ela assume como princípio que sustenta seus valores e costura seu tecido social: o respeito e o reconhecimento da diversidade e da diferença, que pode ser étnica, de classe, ideológica, política, opinião, e assim por diante... isso faz dela um projeto de sociedade, uma escolha de modo de vida e uma luta por uma vida digna para todos os cidadãos.

Estou falando do ato de cultivar e expressar a cultura e a ética democrática, o que requer vontade, disponibilidade e participação ativa de toda a comunidade/sociedade. Isso se manifesta mais claramente na mobilização social, que Toro e Werneck (1996) entenderam como a livre convocação da vontade. Essas vontades obrigam um grupo de pessoas/cidadãos, com a mínima consciência dos seus desafios, a decidir e agir com um objetivo comum na busca diária dos resultados que desejam alcançar.

A expressão da cultura e da ética democrática não é um fenômeno novo em África porque na nossa realidade aprendemos que “intelectuais, acadêmicos, anciãos/idosos, músicos e artistas em geral, profissionais de qualquer área, as suas capacidades não têm valor senão pelas condições com que contribuem para a vida das pessoas, a menos que estejam fundamentalmente integrados na ação, pensamento e aspirações da população” (KI-ZERBO, 2010). Outros o chamam de espírito "UBUNTU", o reconhecimento de que eu sou porque tu és, em todas as dimensões da vida.

Para a Guiné-Bissau, onde após a conquista da independência, perante a realidade da política que se confirma como quase catastrófica - onde, por um lado, as

dinâmicas políticas são consideradas democraticamente distorcidas e distantes do que realmente se traduz como democracia efetiva e horizontal (em diálogo com valores e princípios endógenos do país) e, por outro lado, o conteúdo da complexa relação entre o Estado/governo e a sociedade civil/OSC - sem a pretensão de ceder ao desastre ou ao otimismo ingênuo, a circunstância labiríntica chama a atenção e alerta todos os que são instruídos a se envolverem em um projeto proativo de transformação.

Nestas circunstâncias, a minha geração é exortada a não se deixar levar por projetos mínimos que servem de “cortina de fumo”. Quando se trata dos desafios de nossa geração, o primeiro problema são os obstáculos que enfrentamos para organizar e expressar vontade política/opinião cidadã. São várias as razões que conduzem à não participação efetiva dos cidadãos guineenses na vida política do país – exceto em períodos eleitorais – o que bloqueia o crescimento da esfera pública através da participação e contestação.

A efetiva concretização do processo de auto-governança requer, indubitavelmente, a participação ativa e a ampla contestação proveniente da sociedade civil. Nesse contexto, tais elementos são não somente considerados imprescindíveis, mas também podem ser percebidos como um farol que emerge na obscuridade guineense, apontando para a possibilidade auspiciosa de revitalizar os espaços participativos. A sua materialização transcende, assim, meras idealizações, e busca alcançar o cerne da democracia, alinhando-se inextricavelmente às legítimas aspirações do povo guineense.

Embora a realidade política do país às vezes nos obrigue a pensar que os movimentos sociais como parte da sociedade civil estão longe de criar uma influência real nas esferas da política ou que não podem ter um impacto positivo nos rumos do projeto democrático nacional, (considerando a instauração de um regime autoritário mascarado com traços visíveis de um pretense totalitarismo democrático) estima-se que a organização democrático-coletivista, que se refere a alguns movimentos e organizações coletivas, sofra boas mudanças com a ajuda de toda a população.

Dentre as diversas justificativas a serem apresentadas, destaca-se a escolha de movimentos sociais, como o MCCI. Essa seleção se revela fundamental para uma análise aprofundada do impacto da juventude guineense na dinâmica política atual da

Guiné-Bissau. A busca por soluções viáveis ou até mesmo audaciosas frente aos desafios políticos em curso adquire, assim, relevância inquestionável.

Nesse ínterim, não podemos desconsiderar em nossas reflexões cotidianas as razões subjacentes à apatia dos cidadãos guineenses quanto à sua participação efetiva na vida política do país. Trata-se de uma temática de extrema importância, cuja negligência pode ser prejudicial à consolidação de um processo de democratização duradouro e sólido. Impõe-se, portanto, a necessidade premente de investigar os fatores que contribuem para essa passividade cívica, bem como de se estabelecer estratégias para fomentar o engajamento ativo e consciente da sociedade em prol do progresso democrático.

Ao elevar o MCCI e outros movimentos sociais ao centro das análises, desvela-se uma abordagem que nos proporciona uma visão mais abrangente e acurada da complexidade dos desafios políticos em território guineense, mas também da possível potencialidade que o despertar da consciência do exercício cívico pode trazer em benefício do país e da sua população em geral.

Ao analisar as mudanças sociais desencadeadas por mobilizações, constato que os resultados desejados ainda não foram plenamente alcançados. Não houve impacto substancial nas políticas públicas para o desenvolvimento, nem um fortalecimento consistente da revitalização democrática. Apesar disso, há progresso na sensibilização dos cidadãos para questões políticas e desafios relacionados à democratização.

A proposta de uma mobilização coletiva, liderada por uma organização da sociedade civil independente da cooptação estatal e alinhada aos princípios de legitimidade na representação dos interesses coletivos, fundamenta a convicção de ser a fórmula ideal para superar os desafios enfrentados pela Guiné-Bissau. Pois, cada homem e mulher guineense detém o potencial de contribuir significativamente para a construção de um futuro extraordinário para a Guiné-Bissau.

Esta dissertação não apenas busca oferecer uma reflexão profunda ao leitor, especialmente ao guineense, instigando um olhar crítico que aponte suas limitações, mas também se apresenta como um instrumento para aprimorar a visão em relação à trajetória política e ao associativismo guineense. Que este trabalho contribua para uma compreensão mais profunda e informada, promovendo, assim, um debate construtivo e enriquecedor sobre o futuro da Guiné-Bissau.

1. INTRODUÇÃO

A análise das mobilizações sociais, especificamente no contexto da organização e ação dos movimentos sociais, é essencial para a ciência política e a sociologia política, desempenhando um papel central nas ciências humanas. Diferentes perspectivas conceituais, provenientes de distintas tradições teóricas, como a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria de Processo Político (TPP) e a Teoria de Novos Movimentos Sociais (TNMS), dentre outras tradições teóricas, têm moldado de maneira significativa a compreensão dos movimentos sociais ao longo do tempo. Conseqüentemente, essas abordagens influenciam a caracterização, o conceito e a maneira pela qual as questões abordadas por esses movimentos são apresentadas.

A mobilização social para a ação coletiva por parte dos movimentos sociais é uma forma essencial de como a sociedade lida com suas questões, reunindo pessoas em torno de um objetivo comum para promover mudanças em níveis tanto estatais quanto sociais (GOMES, 2019). Essa mobilização e engajamento social têm sido frequentemente associados ao conceito de "ativismo". Por meio de movimentos sociais e outras formas de ação coletiva – campanhas, petições online, revoltas, boicotes, etc. – ativistas têm enfrentado uma variedade de desafios, incluindo regimes políticos opressivos, como a escravatura, colonização e ditadura, bem como ideologias totalitárias, fascistas e xenófobas (BIALOBORSKA; BARROS, 2020). Além disso, têm combatido modelos econômicos que se baseiam na exploração do ser humano, resultando em disparidades sociais em diferentes escalas (BIALOBORSKA; BARROS, 2020).

Esses grupos sociais, frequentemente “organizados territorialmente, tematicamente, geracionalmente e por afinidades identitárias são protagonistas das principais transformações sociais que se registram em diferentes países do mundo” (BIALOBORSKA; BARROS, 2020, P. 08), desempenhando um papel vital na produção de sociedades mais conscientes dos seus desafios sociopolíticos e culturais.

Na complexa teia da realidade africana, os movimentos sociais emergem como protagonistas das transformações fundamentais, desafiando questões sociais prementes e estruturas de poder arraigadas. Por isso mesmo, a investigação e reflexão sobre a mobilização social dos movimentos sociais enquanto partes importantes da sociedade

civil na Guiné-Bissau tende a proporcionar a oportunidade de reconsiderar o papel desses movimentos sociais como agentes da democratização e da emancipação. A narrativa, os símbolos e as estratégias de comunicação utilizadas por esses movimentos desempenham um papel importante na formação da opinião pública e na busca por mudanças em diversas esferas, sejam elas consideradas positivas ou negativas. Portanto, a maneira como eles retratam os problemas que enfrentam, especialmente no campo do político, é de suma importância e tem sido objeto de análise em várias disciplinas das ciências humanas, com destaque na Ciência Política.

Recentemente houve um renovado interesse no estudo de casos de movimentos sociais em países africanos como Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria, Angola, Moçambique, etc. (BARROS, 2014; TEIXEIRA, 2015, MONJANE, 2016; FILINGA, 2023), juntamente com outras regiões globais. Isso reflete a crescente atenção dada às complexidades da democracia, à participação da sociedade civil e às diversas formas de ação coletiva que emergem nesses contextos. Além disso, é notável a presença proeminente de organizações não governamentais, tanto locais quanto internacionais, como destacado por Mutzemberg (2015).

Na Guiné-Bissau, nosso caso específico, embora a constituição da república proclame garantias de liberdade política, acadêmica e de pensamento desde a abertura ao pluralismo político em 1991, a realidade histórica do país não reflete totalmente esses princípios. Profundas desigualdades econômicas persistem, e sucessivos governos têm tentado restringir a atuação da sociedade civil.

Este fato pode ser a variável explicativa do surgimento de novos movimentos e coletivos sociais, como o Movimento Cidadãos Conscientes Inconformados (MCCI), Mindjeris de Guiné nô lanta (MIGUILAN), Bassora de Povo, entre outros, que assumiram a forma de movimentos sociais e iniciativas coletivas. Esses movimentos têm se destacado por meio de manifestações de rua e, mais recentemente, pelo uso do ciberativismo, revelando uma profunda insatisfação da população com a liderança do país com pautas que giram em torno, essencialmente, da luta por mais democracia, direitos e equidade social.

É relevante destacar a carência de estudos sobre o tema nas ciências sociais guineenses, o que sublinha a necessidade de uma investigação mais aprofundada. Diante da crescente relevância dos novos padrões de mobilização social na realidade da Guiné-Bissau, especialmente nos últimos anos, o propósito central deste estudo é analisar a participação política do Movimento dos Cidadãos Conscientes Inconformados

(MCCI) no processo de democratização do país no período compreendido entre 2016 e 2019.

O MCCI, originado em 2016 após desencadear uma crise institucional decorrente da destituição do governo eleito nas eleições legislativas de 2014, representa um fenômeno relevante a ser investigado. Conforme a página 2 do estatuto do MCCI, o movimento foi concebido por um grupo de cidadãos nacionais com o intuito de avaliar a situação do país e convocar a participação popular reflexiva para contribuir com soluções viáveis para a atual crise política. O Movimento, definido como apartidário, tem como designação "Cidadãos Conscientes e Inconformados" (ESTATUTO MCCI, 2016, p.2)

Quanto aos seus objetivos gerais, o MCCI busca identificar mecanismos eficazes para superar a crise política, apoiar a estabilidade política e democrática, e promover a construção de um verdadeiro Estado de Direito. Além disso, seus objetivos específicos incluem abordar temáticas relacionadas ao Estado de Direito e à democracia, bem como fomentar debates públicos, palestras e encontros de reflexão sobre as atuações dos atores políticos e as condutas a serem adotadas. Entre outras questões, neste estudo, procuramos entender como esses objetivos são concretizados a partir da investigação do movimento no processo de democratização da Guiné-Bissau.

A escolha específica desse movimento se fundamenta no fato de que ele se destacou nas lutas sociais durante o período de transição democrática na Guiné-Bissau (2016-2019), ao realizar tanto mobilizações e manifestações presenciais de rua quanto atividades de ciberativismo. Essas ações atraíram uma significativa adesão de cidadãos guineenses, particularmente jovens provenientes de diversos estratos sociais e bairros distintos da capital, Bissau. A motivação por trás dessa mobilização foi diretamente associada ao confronto com o Estado, ou melhor, com o governo, destacando-se especialmente o confronto com a figura do então presidente da República, José Mário Vaz, JOMAV (2014-2020).

Ademais, este movimento em particular destacou-se como um dos mais politizados, desencadeando divergências de opiniões em relação a seus objetivos e à legitimidade de seu engajamento. As repercussões e influências desse fenômeno na sociedade guineense foram amplamente debatidas, refletindo uma dinâmica complexa que polarizou tanto os debates políticos quanto os sociais.

Portanto, com o propósito de estabelecer um estudo mais abrangente e consistente, iniciaremos nossa análise focada na IX legislatura em 2015, estendendo-a até o final de 2019. Esse período será contextualizado no âmbito histórico, englobando desde a época colonial até a fase de abertura democrática. Ao longo desta pesquisa, enfatizamos as experiências de ações coletivas que têm moldado o percurso político do país ao longo dos anos, com o intuito de obter uma compreensão mais profunda das lutas sociais que caracterizaram a trajetória guineense. Posto isso, antes de prosseguirmos, é importante informar as técnicas e métodos que utilizaremos para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

1.1. Percurso Metodológico

A abordagem metodológica qualitativa do estudo de caso parece-nos uma escolha adequada para a análise do MCCI na cena política guineense entre 2016 e 2019. Esta abordagem permite uma compreensão mais consistente do fenômeno em questão e fornece informações detalhadas sobre as experiências e ações do movimento. Optando por uma abordagem qualitativa, procuramos compreender os processos e significados subjacentes às suas ações. Nessa empreitada, o estudo de caso é um método comumente usado em pesquisa qualitativa porque permite um exame aprofundado de um fenômeno específico em um contexto específico.

Tendo o MCCI como o sujeito de estudo, examinamos as suas características, estratégias de ação, interações com outros atores políticos e impactos na cena política guineense. Do mesmo modo, tivemos a oportunidade de explorar as particularidades do MCCI no que diz respeito aos seus objetivos, estrutura organizacional, principais lideranças, apoio público, eventos-chave e outros aspectos relevantes. Isso nos facultou uma compreensão mais profunda das consequências políticas e sociais deste movimento no contexto guineense entre 2016 e 2019.

O método qualitativo de pesquisa perseguiu objetivos exploratórios, na medida em que, até o momento, pouco foi escrito sobre o sujeito, o MCCI, ou população em estudo, o que exige que o pesquisador desenvolva a compreensão a partir dos dados coletados, por assim dizer, brutos. Decidimos conduzir nossa análise com base em alguns procedimentos metodológicos, a saber:

Pesquisa documental com consulta a fontes primárias, ou seja, documentos do MCCI, incluindo atos constitutivos, cartas, comunicados de imprensa e qualquer outro

tipo de documento publicado, com parâmetros na classificação das notificações de movimento, pois os documentos particulares pertencentes ao movimento servem como fonte vital para a coleta de dados. Além disso, submetemos a exame um conjunto aprofundado de determinados documentos ou bases de arquivo e relatórios de determinadas organizações, como o relatório elaborado pela Liga Guineense dos Direitos Humanos, o relatório sobre a liderança política e civil na Guiné-Bissau, publicada em 2018, etc. considerando a sua credibilidade e representatividade, para que o processo de formulação de análises e interpretações dos dados seja o mais vigoroso possível (CELLARD, 2012).

Consultamos fontes secundárias, organizamos e lemos artigos, livros, teses e dissertações que discutem os aspectos históricos e conceituais dos movimentos sociais e do processo político de democratização na Guiné-Bissau, incluindo a atuação de outras organizações da sociedade civil, etc.

A partir da consulta a fontes secundárias, utilizamos três teorias: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), que ajuda a entender como o MCCI mobiliza recursos; a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), que explora como o MCCI promove a participação cidadã e fortalece a identidade coletiva; e a Teoria do Processo Político (TPP), que analisa as interações entre este movimento e outros atores. Essas teorias fornecem uma análise abrangente das categorias principais, como participação, experiência e identidade coletiva, e nos ajudam a compreender as relações entre o MCCI e o Estado/governo Bissau-guineense.

A distinção entre aspectos exógenos e endógenos na análise nos pareceu importante para a compreensão dos diferentes elementos que influenciam o movimento, conforme ensina Gohn (2014). Por isso, consideramos inicialmente os aspectos endógenos, analisando as manifestações públicas do MCCI, como manifestos e comunicados à imprensa, e o repertório comportamental do movimento, incluindo ações e estratégias adotadas pelo MCCI, como protestos, campanhas de conscientização e mobilização social. Quanto aos aspectos exógenos, analisamos elementos externos ao movimento, mas que o afetam. Neste caso, o enquadramento do cenário político de democratização, a insatisfação com o sistema político vigente ou a falta de transparência e participação podem ser fatores que favoreceram o surgimento do movimento e a sua interação com ONGs, sindicatos, ativistas Individuais.

Além desses materiais examinados, como é claro que o movimento em estudo é novo e, portanto, não possui muitos trabalhos referentes às suas atividades, decidimos

recorrer à consulta de fontes digitais, e para isso coletamos informações em sites, redes de páginas de mídia social, incluindo a página do Facebook do próprio movimento, jornais como "o democrata" e blogs (inter) nacionais de notícias como DW, EURONEWS, RFI, Bambaram di Padida, entre outros.

Devido à impossibilidade de conduzir entrevistas semiestruturadas presenciais com os membros do MCCI, optamos por criar e utilizar questionários por meio da plataforma digital *Google Forms* para coletar dados de campo. Estes questionários foram aplicados a militantes atuais e ex-militantes do movimento, assim como a indivíduos externos que possuem conhecimento das atividades desenvolvidas pelo MCCI durante o período selecionado para a análise de nossa pesquisa.

Entramos em contato com as principais lideranças do movimento, bem como com ex-membros que desempenharam um papel significativo na concepção e na evolução das atividades do movimento. No entanto, apesar de termos abordado um total de oito indivíduos, obtivemos respostas de apenas três entre eles, um membro atual e dois ex-membros do MCCI. Em relação ao público externo, considerando incluir as visões de atores sociais fora do movimento sujeito do estudo para complementar o tema de um ângulo diferente com testemunhas oculares privilegiadas que nos dão a oportunidade de construir a realidade a partir de uma perspectiva externa ao MCCI, enviamos os questionários para oito pessoas, recebemos respostas de quatro participantes.

Optamos por preservar a identidade dos participantes desta pesquisa, o que nos levou a indicar os diferentes participantes a partir de letras do alfabeto: participante A, participante B, e assim por diante. A organização dos questionários seguiu a característica do público alvo e separação em blocos. Assim, ela foi dirigida a três público-alvo: Lideranças, Militantes e ex - militantes do Movimento e atores externos ao movimento. As questões elaboradas seguem apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Quadro das Questões aplicadas na Pesquisa

Pergunta	Tópico
Pergunta 1	Gênese, organização e atuação do MCCI
1.1	Participação no MCCI
1.2	Dificuldades na efetivação dos trabalhos
1.3	Contribuição para a democratização na Guiné-Bissau

1.4	Processo de retirada de líderes e membros
Pergunta 2	Identidade, pautas e agendas políticas do MCCI
2.1	Motivação para o surgimento do MCCI
2.2	Principais pautas de reivindicações do MCCI
2.3	Relação das pautas com os problemas da sociedade guineense
2.4	Organização das mobilizações e estratégias de luta
2.5	Semelhanças ou diferenças com outros movimentos
Pergunta 3	Convergências e divergências com atores políticos e o Estado
3.1	Relação do MCCI com o Estado/governo
3.2	Principais conquistas alcançadas pelo MCCI
3.3	Tentativa de interferência política partidária

Fonte: Compilado pelo autor.

É importante acrescentar que traçamos os objetivos com uma perspectiva transversal na análise da evolução histórico-política da Guiné-Bissau, considerando as experiências de mobilização coletiva, a par de uma abordagem abrangente e multidisciplinar. A mobilização da ciência política, sociologia e história, nos permitiu uma compreensão mais profunda dos eventos e processos que moldaram o país ao longo do tempo. Ao recorrer a recorte temporal que abrange o processo colonial, a pós-conquista da independência e a transição democrática, levamos em conta história da Guiné-Bissau, explorando na nossa análise:

O processo colonial: a partir da análise das relações entre colonizadores e colonizados, bem como das formas de resistência e mobilização anticolonial; o período pós-independência: examinando a emergência do Estado guineense, os desafios enfrentados pela mobilização das organizações da sociedade civil face à construção de instituições políticas e sociais controladas pelo partido-Estado; e, finalmente, o período de transição para a democracia: a par de exames das mudanças políticas, sociais e institucionais ocorridas nesse período e os desafios enfrentados para a consolidação da democracia e a participação dos diversos atores políticos e sociais nesse processo que inclui o MCCI.

Na próxima seção, abordaremos o problema que orientou nossa investigação e definiu o objetivo principal do estudo. Além disso, apresentaremos a justificativa da importância do estudo do Movimento Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI)

para a área de Ciências Sociais de forma ampla, com um foco especial na Ciência Política.

1.2. Problemática do Estudo

A situação política na Guiné-Bissau, nas últimas décadas, tem sido marcada por crises que tiveram um impacto significativo no desenvolvimento dos movimentos sociais enquanto partes importantes da sociedade civil. Durante o regime de partido único, que vigorou nas décadas de 1970 e 1980, o Partido para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) controlava o Estado e a sociedade, criando diversos movimentos dentro de suas estruturas político-partidárias não apenas para promover sua ideologia revolucionária, mas também para não deixar espaço vazio para o surgimento de movimentos sociais autônomos (MENDY, 1996).

Entre esses movimentos internos ao PAIGC estavam a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), a União Democrática das Mulheres da Guiné (UDEMU), a Juventude Africana Amílcar Cabral e Pioneiros – Flores de setembro e Abel Djassi – (JAAC), que eram estruturas de base voltadas para trabalhadores, mulheres, jovens e crianças, respectivamente. O objetivo desses movimentos era promover o controle social e a formação de uma nova consciência nacionalista e identidade guineense, alinhada com a ideologia do PAIGC.

No entanto, durante a chamada “terceira onda de democratização”, termo cunhado pelo cientista político Samuel P. Huntington, que ocorreu nos países africanos entre 1980 e 1990, observou-se um notável crescimento de novas forças políticas – Partido da Renovação Social (PRS), Partido da Convergência Democrática (PCD), etc. – que se opunham ao regime socialista do PAIGC. Movimentos da sociedade civil começaram então a emergir como entidades não-governamentais, como a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), a Ação para o Desenvolvimento (AD) e a Tiniguena - “Esta terra é nossa”, entre outras. Cada uma delas defendia suas próprias bandeiras, tanto no âmbito da ecologia e agricultura quanto no campo dos direitos humanos e da política. Esse cenário suscita questões políticas e sociológicas pertinentes sobre os movimentos sociais no processo de democratização, especialmente no que tange às questões culturais, ecológicas, à formação de identidade e à expressão juvenil por meio de protestos sociais urbanos, notadamente na cidade de Bissau.

Dentro dessa perspectiva, este estudo examina as experiências de mobilizações e lutas coletivas desde o período colonial até a transição para o multipartidarismo, mapeando a evolução das ações de lutas coletivas e sua interação com os sistemas políticos vigentes. Com o foco principal nas atividades do Movimento dos Cidadãos Conscientes Inconformados (MCCI) entre 2016 e 2019, direcionamos nossa análise ao contexto da democratização, guiados por questões centrais:

- I. Como as três teorias - a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) – contribuem na abordagem dos movimentos sociais?
- II. Como é que as transformações políticas coloniais e do monopartidarismo marcaram a mobilização Social na Guiné-Bissau?
- III. Quais foram os desafios políticos e sociais da transição democrática na Guiné-Bissau?
- IV. Qual foi o contexto e as motivações que impulsionaram o surgimento do MCCI?
- V. Qual é a estrutura organizacional do Movimento e como ela influenciou suas ações e interações com o espaço público?
- VI. Quais são as reivindicações do MCCI e de que forma o Movimento moldou sua identidade em relação a outras entidades políticas e sociais dentro do contexto guineense?

Essas questões fundamentais nos orientam para a análise do movimento e se conectam diretamente com a pergunta inicial que orienta este estudo: até que ponto a participação do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI) contribuiu para o processo democrático, considerando a dinâmica sociopolítica da Guiné-Bissau?

Assim, os objetivos específicos da dissertação se estruturam da seguinte forma:

- I. Contextualizar os fundamentos conceituais sobre os Movimentos Sociais a partir do diálogo com a TNMS, TPP e a TMR, destacando o processo experiencial de ação coletiva nos países africanos.
- II. Descrever as transformações políticas coloniais e do monopartidarismo que marcaram as mobilizações sociais na Guiné-Bissau.

- III. Descrever os desafios políticos e sociais da transição democrática na Guiné-Bissau, incluindo questões como instabilidade política, corrupção e fragilidade institucional.
- IV. Analisar o contexto que propiciou o surgimento do MCCI e investigar os eventos e circunstâncias que o influenciaram, levando em consideração os fatores políticos, sociais e econômicos que desempenharam papéis-chave na formação do movimento.
- V. Examinar a estrutura organizacional e os métodos de atuação política do MCCI, abrangendo uma análise de suas estratégias de mobilização, bem como as iniciativas políticas empreendidas, incluindo manifestações, protestos, campanhas de conscientização e outras formas de envolvimento político.
- VI. Investigar a construção da identidade do MCCI e sua interação com outras entidades políticas, compreendendo sua postura em relação a diretrizes e agendas políticas e sociais, além de suas interações com partidos políticos, organizações da sociedade civil e instituições governamentais.

1.3. Justificativa Do Estudo

Durante a década de 1990, a Guiné-Bissau enfrentou desafios substanciais e persistentes no caminho em direção à democratização. Ao longo dos anos, esses desafios se constituíram como obstáculos políticos, sociais e institucionais, incluindo golpes de Estado e conflitos internos. Esses eventos têm comprometido a capacidade do país de manter uma transição política estável (TEIXEIRA, 2010). Como resultado, o desenvolvimento e a expressão de movimentos sociais dentro da sociedade civil têm sido severamente limitados, principalmente devido às restrições impostas pelo sistema político e partidário vigente.

Por outro lado, o período de 2015 a 2019 testemunhou uma nova onda de mobilização e lutas sociais, contando com a participação de diversas organizações da sociedade civil (OSC), incluindo o MCCI. Durante esse tempo, houve uma redução significativa das intervenções militares na esfera política, criando um ambiente mais propício para o envolvimento desses movimentos sociais em suas manifestações. Além disso, este período marcou o término do mandato do Presidente José Mário Vaz, eleito

em 2014, sendo o primeiro presidente na história política do país a concluir seu mandato. Isso é notável considerando as frequentes instabilidades políticas que marcaram a Guiné-Bissau, resultando em golpes de Estado.

Após as eleições de 2014, a crise institucional na Guiné-Bissau atingiu proporções críticas. Ao longo de cinco anos, José Mário Vaz nomeou vários Governos e seus respectivos primeiros-ministros, alguns dos quais falharam em formar um governo viável. Além disso, várias mudanças foram feitas no cargo de procurador-geral da República sob o pretexto de combater a corrupção (DW, 2019). O país foi afundando em uma grave crise que resultou na paralisação das principais instituições estatais, no fechamento da Assembleia Nacional Popular e em conflitos internos dentro do partido PAIGC, culminando na formação do partido Madem-G15.

Tais eventos desencadearam protestos e um sentimento emergente de descontentamento em relação à instabilidade política e à decepção com a liderança do país. Estes acontecimentos servem como um dos principais estímulos para a realização desta dissertação sobre o MCCI, cujo objetivo é compreender a sua participação no processo da transformação democrática do país.

Almejamos demonstrar que o debate em torno dos movimentos sociais é uma dinâmica intrínseca à sociedade, moldada tanto pelos tipos de regimes, como no caso específico do contexto democrático, quanto pelas diferentes abordagens teóricas e contextos históricos. Nosso foco central é apresentar as ações do MCCI no cenário político da Guiné-Bissau. Ao examinarmos e analisarmos as propostas e atividades desse movimento, buscamos compreender como suas iniciativas têm influenciado o debate em torno da democracia no país.

Analisaremos, portanto, de que maneira o MCCI impactou a ampliação ou não dos espaços de reivindicação e de "confronto político" por meio de sua participação e manifestação política, incluindo o estudo do impacto de manifestações, protestos e outras formas de engajamento cívico promovidos pelo movimento. Desta forma, investigaremos se as propostas do MCCI resultaram em um aumento do envolvimento dos cidadãos na esfera política, visando maior transparência e responsabilidade por parte dos atores políticos.

1.4. Organização do Texto

A estrutura deste trabalho se baseia em quatro capítulos principais, além da introdução e das considerações finais. No Capítulo I, intitulado "Fundamentos sobre os Movimentos Sociais", inicia-se com um breve levantamento conceitual dos movimentos sociais, incorporando entre outras tradições teóricas, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). O objetivo principal é estabelecer uma base para a compreensão dos movimentos sociais, enfatizando os principais conceitos e abordagens de cada tradição, bem como a importância de uma visão mínima do tema por meio do diálogo com as diferentes tradições. Posteriormente, em uma seção específica, concentra-se na descrição histórica das formas de ação coletiva dos movimentos sociais em alguns países africanos, considerando fatores geográficos, temporais e teóricos para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de comportamento coletivo no contexto do continente.

No Capítulo II, intitulado "As experiências da Mobilização Social na Guiné-Bissau", direcionou-se a atenção para a Guiné-Bissau, explorando a cultura política e a mobilização social durante o período colonial e monopartidário, assim como as mudanças políticas e as diferentes formas de ação coletiva que caracterizaram o país ao longo do tempo. A análise foi fundamentada principalmente na literatura nacional, que descreve os desafios enfrentados pelas organizações da sociedade civil em suas relações com o Estado/governo, desde a colonização até a atual abertura democrática. Destaca-se a relevância dessas experiências passadas para a compreensão das oportunidades e limites atuais da participação popular.

No Capítulo III, intitulado "Os limites da Transição Democrática Bissau-Guineense", é analisada a transição política e seu impacto no processo democrático em andamento. Abordamos os desafios enfrentados pela democracia na Guiné-Bissau, incluindo questões como instabilidade política, corrupção e fragilidade institucional, aprofundando-se nas dimensões da democracia.

No Capítulo IV, denominado "Análise do Movimento dos Cidadãos Conscientes Inconformados (MCCI)", focamos especificamente no MCCI e no contexto da nossa análise em curso. Discutimos o surgimento do MCCI, sua estratégia de mobilização, repertório de ações, objetivos, desafios e sucessos alcançados, além de explorarmos suas etapas de desenvolvimento e suas fontes financeiras e estratégicas. Destacamos a

importância de compreender os valores defendidos pelo MCCI e seu impacto potencial no processo de democratização na Guiné-Bissau, com referência a fontes como pesquisa bibliográfica, análise de documentos e depoimentos obtidos por meio de entrevistas.

2. FUNDAMENTOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Desde a década de 1920, o paradigma clássico predominante, que se estendeu até os anos 60, adotou uma abordagem sociopsicológica para explorar os movimentos sociais, ação coletiva e outras formas de mobilizações coletivas. As teorias psicológicas do final do século XIX, o funcionalismo, o interacionismo simbólico e o marxismo se destacaram entre as abordagens consideradas clássicas (MUTZENBERG, 2015).

A análise de Sousa e Pereira (2022) ressalta um avanço limitado na caracterização teórica dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Conforme apontado pelas autoras, essa limitação decorreu da predominância da visão individualista de que tais movimentos eram simplesmente articulações "marginais" perturbadoras da ordem estabelecida. Esta caracterização, frequentemente originada da elite governante e daqueles que se beneficiam do *status quo*, carrega uma conotação negativa. Esses movimentos sociais englobam diversas categorias, incluindo movimentos trabalhistas, sindicais, anti-imperialistas e sufragistas, todos buscando promover mudanças sociais, políticas e econômicas significativas e desafiando frequentemente as estruturas de poder existentes.

Nessa época, por conta dessas caracterizações negativas dos movimentos sociais, segundo Glória Gohn (2014), houve uma ênfase na distinção entre ação institucional e não institucional. Essa distinção se tornou um divisor que categorizou duas bases para a ação social: a base institucional, incluindo partidos políticos, empresas, organizações não-governamentais e alguns grupos de interesse, que seguia os padrões estabelecidos nas estruturas institucionais; e a base não institucional, caracterizada por mobilizações de rua, movimentos sociais e outras formas de ação coletiva que operam fora das instituições estabelecidas, sendo percebidas como ameaças ao consenso social.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais emergentes eram considerados práticas sociais à margem do que era considerado "normal" na sociedade, uma ideia que teve origem no campo da sociologia do século XX e na compreensão de que sujeitos que formavam multidões que acabam resultando em movimentos mais organizados estariam sujeitas a agir impulsivamente (SOUSA; PEREIRA, 2022). Essa simplificação era uma característica comum na análise dos movimentos sociais sob a teoria do sistema

de ação social, que levou à concepção funcionalista. Revoltas de massa e interpretações psicossociais eram entendidas como expressões do comportamento coletivo que manifestavam impaciência sem a utilização de ação ou pensamento crítico.

Brandão (2011) argumenta que as distinções entre ação institucional-convencional e comportamento coletivo não institucional não captam adequadamente a complexidade da interação política em processos de democratização nos quais não houve uma ruptura clara da ordem institucional. Enquanto a ação institucional segue as normas sociais estabelecidas, o comportamento coletivo não institucional é visto como resultado de situações indefinidas e não institucionais que podem levar ao colapso dos mecanismos de controle social. No entanto, essa distinção não consegue abranger toda a complexidade das dinâmicas políticas durante processos de democratização.

Entre o século XIX e o início da globalização e do capitalismo tardio, há uma transição para o século XX, cobrindo o período de 1901 a meados do século XX. Essa fase testemunhou eventos importantes, como as duas guerras mundiais, a Grande Depressão e mudanças sociais, políticas e econômicas substanciais ao nível global. Entretanto, entre o século XIX ao século XXI houve mudanças no modo como os movimentos sociais são vistos. Conforme aponta Lucas Brandão (2011), o século XX foi marcado pelos impactos das “grandes mudanças do século XIX vividas na pele pela população, tais como a urbanização, a industrialização, a formação e propagação do modelo de Estado-Nação dentro do cenário de desenvolvimento do capitalismo” (PEREIRA; SOUSA, 2022, p. 10).

Ao discutir as transformações sociais influenciadas pela globalização e pelo capitalismo tardio, Alonso (2009) destaca a emergência de uma nova ordem social marcada por mudanças rápidas e extensas. Nesse contexto, o consumo passa a desempenhar um papel de extrema importância na expressão e diferenciação social, sendo impulsionado pelo padrão dominante de individualização. A perspectiva inicial sociopsicológica do século XIX era que a “mobilização coletiva eclodir-se-á apenas como irracionalidade ou, conforme Smelser, como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograram canalizar” (ALONSO, 2009, p.50). Mas a compreensão dos movimentos sociais evoluiu ao longo do tempo.

No século XIX, os movimentos sociais eram percebidos como práticas sociais marginais à sociedade e frequentemente sofriam repressão por parte do Estado.

Contudo, no século XX, novas perspectivas começaram a emergir, destacando a relevância dos recursos materiais e simbólicos para o êxito dos movimentos sociais. Com o advento do século XXI, as transformações sociais impulsionadas pela globalização e pelo capitalismo tardio deram origem a novas formas de compreender os movimentos sociais. Isso porque a interpretação do que são e quão importantes são, evoluiu consideravelmente à medida que outras tradições teóricas relacionadas à discussão sobre o assunto passaram a reconhecer aspectos positivos em suas manifestações.

Se os Movimentos sociais eram apreciados como movimentos de indivíduos que se veem frustrados em suas expectativas ou como um movimento de indivíduos. O marxismo vem ver no movimento não o movimento de indivíduos, mas de um ser coletivo, a classe. Movimento social é, então, movimento de classe. A tradição marxista reconheceu que tais ações refletem a racionalidade das pessoas que, ao se conscientizarem de sua exclusão socioeconômica, unem-se para proteger seus interesses, como acesso a serviços essenciais, empregos dignos, saúde e educação de qualidade.

Conforme observa Brandão (2011), em contraposição ao paradigma clássico com sua interpretação centrada numa dimensão sociopsicológica, autores da tradição marxista clássica, como Barrington Moore e Eric Wolf, destacaram a racionalidade das ações coletivas. Segundo esses autores, a origem dessas ações é estrutural, mas os conflitos que delas emergem, é consequência da lógica de exploração inerente ao sistema político e econômico, em particular ao processo produtivo capitalista. Esses conflitos não desaparecem, portanto, com a transição para a modernidade, persistindo como uma característica intrínseca do sistema.

A perspectiva marxista sobre os movimentos sociais provocou uma mudança de paradigma em relação à concepção de sua irracionalidade, ao destacar a tese das respostas racionais e a importância da cultura política na formação de sujeitos políticos em contextos essenciais para o desenvolvimento econômico e as relações de produção que moldam esses movimentos (SOUSA; PEREIRA, 2022). Ou seja, para o marxismo, a cultura política é moldada pelas relações de produção. As classes sociais dominantes, por meio de seus mecanismos de dominação, buscam inculcar uma cultura política que legitime seu poder. As classes subalternas, por sua vez, desenvolvem uma cultura política de resistência, que contesta a ordem social vigente.

Nos países industrializados da Europa, as discussões concernentes aos movimentos sociais mostraram sua composição predominantemente formada por coletivos das camadas sociais menos favorecidas. A partir de uma perspectiva teórica enraizada no marxismo, a conceituação de movimentos sociais passou a focar principalmente naqueles liderados por trabalhadores, especialmente os empregados nas indústrias, integrando elementos de consciência e ação racional que haviam sido negligenciados em análises anteriores.

O conceito de movimentos sociais passou por uma evolução teórica significativa, ganhando maior consistência por meio das contribuições de novas tradições teóricas que identificaram suas limitações, divergiram e complementam a discussão sobre o tema. Um ponto crucial de inflexão histórica e teórica ocorreu com a explosão de numerosos protestos sociais singulares nos países capitalistas desenvolvidos durante os anos 60 e 70. Essas mobilizações e confrontos evidenciaram uma reformulação das teorias das ações coletivas, que até então não conseguiam explicar por que os movimentos de protesto eram liderados não pelos trabalhadores, mas sim por estudantes, donas de casa, entre outros (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; GOHN, 2014).

No âmbito universitário, o desafio de compreender a complexidade dos eventos em curso estimulou o surgimento de três vertentes distintas. Estas não apenas buscaram preencher lacunas teóricas deixadas pelas tradições anteriores, mas também se propuseram a oferecer uma compreensão mais abrangente e adaptada à dinâmica em evolução (PEREIRA; SOUSA, 2022).

De um lado os europeus, com contribuições significativas de Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, reunidos sob a ótica da "Teoria dos Novos Movimentos Sociais"; do outro lado, duas vertentes norte-americanas, primeiro por meio da Teoria de Mobilização de Recursos, defendida por McCarthy e Zald (1977), e segundo por Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam, Jack Goldstone e o italiano Mario Diani, que olharam para os movimentos sociais sob a ótica da Teoria do Processo Político ou, mais recentemente, de uma Teoria do Confronto Político (Contentious Politics). (BRANDÃO, 2011, p. 126).

Ao explorar o mesmo período temporal, Angela Alonso, em sua abordagem, destaca essas três correntes teóricas de grande importância sobre "movimentos sociais". McCarthy e Zald (1977) são os proponentes da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Em contraposição às explicações que abordam as mobilizações coletivas em

termos de emoções coletivas, McCarthy e Zald enfatizaram o extremo oposto: a racionalidade. Desafiando o funcionalismo, argumentaram que os movimentos, como o movimento por direitos civis nos Estados Unidos, não eram expressões caóticas de insatisfações individuais não canalizadas, mas sim tinham sentido e organização.

Em oposição às visões economicistas do marxismo, McCarthy e Zald sustentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização, seja por privações materiais ou interesses de classe, estão sempre presentes. No entanto, consideraram esses fatores inócuos para explicar a formação de mobilizações coletivas. Para eles, o aspecto mais importante era não apenas identificar as razões, mas explicar o processo de mobilização em si. O que revela que o debate sobre a temática dos movimentos sociais foi estimulado por uma discussão extensa envolvendo cientistas sociais europeus e norte-americanos em um diálogo intelectual.

Por além das teorias que frequentemente são associadas à escola norte-americana, as Teorias de Mobilização de Recursos (TMR) e do Processo Político (TPP), surgiu também o paradigma europeu de ação coletiva, representado pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Essas teorias têm se destacado no estudo dos movimentos sociais, estabelecendo o campo como um tema específico das Ciências Sociais. Embora não sejam mutuamente excludentes, cada uma desenvolveu sua própria estrutura de análise (CARLOS, 2011).

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) adaptou princípios da sociologia das organizações ao estudo dos movimentos sociais, equiparando-os a empresas ou grupos de interesse, com ênfase na importância da organização e do planejamento (GOHN, 2014). Os estudiosos da TMR enfatizam a tomada de decisão coletiva como um ato deliberado e consciente, fundamentado em uma avaliação racional de interesses e restrições.

No entanto, ao aplicar esse quadro ao contexto de países subdesenvolvidos, como a Guiné-Bissau, é imperativo considerar as limitações de recursos, especialmente econômicos e materiais, enfrentadas por muitos movimentos sociais nesses contextos. Da mesma forma, a ênfase na tomada de decisão coletiva como um cálculo racional deve capturar as dinâmicas e motivações complexas dos atores nessas circunstâncias desfavoráveis.

Por outro lado, a teoria do processo político (TPP), juntamente com a teoria dos novos movimentos sociais (TNMS), emergiu como uma alternativa à perspectiva

marxista tradicional, rejeitando abordagens deterministas e econômicas para explicar a ação coletiva e propondo uma visão mais dinâmica dos desafios políticos entre "detentores do poder" e "desafiadores". Carlos (2011) destaca que os teóricos do TPP mantêm o foco na racionalidade e estratégia da ação, substituindo a centralidade atribuída à mobilização de recursos econômicos organizacionais pela dimensão política cultural do movimento social, ressaltando o papel do contexto político-institucional na emergência da ação coletiva (TARROW, 1997; DELLA PORTA & DIANI, 2006).

No entanto, a TPP, ao enfatizar a dimensão política e cultural dos movimentos sociais, deve também evitar subestimar os desafios estruturais e econômicos enfrentados por países subdesenvolvidos, a fim de evitar uma compreensão limitada das causas subjacentes dos movimentos sociais nesses contextos. Além disso, é essencial considerar adequadamente as nuances das relações de poder e das estruturas de dominação presentes em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Ao levar em conta essas considerações, a busca por uma definição dos movimentos sociais contemporâneos revela contribuições importantes da abordagem do Processo Político (TPP), exemplificada pelo trabalho de Charles Tilly (1978) em "*From Mobilization to Revolution*". E a perspectiva dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), influenciada pelo sociólogo francês Alain Touraine (2010), oferece uma visão alternativa com obras fundamentais, como o livro intitulado "*La Voix et le Regard: Pour une autre histoire des mouvements*" (PICOLOTTO, 2007; MALFATTI, 2011; PERALVA, 2019).

Na visão de Tilly (1978), um movimento social é definido como uma campanha coletiva direcionada às autoridades relevantes, utilizando estratégias e eventos para conscientizar sobre a causa e mobilizar apoio público, representando publicamente valores e compromissos que sustentam o movimento. Por outro lado, Alain Touraine (2010) argumenta que um movimento social deve estabelecer uma identidade clara para seus membros, contrastando com outros atores sociais problemáticos e visando a uma transformação social abrangente (PERALVA, 2019; MALFATTI, 2011). A partir desses critérios, a conceituação dos movimentos sociais é decisivamente caracterizada por três elementos: o sujeito, seus rivais e as questões em jogo (PICOLOTTO, 2007).

Não seria exaustivo reforçar que a abordagem dos movimentos sociais contemporâneos pela TNMS possibilitou a compreensão das lutas relacionadas a questões culturais, simbólicas e identitárias, dentro de um amplo contexto cultural

estabelecido em laços de confiança e solidariedade. Os movimentos são construções sociais, e sua ação é influenciada pela interação de metas, recursos e desafios em um ambiente com oportunidades e restrições (MELUCCI, 1989; BUECHLER, 1995; DELLA PORTA & DIANI, 2006). Essas contribuições da TNMS são valiosas para a aplicação em diversas realidades, desde que não minimizem as preocupações imediatas relacionadas à distribuição desigual de recursos e oportunidades e enfatizem a formação de novas identidades e culturas, sem negligenciar as realidades materiais enfrentadas por muitos grupos nos países em desenvolvimento.

Considerando a vastidão do campo em que atuam os movimentos sociais e evidenciando a convergência entre tradições teóricas diferentes, em algum momento a noção de movimento social foi substituída por alguns pesquisadores, incluindo Alberto Melucci, que optou por usar o termo "ações coletivas" e propôs uma nova definição, destacando que devem ser entendidas como categorias analíticas, em vez de fenômenos observáveis. Conforme Gohn (2014, p. 155), Melucci descreveu as ações coletivas como "a união de diferentes tipos de conflitos baseados no comportamento dos atores em um sistema social". Essa ideia aponta para ações coletivas que fortalecem a solidariedade, expressam conflitos e ultrapassam os limites aceitáveis no sistema em que ocorrem.

Melucci sugere que o que define uma ação coletiva é a disputa entre dois grupos pelo mesmo objeto e também que o sistema político e a estrutura social servem como formas pelas quais surgem esses comportamentos coletivos (GOHN, 2014). Esse modelo autorreflexivo ajuda a compreender como os movimentos se desenvolvem e por que as pessoas formam laços de solidariedade, mesmo sem obter benefícios diretos. Assim, facilita compreender que a luta dos grupos coletivos vai além de sua integração no sistema político ou da busca por vantagens materiais, incluindo a formação de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos (CARLOS, 2011).

2.1. Lições aprendidas

A discussão sobre os movimentos sociais à luz das tradições teóricas apresentadas oferece uma perspectiva fundamental, especialmente no contexto da realidade africana, a ser detalhada adiante. Todavia, de acordo com De Mello (2016) em seu artigo "Reflexões críticas sobre o debate dos movimentos sociais na África", destaca-se a tendência de alguns autores em generalizar e simplificar o conceito de movimento social (DE MELLO, 2016).

Segundo o autor, esses autores adotam uma visão ampla, incluindo qualquer ação coletiva no contexto político africano, sem considerar suas especificidades e contextos históricos. Paralelamente, outros negam a validade desse conceito na África, alegando sua intrínseca ligação aos processos históricos europeus, tornando-o inaplicável ao contexto africano (DE MELLO, 2016).

É imperativo reconhecer que ao generalizar ou rejeitar o conceito, os pesquisadores arriscam distorcer a realidade política de outras sociedades, reproduzindo um modelo analítico eurocêntrico. Portanto, torna-se fundamental considerar as particularidades e trajetórias históricas em diferentes contextos, tanto africanas quanto europeias ou americanas. No entanto, é essencial evitar a concepção de que a África seja um caso isolado, com uma experiência completamente separada do mundo. As experiências históricas evidenciam a mútua influência entre diversas sociedades, o que implica na aplicabilidade de muitas das teorias dos movimentos sociais desenvolvidas na América do Norte ou no Ocidente às realidades africanas.

Portanto, não se trata de negligenciar o entendimento de que o suposto caráter universal das teorias anteriormente expostas implicava também a submissão, sob tais conceitos, dos mais diversos protestos a uma homogeneização, transformando-os em algo que não eram - uma totalidade - ou mesmo levando à exclusão de protestos que não se encaixavam nesses modelos (MUTZENBERG, 2015). No entanto, percebe-se, por meio das leituras realizadas, uma ampla variedade de abordagens que dialogam com diferentes perspectivas teóricas sobre os movimentos sociais, incluindo aquelas relacionadas à África.

É incontestável que a condução de pesquisas acerca das mobilizações dos movimentos sociais manifesta uma variabilidade intrínseca ao tempo, às temáticas e ao contexto em que se desdobram. Sobretudo, é fundamental frisar que distintas dinâmicas históricas e sociais têm promovido experiências singulares no que tange à mobilização social dos movimentos, estabelecendo notáveis discrepâncias entre o norte e o sul global.

Em determinado momento, enquanto no norte global, as lutas predominam nas esferas trabalhistas, feministas, ambientais e políticas de identidade, é vital salientar que no sul global, especialmente na África, como exemplificado pela realidade na Guiné-Bissau, os movimentos sociais frequentemente direcionam suas energias para problemáticas relacionadas à defesa dos territórios previamente invadidos por imperialistas europeus. Adicionalmente, concentram-se nas questões associadas à exploração de recursos naturais e às condições de trabalho, abrangendo a marginalização de grupos étnicos específicos e a preservação das culturas locais originais, muitas vezes ameaçadas pelo impacto nefasto dessas dinâmicas socioeconômicas.

Nesse contexto, a luta pela autonomia territorial é intrinsecamente conectada à resistência contra as imposições históricas do imperialismo, que deixaram marcas profundas na sociedade e na estrutura política desses países. Porém, ao abordar essas questões, importa reconhecer a interseccionalidade entre os desafios enfrentados pelos movimentos sociais no sul global, considerando não apenas a dimensão econômica, mas também as complexidades culturais e étnicas que moldam as dinâmicas sociais.

Considerando essa diversidade de pautas emergentes, é interessante, como aponta Elizabeth Casimiro, levar em consideração as especificidades de cada contexto ao produzir conhecimento sobre manifestações coletivas. Mas, a ênfase na particularidade não implica que tudo o que ocorre na África, por exemplo, possua uma lógica singular e isolada, alheia a influências externas (MUTZENBERG, 2015).

Brandes e Engels (2011, p.5) esclarecem e nós concordamos que,

Sem dúvida, atores, ideias e normas internacionais e, em particular, 'ocidentais' influenciam os movimentos e lutas sociais africanas. Além disso, destacamos dois aspectos: primeiro, existem movimentos sociais na África que refletem menos as ideias 'ocidentais' – e que, portanto, são dificilmente reconhecidos como movimentos sociais de

uma perspectiva ocidental, nem acadêmica, nem ativista. Trata-se, por exemplo, de organizações religiosas como a Sociedade Nasr Allah al-Fatih da Nigéria, descritos por Benjamin Soares (Soares 2009) ou movimentos etno-nacionalistas como retratados por Kehinde Olayode nesta edição. Em segundo lugar, em vez de ver os movimentos africanos moldados unilateralmente por influências globais e 'ocidentais', enfatizamos que as histórias e os conceitos de 'África' e 'Ocidente' estão inseparavelmente interligados e entrelaçados (cf. Randeria 1999). (tradução nossa).

Compreender que o surgimento e a atuação de movimentos sociais são amplamente influenciados por condições sociais, políticas e econômicas é importante, independentemente do contexto, seja no ocidente ou nas regiões africanas. Entretanto, é imprescindível considerar as diferenças nas pautas reivindicadas, pois essas diferenças são o que distingue os tipos de movimentos sociais, como os ecológicos, feministas, políticos, entre outros. Além disso, é aconselhável levar em conta as condições externas e internas que afetam a forma de mobilização e o sucesso ou fracasso desses movimentos.

Portanto, acreditamos que os elementos conceituais e teóricos propostos pela tradição contemporânea sobre movimentos sociais podem contribuir significativamente para a análise da experiência de protestos sociais na Guiné-Bissau. Concordamos com Brandes e Engels (2011) ao afirmar que os movimentos sociais na África são de natureza diversificada, implementando as suas próprias estratégias e, ao mesmo tempo, fazendo uso crítico de ideias e experiências ocidentais, como o capital, as formas organizacionais e os métodos de ativismo. Dessa forma, é imperativo buscarmos estabelecer um diálogo que reconheça as diferenças no tempo e nas abordagens escolhidas para a análise, ao mesmo tempo, em que destaca a complementaridade de elementos conceituais e históricos.

Percebe-se, assim, que do ponto de vista conceitual, a falta de uma definição universal e consensual de movimento social leva a uma ampliação do conceito para abranger o máximo possível os contornos específicos dos diversos tipos de ações coletivas neste trabalho apresentadas. Neste caso, são incluídos: os movimentos étnicos, com suas ações de resistência, principalmente em defesa da preservação de valores culturais; os movimentos de independência, que lutam pela libertação e são denominados movimentos sociais antissistêmicos por Immanuel Wallerstein (DE MELLO, 2016). Esses movimentos ocorreram em uma dinâmica sociocultural na qual a liberdade política, sociocultural e econômica dos povos colonizados estava em jogo.

Além disso, são abrangidos, os movimentos contemporâneos que trabalham em prol do desenvolvimento social, da participação democrática e do estabelecimento da justiça social, conforme as normas oferecidas pela experiência de democratização. Essa ampliação do conceito de movimento social é justificada pela necessidade de compreender a diversidade das ações coletivas que ocorrem na sociedade Bissau-guineense.

Com base nas definições fornecidas pelas tradições teóricas mencionadas anteriormente, é plausível classificar o Movimento dos Cidadãos Conscientes Inconformados (MCCI) na Guiné-Bissau como um movimento social. Essa categorização decorre não apenas do seu envolvimento ativo na esfera pública, mas também das suas agendas e modalidades de organização ao longo do tempo, as quais instigaram discussões e debates no processo de democratização do país. Ao examinar as características do MCCI sob a ótica das teorias previamente discutidas, torna-se evidente que, em algum momento, o movimento se configurou como uma entidade empenhada em impulsionar transformações no âmbito social, político e econômico.

A categorização do MCCI como um movimento social é derivada da percepção desenvolvida ao longo deste estudo. No entanto, é importante ressaltar que ao longo do texto, o leitor poderá concordar ou discordar dessa perspectiva. A caracterização proposta fundamenta-se em uma análise aprofundada do movimento, a qual será devidamente explorada adiante. Além disso, a ênfase do MCCI em questões sociais e políticas essenciais alinha-se com a evolução da compreensão dos movimentos sociais, agora reconhecidos como atores indispensáveis na busca por mudanças significativas nos contextos em que operam.

Ademais, o MCCI, enquanto parte da sociedade civil na Guiné-Bissau, demonstrou nas suas atividades reivindicativas, a interação de metas, recursos e desafios em um ambiente com oportunidades (distanciamento dos militares nos assuntos políticos) e restrições (violência policial, etc.), conforme sugerido pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Sua ação coletiva também pareceu basear-se na conscientização e mobilização pública, representando valores e compromissos que sustentavam o movimento, segundo as características definidoras dos movimentos sociais, de acordo com Tilly (1978).

Na próxima seção, destacamos os movimentos sociais que surgiram em países africanos, demonstrando um protagonismo notável em lutas sociais e políticas. Esses

movimentos abrangem questões vitais relacionadas aos direitos humanos, frequentemente negados aos africanos durante o período colonial. Além disso, enfocaremos as suas reivindicações em prol da construção de Estados democráticos de direito, responsivos às demandas públicas essenciais, como a garantia da liberdade de expressão, opinião e acesso a serviços básicos.

2.2 Experiências da Mobilização Coletiva dos Movimentos Sociais nos países africanos

O surgimento de movimentos sociais nas Áfricas frequentemente se relaciona com condições que restringem a plena realização da liberdade de expressão e o respeito aos direitos humanos. Durante o período colonial, assim como no pós-independência e na transição para a democracia, os direitos fundamentais foram frequentemente violados ou inadequadamente protegidos.

No contexto político da África, é essencial destacar que até cerca de 1880, aproximadamente 80% do território africano era regido por monarcas locais e líderes de clãs, em uma variedade de entidades políticas, como impérios, reinos e comunidades diversas (BOAHEN, 2010). Contudo, nos anos subsequentes, essa dinâmica passou por uma transformação extraordinária, para não dizer radical.

Segundo Boahen (2010), em 1914, com exceção da Etiópia e da Libéria, a totalidade da África foi submetida à dominação de potências europeias, resultando na divisão do continente em colônias de extensões diversas e, muitas vezes, com pouca ou nenhuma relação com as estruturas políticas pré-existentes. Esta transição não apenas impactou a soberania e a independência africana, mas também teve efeitos significativos sobre seus valores culturais.

A colonização se concretizou por meio das transformações nas estruturas sociais, econômicas e políticas das nações colonizadas. O continente africano passou por mudanças profundas com a imposição da escravidão, da ideia de inferioridade e da violência perpetrada contra as populações locais. Nesse contexto, a evangelização realizada pelas instituições religiosas coloniais se contrapôs aos valores religiosos e tradições predominantes nas sociedades africanas.

Houve também o processo de expropriação de terras, o qual gerou insatisfação e levou os africanos a questionarem a dominação imposta pelo ocidente na forma de discriminação racial, como no caso da África do Sul (Apartheid), acompanhada de uma

clara desvalorização cultural. Essas mudanças convergiram em fatores de grande escala, catalisando a interpretação dos protestos africanos contra a erosão de suas ordens institucionais, políticas, econômicas, culturais e sociais.

Boahem (2010) explica que os africanos só tinham duas opções: ou renunciar sem resistência à soberania e à independência, ou defendê-las a qualquer custo. A maioria dos líderes africanos optou, sem hesitar, pela defesa de sua soberania e independência, mesmo diante das estruturas políticas e socioeconômicas de seus Estados e das múltiplas desvantagens que enfrentaram (BOAHEN, 2010). A opressão colonial, baseada em critérios raciais, inesperadamente promoveu uma união entre os povos subjugados em territórios coloniais específicos.

O intervalo que vai do início do século XX até a década de 70, de 1900 a 1979, é marcado por resistências étnicas menos organizadas e frequentemente conduzidas de maneira individualizada, tanto por grupos étnicos distintos quanto pela falta de articulação de estratégias comuns de resistência entre os países africanos. O principal objetivo político dos movimentos de libertação nacional era assegurar a independência de seus países em relação à dominação estrangeira (DWYER; ZEILIG, 2012). Gueye e Boahen (2010) esclarecem que a estratégia adotada foi a resistência, manifestada por meio de diversas formas de ação, como revoltas, rebeliões, migrações, greves, boicotes, petições, envio de delegações e, por fim, contestação ideológica.

O termo 'movimento', conforme destacado pelos autores mencionados anteriormente, efetivamente representa uma coalizão de grupos políticos, econômicos, sociais e culturais que trabalham coletivamente para alcançar o objetivo da libertação nacional (DWYER; ZEILIG, 2012). Diversos estratos da população, incluindo camponeses, assumiram posturas anticoloniais, impulsionados por uma variedade de motivações.

Apesar da relativa escassez de produção científica sobre os movimentos sociais africanos em comparação com os países das Américas do Norte, do Sul e Central, Luca Bussotti e Remo Mutzenberg (2016), em suas reflexões introdutórias sobre 'os movimentos sociais, o Estado e a sociedade civil na África', observaram que os movimentos sociais no continente africano não são um fenômeno recente. Conforme nos esclarece Bialoborska e Barros (2020), os estudos científicos existentes sobre os ativismos e movimentos sociais têm estado mais centrados nos contextos europeu e americano, relegando para um plano secundário, iniciativas e atores do continente africano.

Nos contextos ocidentais, grande parte da produção concentrou-se no estudo dos movimentos operários, particularmente nas lutas dos sindicatos, como no caso dos EUA, mas também dos movimentos estudantis, pacifistas, feministas e ecologistas, no caso europeu (GOHN, 2014; ALONSO, 2009). Na América Latina e em África, as lutas de libertação foram secundarizadas e/ou ignoradas no campo teórico dos movimentos sociais dominantes da época, enquadradas mais no campo político, para análises centradas em teorias neoliberais de desenvolvimento (BIALOBORSKA; BARROS, 2020).

No entanto, a mobilização coletiva para o ativismo dos movimentos sociais em diversos momentos da história do continente africano, desde o período colonial até o período de regimes de partido único e após a conquista da libertação política, demonstra que os africanos se uniram para resolver problemas comuns, promover mudanças sociais e políticas e influenciar suas comunidades por meio de ações coletivas, mesmo que os teóricos do ocidente não se tenham preocupado em teorizar sobre a temática em paralelo com o que acontecia no continente africano. Alguns estudiosos africanos o fizeram.

Os esforços dos estudiosos africanos como Dwyer e Zeilig (2012) destacam eventos que ilustram a experiência de mobilização no continente, como as greves que impulsionaram a política nacionalista de massas no Senegal e no Zimbábue, ou os protestos estudantis na Universidade de Lubum-Bashi, mais de quarenta anos depois, que ajudaram a iniciar a transição democrática no Congo e o período da 'segunda revolução'. Com base nessas experiências, desde o período colonial até as experiências democráticas em muitos países africanos, várias análises começaram a abordar os movimentos sociais e as ações coletivas que surgiram no contexto africano.

Entre as mais significativas estão as contribuições de autores como Miles Larmer (2010) com uma obra intitulada “*Social Movement struggle in Africa*” publicada em 2010, e Nikolai Brandes e Bettina Engels (2011) com o trabalho nomeado “*Social Movements in Africa*” publicado em 2011. Em ambas as obras, as periodizações propostas pelos autores Larmer (2010) e Brandes e Engels (2011) diferem e abordam os movimentos sociais africanos sob diferentes perspectivas.

Assim, Miles Larmer (2010) propôs a divisão dos movimentos sociais africanos em quatro períodos: Lutas nacionalistas e lutas pela independência (1950-1960): Pois naquele momento, movimentos como o pan-africanismo e o nacionalismo africano ganharam espaço ao nível continental e foram reconhecidos mundialmente; A

emergência de novos Estados africanos com a incorporação dos movimentos sociais nas estruturas institucionais (1960- 1975): Isso porque, logo após a independência, MSs africanos começaram a se engajar na construção de novos Estados africanos, ocupando cargos nas estruturas institucionais e tentando implementar suas ideias e planos; Ajuste Econômico e Estrutural (1975-1989): período em que os MSs africanos enfrentam desafios relacionados ao ajuste econômico e estrutural (com programas do PAE) deparando com problemas como a crise da dívida (com BM e FMI), políticas econômicas de dependência e adaptação imposta por instituições internacionais; Movimentos pró-democracia (1990-2010) correspondentes à década de 1990, que viu uma onda de movimentos pró-democracia em vários países africanos buscando a expansão dos direitos políticos, a participação popular e o fim dos regimes de partido único, tornando-se no período marcado pelas lutas pela democracia e pelos direitos humanos (LARMER, 2010).

Brandes e Engels (2011) apresentam uma periodização focada em diferentes transformações políticas e sociais na África: Colonização e descolonização: eles apontam que esse período significa a mobilização dos MSs no processo de colonização do continente africano por potências europeias e a luta pela independência; Instituições do Poder do Estado: Nesta fase, os novos Estados africanos independentes consolidam e estabelecem as suas estruturas políticas e institucionais, pois este tornou-se um momento de construção e consolidação do poder do Estado, muitas vezes com problemas relacionados com a governação e estabilidade; transformações políticas nascidas na década de 1990 com abertura democrática: sinalizando que na década de 1990 muitos países africanos passaram por processos de transformação democrática, com abertura política, realização de eleições livres e ampliação dos direitos políticos. O que marcou este período foram mudanças significativas de mobilização coletiva na esfera política africana; cooptação da sociedade por organizações internacionais e pelo Banco Mundial como sinal de luta contra a pobreza: nessa fase, ocorreu uma maior influência de organizações internacionais e do Banco Mundial nas políticas africanas. Houve um enfoque na luta contra a pobreza, com programas de desenvolvimento e assistência econômica voltada para a redução da pobreza e o desenvolvimento (BRANDES E ENGELS, 2011).

O quadro abaixo demonstra as convergências entre as periodizações de Miles Larmer (2010) e Brandes e Engels (2011) em relação aos movimentos sociais na África e os principais temas e períodos em que ambos autores encontram semelhanças.

Quadro 2 - convergências entre as periodizações de Miles Larmer e Brandes e Engels

Período / Tópico	Miles Larmer (2010)	Brandes e Engels (2011)
Lutas nacionalistas e lutas pela independência	- Movimentos pan-africanismo e nacionalismo africano	- Mobilização dos MSs no processo de colonização
	- Reconhecimento mundial	- Luta pela independência
A emergência de novos Estados africanos	- Engajamento na construção de novos Estados africanos	- Consolidação das estruturas políticas e institucionais
	- Ocupação de cargos nas estruturas institucionais	- Governança e estabilidade
Ajuste Econômico e Estrutural	- Enfrentamento de desafios econômicos e estruturais	- Influência de organizações internacionais e do Banco Mundial
	- Crise da dívida e políticas econômicas de dependência	- Foco na luta contra a pobreza
Movimentos pró-democracia	- Lutas pela democracia e direitos humanos	- Transformações políticas com abertura democrática
	- Expansão dos direitos políticos e participação popular	- Ampliação dos direitos políticos

Fonte: Compilado pelo autor.

Ambas as contribuições desempenham um papel essencial na análise das ações coletivas dos movimentos sociais na África, fornecendo uma estrutura que leva em consideração os períodos e eventos políticos relevantes ao longo da história do continente.

Isso revela como os movimentos sociais africanos têm evoluído e se adaptado constantemente diante de desafios políticos, econômicos e sociais enfrentados ao longo dos tempos. Conforme observado por Bialoborska e Barros (2020), as revoltas populares nas cidades, particularmente lideradas pelos jovens, como as "primaveras árabes", levantam uma série de questões complexas relacionadas à transição para a vida adulta, ao desemprego e à democratização nas sociedades africanas (HONWANA, 2013). Este destaque ressalta a natureza mutável e multifacetada dos movimentos sociais na África, destacando sua importância na compreensão das dinâmicas sociais em curso no continente.

Com isso, estamos na posição de pontuar que inicialmente, a mobilização dos movimentos de descolonização no século XX se destacam como as mais emblemáticas e

conhecidas lutas dos movimentos sociais africanos. Foi o momento em que, os países africanos uniram-se em massa para conquistar a independência do domínio colonial europeu, liderados por figuras inspiradoras como Kwame Nkrumah na República do Gana, Amílcar Cabral na Guiné e Cabo Verde, e Nelson Mandela na África do Sul. Esses líderes desempenharam um papel fundamental em unir e inspirar pessoas em todo o continente a buscar sua liberdade e autonomia (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Isso significa dizer que, do ponto de vista da análise da dinâmica política africana, a formação e o desenvolvimento dos movimentos sociais iniciam já com o processo colonial. Nela, as populações locais enfrentaram ameaças e opressão por parte dos colonizadores, o que gerou um sentimento de resistência, e posteriormente, a necessidade de se organizar em movimentos de libertação nacional. Esses movimentos buscavam oportunidades para combater a opressão colonial e alcançar a independência política. Com o desenvolvimento, o que chama a atenção para a consideração do TPP, baseado na ideia dos eixos “ameaça-oportunidade” e “facilitação-opressão” que os MSS muitas vezes enfrentam devem nos sistemas políticos nacionais (NUNES, 2014).

Neste processo, a criação dos movimentos estudantis africanos tanto no continente quanto na diáspora teve um peso enorme na conscientização para a luta contra o colonialismo. Os movimentos nacionalistas de independência dos países africanos contaram com a participação de diversos segmentos das sociedades africanas, mas principalmente, com intelectuais que, com o ambiente na metrópole pouco acolhedor e em busca de relações mais solidárias, criaram organizações como a que levou a criação da Casa de Estudantes do Império (CEI) em 1944 e o Centro de Estudos Africanos (CEA) em 1955.

Nessas associações, além de construírem laços de solidariedade, eram debatidos os problemas das colônias. Nessas casas havia estudantes das diversas colônias portuguesas como Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau, e Agostinho Neto, de Angola, que posteriormente estariam entre personalidades revolucionários africanos, protagonistas de movimentos políticos, incluindo o PLUA (Partido para a Libertação da União Africana), PCA (Partido Comunista Africano), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e FRAIN (Frente Africana de Independência Nacional¹).

¹O PLUA, fundado por Kwame Nkrumah, tinha como objetivo promover a unidade dos países africanos e a libertação do colonialismo; O PCA, por sua vez, defendia o socialismo e buscava a independência dos países africanos por meio de uma revolução comunista; A FRAIN foi uma organização pan-africana que buscou a independência e a unidade dos países africanos. Para aprofundar o assunto acesse: <https://encurtador.com.br/kqSY0> oportunidade, facilitação e opressão que os políticos e ativistas enfrentam nos sistemas políticos nacionais.

Entretanto, depois de a África se encontrar numa fase avançada de descolonização, desenvolveram-se as estruturas neocoloniais de "porta encarceradora" às quais tinham de aderir, supostamente para satisfazer as suas necessidades internas e viver na cena internacional ao lado dos patronos coloniais. A subversão da "lógica pan-africanista"² na África por parte das elites dirigentes pós-independência representou uma subversão dos princípios fundamentais que guiaram essa ideologia política, econômica e sociocultural, defendida de diversas maneiras por figuras proeminentes como Patrice Lumumba e Amílcar Cabral. Essa distorção resultou na emergência de vários movimentos sociais, que buscavam lidar com os desafios apresentados pela nova conjuntura.

Em um projeto de pesquisa apoiado pela Universidade das Nações Unidas e conduzido por uma equipe de acadêmicos africanos, com edição de Peter Anyang'Nyong'o (1987), revelou-se que ao longo do período pós-independência, uma série de movimentos e organizações na África impulsionaram vigorosamente por reformas políticas no continente. Esses grupos buscavam garantir a liberdade de expressão e o respeito pelos direitos humanos, além de advogar pelo direito de voto universal, estabelecimento de um governo representativo, resolução de conflitos e criação de um sistema de controle social e político (NYONG 'O, 2002).

Em relação a essa discussão, em conexão com o debate sobre as teorias dos movimentos sociais, a TNMS destaca a importância de movimentos que não se baseiam exclusivamente em questões de classe, mas sim em identidades, valores culturais, e questões socioculturais. Nesse contexto, os movimentos na África que surgiram em resposta à subversão pan-africanista podem ser compreendidos como parte dessa abordagem, pois eles buscam enfrentar não apenas questões econômicas, mas também políticas e socioculturais.

Igualmente, nesta mesma ótica, a Teoria dos movimentos sociais, associada ao marxismo clássico, enfatiza a luta de classes como o motor principal dos movimentos

²A lógica pan-africanista refere-se a uma ideologia que promove a unidade e solidariedade entre os povos e nações da África, buscando superar as fronteiras nacionais e étnicas em prol de um objetivo comum de unidade e progresso para todo o continente africano. A filosofia pan-africanista enfatiza a importância da identidade e herança africanas compartilhadas, bem como a necessidade de cooperação e colaboração entre os países africanos para enfrentar desafios comuns e alcançar objetivos socioeconômicos e políticos. Esse movimento ideológico tem raízes profundas na história africana, remontando ao final do século XIX e início do século XX, quando líderes e intelectuais africanos começaram a defender a solidariedade entre os povos africanos, tanto dentro do continente como na diáspora. O pan-africanismo tem sido uma força motriz por trás de várias lutas por independência e justiça social em muitos países africanos, com destaque para os esforços de líderes como Kwame Nkrumah, Marcus Garvey, W.E.B. Du Bois e Patrice Lumumba, entre outros.

sociais. No entanto, ao considerar a diversidade e complexidade dos movimentos pós-independência na África, percebemos que a luta de classes pode ser apenas uma dimensão, enquanto questões políticas, culturais e sociais também desempenham papéis significativos.

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) busca focar na disponibilidade e mobilização de recursos, sejam eles humanos, materiais ou organizacionais, para explicar a formação e sucesso dos movimentos sociais. No caso dos movimentos na África, a busca por reformas políticas e direitos humanos indica uma mobilização de recursos em prol dessas causas. Porém, diria que, dada a complexidade dos movimentos sociais africanos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) parece ser uma abordagem mais abrangente porque reconhece a diversidade de fatores que motivam a ação coletiva, incluindo identidade, cultura e questões sociopolíticas, o que se alinha melhor com a natureza multifacetada dos movimentos na África pós-independência.

Esses movimentos sociais africanos, ao mesmo tempo em que se lutava para expulsar o colonizador, havia também uma luta para afirmar uma autoridade soberana, capaz de exercer poder interno e obter reconhecimento externo. Paralelamente, havia uma luta para criar as instituições do Estado e para definir o modo como a vontade política se formava internamente, ou seja, o funcionamento do regime. Nesse processo multifacetado, a questão da democracia muitas vezes ficava em segundo plano, podendo, por assim dizer, ser adiada. No entanto, movimentos sociais que exigiam a democracia estavam presentes desde o princípio. O MCCI como outros movimentos sociais que emergiram nos países africanos no processo de democratização, retoma o legado desses movimentos.

Esses esforços foram liderados por uma diversificada de figuras, como Alassane Ouattara (Costa do Marfim), Yoweri Museveni (Uganda), Jerry Rawlings (Gana), Meles Zenawi (Etiópia) e Abdoulaye Wade (Senegal). O engajamento desses líderes abrangia uma variedade de setores, incluindo sindicalistas, exilados, políticos e intelectuais, atraindo também membros jovens, estudantes, acadêmicos e outros setores da sociedade. Em decorrência disso, suas perspectivas em relação à realização da democracia e ao tipo de governo capaz de sustentá-la eram notavelmente diversas. No entanto, todos compartilhavam uma aspiração comum: a busca por um governo democrático e a rejeição de sistemas autoritários de partido único e governos militares (NYONG'O, 2002).

Em relação ao destaque dos movimentos sociais, um dos movimentos mais articulados nesse contexto foi o Movimento pela Justiça na África (MOJA) na Libéria, que se destacou na defesa do que mais tarde ficou conhecido como "a luta pela segunda independência na África". O Movimento pela Segunda Independência do Congo também desempenhou um papel significativo nesse cenário. Ambos motivados pela situação de práticas de governação que não correspondem aos anseios da população (NYONG'O, 2002).

Na mesma linha argumentativa, na perspectiva de Teixeira (2008, p. 15),

As sucessivas elites governantes não conseguiram promover práticas governativas que encoraja o desenvolvimento social aliado ao crescimento econômico ao alcance de todos, dada à instabilidade interna e luta pelo poder entre diferentes atores políticos, resultado de um baixo nível de governabilidade, bem como a ausência de um ponto nodal de convergência e de equilíbrio de poder entre a sociedade política e a sociedade civil que pudesse encorajar o pluralismo e a consolidação das instituições sociais e políticas democráticas.

Em outras palavras, as elites governamentais têm enfrentado dificuldades para implementar políticas que promovam o desenvolvimento social e o crescimento econômico de forma inclusiva, devido à instabilidade interna, disputas de poder e descompasso entre os diferentes atores políticos e as organizações da sociedade civil. Esses fatores prejudicam o pluralismo e a consolidação das instituições democráticas. O que faltava era liberdade de associação e proteção dos direitos humanos, engajamento construtivo entre governo e movimentos sociais que pudesse levar a uma parceria mais efetiva na busca de soluções para os problemas sociais e econômicos enfrentados pelos países africanos.

Para Teixeira (2015), o período pós-independência e o processo democrático foram marcadores de fronteira indispensáveis para diagnosticar os desafios e possibilidades de consolidação sociopolítica e democrática em escala global na África. A análise resultante mostra que as experiências dos movimentos sociais africanos são diversas, complexas e muitas vezes contraditórias. Muitas vezes tentam usar o “espaço” democrático que ajudaram a conquistar, mas encontram suas atividades prejudicadas por

governos eleitos que reproduzem o autoritarismo de seus antecessores (DWYER; ZEILIG, 2012).

Por esta razão, entre muitas outras razões justificáveis, é correto voltar a afirmar que o surgimento de movimentos sociais na África está frequentemente relacionado a condições que impedem a plena realização do conceito de liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos. Tanto durante o período colonial como no período pós-independência e abertura da democracia, os direitos fundamentais foram frequentemente violados ou insuficientemente protegidos (LOPES, 1997).

Em decorrência disso, as repercussões principais provenientes da luta por liberdade de expressão e direitos humanos na África por parte dos movimentos sociais foram canalizadas na busca pela promoção da democracia e da participação política. Este movimento visava possibilitar que as pessoas expressassem suas opiniões e reivindicações de maneira mais efetiva.

Outrossim, a busca pelo crescimento econômico emerge como uma consequência inerente às duas agendas mencionadas acima. Isso ocorre porque a luta por liberdade de expressão e direitos humanos contribui para a formação de um ambiente mais propício para investimentos e crescimento. Nesse contexto, a participação cívica não convencional se destaca como parte integrante de um esforço renovado, fortalecendo a ação coletiva dos movimentos sociais enquanto organizações da sociedade civil. Essa ação coletiva se destina a defender os princípios institucionais e promover uma distribuição justa de bens e serviços para todos.

Como Fabrício C. de Mello (2016) entendeu em sua obra, “Reflexões Críticas Sobre o Debate em Torno dos Movimentos Sociais na África”, na qual nomeia que:

A participação dos atores de base se somava à eficiência dos projetos de assistência como fator determinante para o fortalecimento de vibrantes sociedades civis locais nos países do sul global, inovação que, dentro do discurso da boa governança, era retratada como a panaceia para a tirania, a corrupção e outros problemas da administração pública. A badalação em torno de temas como a boa governança incentivou muitos autores, parte deles entusiastas ou pertencentes às ONGs de dentro e fora do continente, a olharem para os conflitos sociais como uma espécie de “alavanca” para a construção da cidadania (MELLO, 2016, p. 148).

O trecho destaca a importância da participação das partes interessadas locais e a eficácia dos projetos de ajuda para fortalecer as organizações da sociedade civil

(essencialmente ONGs) locais nos países do Sul Global, enfatizando a perspectiva de boa governança e promoção da cidadania por meio do envolvimento de cidadãos comuns e grupos comunitários. A amálgama de elementos complexos revelados pelo paradigma liberal, como a "liberdade": política, acadêmica e expressiva, bem como as "desigualdades econômicas" - formam um conjunto de restrições por parte dos governos que trazem outros segmentos sociais para a esfera pública.

Nos países africanos, proporcionou condições favoráveis para o crescimento da voz de pessoas que se sentiam excluídas. Além disso, de acordo com Dwyer e Zeilig (2012), com o enfraquecimento da capacidade do Estado de gerir as demandas da população, várias organizações da sociedade civil (OSCs) e organizações não governamentais (ONGs) surgiram para preencher as lacunas devido ao impacto negativo das políticas públicas, das economias mal geridas e dos ajustes estruturais e do neoliberalismo nos serviços sociais prestados pelo Estado, passou-se a utilizar a linguagem do "empoderamento" e da "participação comunitária". No entanto, o resultado geral foi uma distorção maciça da resistência social ao introduzir uma "síndrome de poder", ou seja, distribuir dinheiro de doadores para grupos ativistas e ONGs (DWYER; ZEILIG, 2012).

Isso criou o clima que Brandes e Engels (2011) retratam como um processo de cooptação da sociedade por organizações internacionais e o Banco Mundial como um sinal da luta contra a pobreza, pois sugere que essas ações e projetos também poderiam ser usados para promover a interesses de organizações internacionais e do Banco Mundial, ao invés do benefício exclusivo da população a que foi destinada. O que se nota dessas sinalizações é que a influência de organizações internacionais e do Banco Mundial pode levar a uma abordagem padronizada e orientada para o mercado na execução desses programas. Isso pode levar a políticas extrovertidas que favorecem a liberalização econômica, a privatização e o ajuste estrutural em detrimento de abordagens mais abrangentes e sensíveis ao contexto.

Aliás, ao nível do continente africano, as últimas conjunturas políticas, econômicas e sociais, marcada pelo panorama da democratização, foram impulsionadas pela implementação de políticas extrovertidas que favorecem a liberalização econômica, a privatização e o ajuste estrutural. A partir delas foram defendidas políticas de abertura à democracia, abertura de mercados, a redução do papel do Estado na economia e a promoção de investimentos estrangeiros (TEIXEIRA, 2015). Nessas circunstâncias,

testemunhou o crescimento das manifestações políticas que militam, na maioria das vezes, para disseminar o descontentamento que certos segmentos sociais excluídos têm diante da ingovernabilidade – por meio de ações coletivas – na vanguarda do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que atendam efetivamente às necessidades da população.

Isso pode ser demonstrado principalmente pela mensuração de algumas ações competitivas coletivas empreendidas por atores de organizações sociais já em processo de transição para a democracia. Neste esforço estatístico de Alcinda Honwana (2014), detectou-se em África um conjunto de expressões de contestação que desafiam o dado estatuto social padronizado.

Ou seja, vê-se que, no quadrante político recente:

Em vários países, os jovens saíram à rua, confrontaram a polícia e em alguns casos forçaram governos a reverter decisões controversas, como foi o caso nas manifestações em Maputo, em fevereiro 2008 e setembro 2010 contra o aumento dos preços de produtos de primeira necessidade; também impediram a reeleição de candidatos impopulares, como foi o caso dos jovens senegaleses do movimento Y'en a Marre! (Basta!) Que desencadearam uma campanha eleitoral de sucesso contra a reeleição do Presidente Abdoulaye Wade em fevereiro de 2012; e até chegaram a derrubar ditaduras políticas estabelecidas, como aconteceu na Tunísia onde jovens de diversos estratos sociais saíram à rua e mobilizaram o povo tunisino para derrubar o regime do Presidente Ben Ali em janeiro de 2011. No entanto, apesar de seus protestos de sucesso, os jovens moçambicanos não viram mudanças fundamentais nas suas condições socioeconômicas; os jovens senegaleses mostram-se decepcionados com o novo governo de Macky Sall; e os jovens tunisinos permanecem profundamente insatisfeitos com a direção e o ritmo lento de mudança (HONWANA, 2014, p. 406).

Esses exemplos destacam as complexidades e os desafios enfrentados pelos jovens que tentam promover mudanças em seus países. Embora os protestos possam ter resultados positivos iniciais, a mudança real e sustentável geralmente requer esforço sustentado, compromisso político e capacidade de superar obstáculos complexos. Isso confirma as tentativas dos regimes de governo de limitar os processos de mobilização coletiva em muitos países africanos, especialmente os de natureza de confronto política liderados por jovens.

Para o sociólogo guineense Miguel de Barros (2010, p. 5), isso sugere que “a integração simbólica dos indivíduos se exprime pelo seu reconhecimento do lugar que

ocupam no seio do sistema e da utilidade social que preenchem nesse sistema”. Traduz-se também no nosso compromisso com padrões comuns, uma agenda social partilhada (ou não) que nos permite projetar-nos no futuro. A nova conjuntura política de mobilização social procura, assim, pôr em causa os factos que contrariam a aspiração proclamada pela maioria e alargar mais espaço a processos democráticos credíveis no país.

Especialmente em países africanos como a Guiné-Bissau (que será aprofundado na próxima seção), o apelo à rua expresso pelos jovens nos últimos anos tem determinado uma nova ordem do discurso político, que, visa convencer as massas da situação de necessária confrontação entre Estado/governo e organizações da sociedade civil/movimentos sociais como forma de serem treinados para criticar e desafiar as estruturas e normas existentes que são barreiras à participação democrática.

E possa ser verdade que muitos dos esforços dos movimentos sociais africanos não se transformaram em forças políticas mais amplas, capazes de mudanças sociais e políticas radicais, pois a busca por um espaço mais aberto para a participação democrática dos cidadãos tem sido difícil com os governos africanos reproduzindo o autoritarismo e enfrentando o desenvolvimento da expressão popular. Ainda assim, vale a pena atentar para as interpretações de Miguel de Barros (2011), quando encontra nas associações juvenis uma harmonia de ideias e forças, uma forma de resistência aos aparatos estruturantes, como evidenciam as formas neles contidas, neste caso auto-organizados, representam espaços de aquisição e exercício da cidadania, que foram/são mecanismos estratégicos para a criação de melhores condições de vida social, sustentação da sociabilidade e consciência política para os desafios da democratização.

Nesse sentido, a compreensão das inquietações ensaiadas nesta dissertação pode abrir possibilidades para a divulgação de propostas de ações políticas e sociais, como forma de expressar o desânimo diante de certas atitudes políticas interpretações júri acadêmicas encontradas durante o período da crise política institucional Bissau guineense, e analisar as ações do MCCI.

3. AS EXPERIÊNCIAS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU

De certa maneira, este capítulo avança a discussão iniciada anteriormente, focando na experiência de mobilização social na Guiné-Bissau. Neste capítulo, examinamos o surgimento, transformação e obstáculos enfrentados pelas organizações dos movimentos de sociedade civil no relacionamento com a administração colonial, passando pela era pós-independência sob o regime de partido único, até o sistema multipartidário estabelecido durante a transição democrática na Guiné-Bissau.

Com efeito, as dinâmicas de mobilização social e ação coletiva nos três períodos analisados, proporcionaram e ofereceram a oportunidade de contextualizar como os movimentos sociais, étnicos e independentistas participaram do processo histórico, social e político do país, especialmente em períodos específicos marcados por mudanças políticas, desafios sociais e econômicos. Tratar da experiência de mobilização social e ação coletiva na Guiné-Bissau desde o início do período colonial até ao período pós-independência nos permite visualizar e compreender a transformação da conjuntura sociopolítica e as mudanças que nela se têm verificado.

Assim, no desenvolvimento deste capítulo, buscar-se-á responder às seguintes inquietações: Que implicações teve o processo colonial no surgimento de mobilizações sociais e ações coletivas? Como o ambiente autoritário instaurado pelo regime do partido único marcou a relação entre o partido-Estado e os movimentos da sociedade civil? Em que medida os limites da abertura político-institucional afetaram os modos da mobilização social emergentes no período da transição do regime autoritário para a democracia, numa tentativa de reinvenção de espaços democráticos?

3.1. Mobilização social no regime colonial

Na Guiné-Bissau, a mobilização social durante o regime colonial português caracterizou-se por duas fases distintas. Inicialmente, as identidades étnicas locais³ se

³Neste trabalho, as "identidades étnicas locais" referem-se às características culturais, linguísticas e sociais únicas de grupos de pessoas em uma área geográfica específica. Essas identidades são moldadas pela interação entre a história, tradições, línguas e costumes de uma comunidade em um determinado local, "atual Guiné-Bissau". O termo destaca a diversidade e a singularidade das experiências étnicas em diferentes regiões, reconhecendo que as identidades étnicas são influenciadas pelas circunstâncias locais e históricas específicas de cada comunidade.

mobilizaram de forma fragmentada para se livrar da exploração, preconceito e discriminação que sofriam dos colonizadores. Nesse período, os movimentos foram caracterizados por uma base étnica, com cada grupo étnico lutando pela libertação de sua própria região e pela preservação de sua identidade cultural e territorial.

Na segunda fase de mobilização social, houve maior organização e consolidação dos movimentos denominados independentistas. Nessa fase, os movimentos não tinham mais uma base exclusivamente étnica, mas sim um caráter nacionalista⁴. O PAIGC tornou-se o principal movimento independentista do país e, sob a liderança de Amílcar Cabral, uniu diversos grupos étnicos em prol de um objetivo comum: a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Esta fase mais organizada foi caracterizada por forte resistência armada contra o domínio colonial, bem como intensa mobilização política e diplomática para obter apoio internacional.

3.1.1. As primeiras resistências

A colonização portuguesa na Guiné-Bissau começou antes do século XX. Os portugueses fizeram contato pela primeira vez com a região em meados do século XV, por volta de 1446, quando navegadores portugueses exploraram a costa africana. Nos anos seguintes, várias expedições exploratórias foram realizadas e as feitorias foram estabelecidas na região (TEIXEIRA, 2015).

Conforme as análises de Augel (1997), nos primeiros contatos, os diversos povos que habitavam a região constituíam sociedades agrárias em diferentes estágios de desenvolvimento. Em uma simplificação, esses povos são geralmente classificados entre os que possuíam uma estrutura social "vertical", com formas organizadas de poder proto-estatal e hierárquico, e aqueles inseridos em uma sociedade "horizontal", não estratificada, igualitária, com grupos intermediários devido a diversas influências ao longo de suas histórias (AUGEL, 1996).

Durante as navegações portuguesas, o império dos Mandinga⁵ começou a

⁴O PAIGC adotou uma abordagem inclusiva e não discriminatória em relação aos diferentes grupos étnicos presentes no país. O partido reconheceu a importância da diversidade étnica e cultural da Guiné-Bissau e trabalhou para promover a unidade nacional por meio da valorização dessas diferenças. Logo nos primeiros momentos da sua criação, o PAIGC, na pessoa de um dos seus principais dirigentes, Amílcar Cabral, defendeu a ideia de que a diversidade étnica não deveria ser vista como uma ameaça à unidade nacional, mas sim como uma riqueza a ser preservada e celebrada.

⁵O Império Mandinga, também conhecido como Império Mali, foi uma das grandes civilizações da África Ocidental, com seu auge entre os séculos XIII e XVI. Seu centro estava localizado na região do Alto

desintegrar-se no século XVI, originando diversos Estados mais ou menos autônomos, à medida que a autoridade máxima do imperador foi compartilhada com vassallos que se autodenominam "mansa", ou seja, reis. Portugal, inicialmente, viu a região como um ponto de apoio para o comércio escravagista ao longo da costa ocidental africana, enxergando-a como um empório comercial, não como uma colônia própria para a agricultura, como foi o caso de Angola e Moçambique.

No século XVI, algumas feitorias foram estabelecidas ao longo dos rios São Domingos e Rio Grande. No final do século, a Companhia de Cacheu e Cabo Verde foram criadas, visando principalmente o tráfico de escravos. No século XVII, os contatos entre o reino de Kaabú e os entrepostos comerciais portugueses de Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim eram regulares. A presença de Portugal na Guiné-Bissau, então denominada Guiné Portuguesa, era centrada no comércio de escravos, marfim e outros recursos naturais (TEIXEIRA, 2015).

O impacto da administração colonial, com seus efeitos desagregadores, só se manifestou a partir do século XIX e início do século XX, requerendo uma presença militar acentuada como suporte ao colonialismo sistemático para impor-se pela força e violenta repressão (AUGEL, 1997). Por esta razão, Teixeira (2015) sublinha que, a colonização efetiva e o estabelecimento do controle direto sobre o território só ocorreram no final do século XIX e início do século XX.

A ocupação do território acelerou-se entre 1910 e 1935 – “Em 1911 é criado o Ministério das colônias, corpo administrativo que reiterou a política relativa à inclusão das colônias como parte do Império português” (CORDEIRO, 2013, s.n.) –, tendo ocorrido nessa altura conflitos violentos caracterizados por longos confrontos entre os invasores imperialistas e os movimentos étnicos locais, pois estes últimos, não permaneceram passivos diante da tentativa de dominação.

Refira-se que, desde o início, a presença portuguesa sempre confrontou a constante resistência da população local, como defesa contra a exploração e abuso de poder perpetuados pelos agentes coloniais lusos, o que levou a um atraso no processo de controlo total da área que conseguiu apenas em 1936. Porém, após a aprovação do estatuto de província da Guiné-Bissau por parte do Estado imperialista português, em 1950, o país consolidou-se como província ultramarina (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Níger, abrangendo partes dos atuais Mali, Guiné, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Costa do Marfim e Burkina Faso.

Antes deste evento, a atual Guiné-Bissau⁶ era amplamente reconhecida como Guiné Portuguesa, indicando o seu estatuto de território ultramarino português e, portanto, uma Colônia portuguesa. Como nos informa Candé Monteiro (2013), em 1951 a Guiné Portuguesa foi oficialmente declarada província ultramarina e passou a ser governada diretamente por oficiais portugueses. Esta mudança reforçou ainda mais o estatuto do país como Colônia exclusivamente portuguesa.

Os referidos estudos de Amado (2020), Zimmerman (2011), Teixeira (2015), Augel (1997), Pelissier (1945) e Candé Monteiro (2020) destacam a resistência de grupos étnicos locais como os Balantas, Fulas, Mancanhis, Pepeis, Bijagós e outros grupos étnicos que levantam contra as opressões das forças coloniais. “Pela persistente e cruenta insubordinação de seus habitantes, a colônia ficou conhecida como *Guiné, a rebelde*” (PÉLISSIER, 1945^a, p. 408).

No curso do processo, a violência colonial não permitiu que houvesse as condições que garantisse os direitos mais básicos dos povos locais, como: direito à vida, Liberdade, Segurança, Liberdade de Religião, entre outros, particularmente, nos países africanos sob a dominação colonial portuguesa. Isto porque grande parte dos africanos não eram considerados, na visão eurocêntrica, cidadãos de direitos (FURTADO, 1998), e nem tão pouco sujeitos da sua própria história.

Conforme esclarece Leopoldo Amado (2020, p.115)

Em relação aos direitos de participação política, o sistema político e administrativo colonial tinha como essência privar os povos colonizados de toda a soberania, de lhes negar o direito de escolherem o seu destino e decidirem os seus próprios assuntos. Os súbditos indígenas são privados de todos os direitos, entregues ao arbítrio dos funcionários vindos da “Metrópole” e nomeados pelas autoridades do país colonizador. O papel das eleições e das Assembleias eleitas era puramente formal, não podendo as mesmas serem consideradas livres, nem mesmo em Portugal, onde dominava um regime fascista. Na

⁶Na era do tráfico, o termo "Guiné" não se refere diretamente à atual Guiné-Bissau, Guiné Conacri ou Golfo da Guiné. Em vez disso, Guiné, Guinauha ou Gnawa eram utilizados para descrever as "terras de pretos". Essa designação derivava da palavra berber Guinéus, que tinha o significado de negro (LEMOS, 1996). Ao longo do tempo, a concepção dos portugueses sobre a Guiné foi moldada pelas dinâmicas do comércio da época. O termo "Guiné" adquiriu diferentes conotações devido ao estabelecimento de rotas comerciais, seja como costa de escravos, costa de ouro, costa de malagueta, ou costa de marfim. Essas classificações refletem a predominância dos produtos comerciais negociados em cada região. Assim, a Guiné tornou-se um codinome que evoluiu de acordo com as características do comércio da época, refletindo não apenas uma localização geográfica, mas também a natureza do intercâmbio comercial, marcado por diferentes recursos e produtos, como escravos, ouro, malagueta e marfim. Essa nomenclatura variável indicava a diversidade das atividades comerciais ao longo das costas africanas durante o período do tráfico. Após conquistar a independência em 1973, o país foi oficialmente designado como Guiné-Bissau.

Guiné, até 1961, a maioria da população, qualificada de “não-civilizada”, nem sequer dispunha destes direitos formais. Em 1950, dispunham desses direitos somente 8.320 indivíduos (numa população total de 550.000 habitantes), dos quais 2.263 brancos, 4.568 mestiços e 1.478 negros. Assim, após “cinco séculos” de presença portuguesa “civilizadora”, esta não tinha admitido ao título de “civilizados” mais do que 0,3 % da população do país. O africano, para ser classificado como “civilizado”, devia ler e escrever correctamente o português, ter um “bom comportamento e hábitos cívicos” (o que implicava a prática regular da religião católica), ter um rendimento suficiente e ter prestado o serviço militar. Em contrapartida o português, mesmo analfabeto, era considerado automaticamente como “civilizado”.

Paulo Freire (1978), na sua obra “Cartas a Guiné-Bissau” revela que a ideologia colonialista procurava incutir nos povos locais o perfil que deles fazia aquela ideologia. “O de seres inferiores, incapazes, cuja única salvação estaria em tornar-se “brancos” ou pretos de alma branca” (DJALÓ, 2006, p.299). Essa suposta salvação exigiria a extinção da cultura⁷ e da cosmovisão das comunidades locais em favor de uma distorcida expressão da civilização ocidental, baseada em uma compreensão brutalmente unilateral de outras perspectivas de mundo.

Quando esses comandos não eram obedecidos e houve a tentativa de impor-se como demonstração de autoridade e conquista efetiva, foram estabelecidas algumas exigências que os "legítimos proprietários das terras" deveriam seguir. Essas imposições incluíam a cobrança do chamado "imposto de palhota"⁸ e trabalho forçado. A partir do início do século XX, os colonizadores portugueses dedicaram-se ativamente à expansão de “seus territórios” no continente africano, encontrando resistência por parte dos povos locais que se opunham ao domínio colonial.

⁷ O Diploma dos Assimilados (Diploma Legislativo n.º 535, de 8 de Novembro de 1930) estabeleceu as condições para a transição dos naturais das colónias para a condição de "assimilados à europeus". Este diploma definiu um estatuto pessoal, étnico e hereditário, aplicável aos guineenses de origem, mas não aos cabo-verdianos, que nunca foram sujeitos ao regime de indigenato. A partir de 1946, na Guiné, as categorias passaram a ser apenas duas: indígenas e cidadãos (ou "civilizados"). A categoria de "assimilado" foi abolida. Indígenas eram considerados os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que não preenchiam simultaneamente quatro condições: a) falar, ler e escrever português; b) dispor de rendimentos suficientes para o sustento familiar; c) manter bom comportamento; d) cumprir os deveres militares. As condições para se tornar cidadão português (ou seja, "civilizado") eram estabelecidas pelos artigos 2.º e 3.º, sendo o bilhete de identidade o único documento que comprovava a qualidade adquirida de não indígena (artigo 4.º). Esse regime só foi aplicado em Angola e Moçambique em 1954 pelo novo "Estatuto dos Indígenas", que desenvolveu a filosofia de assimilação presente na revisão constitucional de 1951, tendo Sarmento Rodrigues como Ministro do Ultramar. “Consultar o artigo: Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC” da autoria de António E. Duarte Silva publicado em 2006.

⁸ O "imposto de palhota" era uma taxa exigida pelas autoridades coloniais aos habitantes locais, com base na estrutura de suas habitações. Essa cobrança era uma forma de controle e exploração financeira das populações locais, impondo uma carga adicional sobre elas.

Estes grupos étnicos responderam de diversas maneiras, buscando resistir à exploração, à humilhação e à supressão de suas culturas. Elas adotaram estratégias que variam desde a evasão de impostos até a organização de revoltas e confrontos diretos com as forças coloniais. No entanto, de acordo com Candé Monteiro (2013, p.101), “os processos de resistência foram relativamente dispersos, moldados pelas reações individuais, isoladas e fragmentadas de todos os grupos étnicos, que gravitavam entre a revolta aberta e a resistência passiva”.

É importante sinalizar a existência da estratégia de cooptação inicial seguida por subjugação posterior. Pois, alguns chefes locais inicialmente se aliaram ao colonialismo, recusando participação em resistências devido à crença em benefícios, como apoio para consolidar o poder em seus territórios. Contudo, quando os colonizadores portugueses se fortaleceram, esses chefes se tornaram reféns (CANDÉ MONTEIRO, 2011).

Muitos desses líderes africanos não perceberam inicialmente que os "tratados de amizade" assinados poderiam comprometer sua independência e soberania. Esses tratados eram parte das estratégias portuguesas para consolidar a ocupação e instigar rivalidades entre grupos étnicos. Ou seja, “o colonialismo português esforça-se por alimentar a desconfiança e o ódio, cultivando os privilégios de casta, o regionalismo, o racismo, para melhor dominar e de explorar todos os africanos” (PAIGC, 1974, p. 53).

Ao perceberem as verdadeiras intenções dos colonizadores, esses líderes africanos optaram por romper laços e engajar-se nas resistências. Ao avaliar esses processos de resistência étnica, compreendemos que foram iniciados de maneira individual ao nível regional. A ocupação efetiva da então Guiné-Portuguesa provocou uma rápida resposta por parte das populações nativas guineenses, desmistificando a noção de passividade do povo colonizado diante das investidas e exigências dos colonizadores (DJALÓ, 2006).

Conforme explicado por Teixeira (2015, p. 155-156)

Os primeiros sinais de revolta frontal entre autóctones e portugueses que se tem registro manifestaram-se entre 1841 e 1844. No levante, denominado por René Pélissier de revolta seca, o governador de distrito-feitoria de Bissau, António José Torres, solicitou ao governador de Cabo Verde, Francisco de Paula Basto, o envio de cem homens para acudir a feitoria de São José, uma das principais fortalezas coloniais. Valendo-se de todas as oportunidades que existiam para se rebelarem, Pepéis e grumetes aliaram-se a um grupo de “soldados” de Bissau para exigir do oficial cabo-verdiano, arrendatário de alfândegas, Caetano José Nosoline e seus

colaboradores, a adoção de moedas no pagamento de soldos atrasados [...] esse período também ficou marcado pela forte reação dos indígenas ao trabalho forçado, principalmente por meio da migração para as regiões fronteiriças, abandonando ou resistindo a trabalhar na produção e na colheita de produtos voltados para a exportação[...].

A revolta dos grumetes de Farim, a perturbação em Biafadas na navegação entre os rios Bissau e Geba, e as sucessivas insurgências dos Bijagós, Balantas, Manjacos e Mandingas contra a presença colonial atingiram seu auge entre 1845 e 1878. Nesse período, a presença portuguesa foi restrita, tanto militarmente quanto geográfica, a pequenos enclaves. Esse cenário é caracterizado pelo que ficou conhecido como a política das "pequenas bandeiras" na Guiné, limitando-se às interações entre as feitorias e os presídios-fortaleza (TEIXEIRA, 2015, P. 156, *Apud* PÉLLISSIER, 1989).

3.1.2. Os indicadores da segunda Resistência

Indicadores da segunda onda de movimentos de luta pela libertação nos países africanos como a Guiné-Bissau remontam ao surgimento dos chamados movimentos Independentistas. Se os primeiros movimentos tiveram características de movimentos étnicos e uma ação fragmentada, já os movimentos seguintes se pretendem movimentos que congreguem diversos atores. Daí o seu caráter Pan-africano⁹, idealizado por nomes como Marcus Musiah Garvey e William Du Bois, em prol da luta por uma maior unificação das nações e etnias africanas, baseado na ideia de unir todos os africanos em torno de pensamentos, sentimentos e objetivos semelhantes: lutar pela construção da liberdade e dos direitos humanos envolvendo os povos negros.

O Pan-africanismo influenciou a luta de libertação guineense ao fornecer um quadro ideológico, uma visão de unidade africana e um senso de identidade coletiva. Durante essa fase, o movimento pela independência pode ser distinguido em dois momentos distintos: um inicial, caracterizado por uma ação "indireta", e um subsequente, marcado por uma abordagem mais direta.

A principal missão era estabelecer uma unidade nacional e cultivar um sentimento compartilhado por todos os membros da sociedade guineense - uma consciência nacional. Nesse contexto, destaca-se a importância do Pan-Africanismo,

⁹O Pan-africanismo é um movimento político e intelectual que busca unificar e fortalecer os povos africanos, promovendo a solidariedade, a identidade e a luta contra o colonialismo e o imperialismo. Surgiu no início do século XX e teve um papel significativo na luta pela independência dos países africanos.

pois rompe com as amarras das alianças locais, desvinculando-se inclusive do primado da identidade étnica. De todo o modo, a percepção da unidade nacional foi moldada e ampliada, como indicado pelo filósofo social ganense Anthony Appiah, não apenas pela influência do imperialismo, mas também pelo acolhimento por parte dos africanos, escapando do controle de seus arautos e transformando-se em “um meio de articular resistência à dominação material dos impérios mundiais” e do “projeto ocidental de domínio cultural” (APPIAH, 1997, p.85-86).

Assim, a relação entre o CEA (Centro de Estudos Africanos) e os movimentos pela independência reside no papel dessas associações como espaços de construção de laços de solidariedade entre estudantes africanos provenientes de diversas colônias portuguesas. Além de promoverem relações mais solidárias, essas casas de estudantes serviam como locais de debate sobre possível afirmar a existência da nação guineense. Essa afirmação não se baseia apenas em uma realidade antropológica objetiva, tampouco na mera imposição política seguida de mecanismos ideológicos que levaram à formação do Estado guineense. Uma condição suplementar se faz indispensável: a crescente convicção de pertencimento e o compartilhamento da história comum, permeada por mitos, crenças e tradições. Esse sentimento enraíza-se no momento fundador da nacionalidade, marcado pela libertação do jugo colonial (AUGEL, 1997).

Outro ponto importante é que, o intenso intercâmbio cultural e educacional entre os povos africanos dos territórios colonizados por Portugal, aliado a uma notável determinação política de superação e capacitação, não apenas se revelou como uma estratégia altamente benéfica para o êxito da luta de libertação nas nações africanas sob domínio português, mas também fomentou a formação de uma intelectualidade engajada na causa. A maioria dos líderes intelectuais e revolucionários africanos eram estudantes dos territórios africanos de língua portuguesa que frequentavam universidades em Lisboa. Entre eles, destacavam-se figuras como Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Agostinho Neto e Vasco Cabral, todos profundamente influenciados pela ideologia pan-africanista.

Esses líderes, com o objetivo de discutir questões de interesse dos estudantes africanos, como política, colonização, economia e produção de conhecimento, estabeleceram um plano de ações que envolvia palestras, recitação de poesias e outros tópicos relacionados ao continente africano e à colonização europeia. Em meio a essas atividades, o Centro de Estudos Africanos (CEA) foi fundado em 1951, contando com a

participação de Amílcar Cabral, Mário de Andrade e Francisco José Tenreiro.

O CEA foi criado visando servir de ponto de encontro com vista à realização de reuniões políticas que permitiam mais tarde a criação de movimentos anticolonialistas, ajudando muito na articulação das reivindicações por eles eleitas e no pensamento político que era formado e promovido pelo grupo que se convencionou chamar-se Geração de Amílcar Cabral (CANDÉ MONTEIRO, 2020; MATOS, 2019).

No depoimento de Mário de Andrade, que foi um dos fundadores do CEA, podemos ler o seguinte:

Terminada a pequena luta para transformar uma associação já existente onde nos fosse possível reunir, só nos restava uma solução: criar alguma coisa de novo em torno dos nossos problemas – um centro de discussão. Então, de acordo com os camaradas Cabral, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro e eu próprio fomos encarregados de traçar um plano de lições, de palestras sobre problemas africanos, para debater (discutir) no seio do nosso grupo, mas alargada a outros patriotas. Assim nasceu o Centro de Estudos Africanos, em 1951 (ANDRADE, 1973, 17).

A Casa de Estudantes de Império¹⁰ – CEI (1944) amparou o Centro de Estudos Africanos CEA (1951) que é o lugar em que decorriam as conversas e concertações sobre problemas africanos concernentes à geografia, história, literatura, línguas e os problemas políticos de então. Isso demonstra que o plano tático dos movimentos independentistas africanos para enfrentar a dominação imperialista portuguesa ultrapassa estratégias de simples mobilização social para a luta de libertação, porém, antes da materialização desse processo tiveram uma longa trajetória de preparação política, econômica, cultural e os problemas enfrentados nas colônias.

A experiência política, assim como a formulação teórica dos objetivos e estratégias de luta pela libertação dos povos da Guiné e de Cabo Verde, foram marcadas por uma conjuntura sociopolítica e cultural significativamente desafiadora. O contato com o mundo exterior era igualmente dificultado pelas práticas repressivas das

¹⁰Em jeito de esclarecimento: A Casa de Estudantes do Império foi fundada em 1944, em Lisboa, durante o Estado Novo português. Seu objetivo era proporcionar um ambiente de convívio e apoio a estudantes provenientes das colônias portuguesas que vinham a Portugal para prosseguir seus estudos superiores. A CEI tinha a intenção de formar uma elite colonial que defendesse os interesses de Portugal e do regime político. Por outro lado, o Centro de Estudos Africanos foi fundado em 1951, também em Lisboa, como um instituto de pesquisa e estudo acadêmico dedicado às questões africanas. O CEA teve um papel importante no desenvolvimento dos estudos africanos em Portugal, promovendo pesquisas, conferências e publicações sobre a história, cultura, economia e política dos países africanos sob domínio colonial português.

autoridades coloniais, mas, mesmo assim, enfrentando todas as complicações, mantiveram perseverantes os filhos de terra como Amílcar Cabral, para encontrar autonomia política integrada para os territórios ocupados pelos colonos portugueses.

Amílcar Cabral reforçou, sempre que possível, o seguinte: “A nossa luta é o resultado da pressão (ou opressão) que os colonialistas portugueses exercem sobre a nossa sociedade (CABRAL, 2023, p. 11).” Dessa pressão, com um notável sentimento de divórcio com o sistema dominante português, foi cultivado a vontade baseada no desejo dos povos que ali vivem de criar e desenvolver o seu próprio estado soberano, conscientes de sua especificidade histórica e delineando os objetivos que giram em torno da necessidade de criar uma sociedade livre e independente do domínio colonial (CANDÉ MONTEIRO, 2020).

Assim, a partir de 1952, o movimento de resistência ao domínio colonial português, ainda carente de uma estrutura sólida e enfrentando grandes desafios, incluindo a repressão por parte das autoridades coloniais portuguesas devido aos protestos urbanos que eram então realizados, passou gradualmente a contar com uma mobilização mais estruturada através da criação de uma ideologia organizada de independência por parte de grupos da elite intelectual e econômica da Guiné e Cabo Verde (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Em 19 de setembro de 1956, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin estabeleceram o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), visando advogar pela independência da Guiné e Cabo Verde. O Centro de Estudos Africanos (CEA) desempenhou um papel essencial nesse processo, servindo como um fórum intelectual e social onde líderes em potencial discutiam e abordavam questões relacionadas à luta pela independência, tornando-se posteriormente líderes dos movimentos anticoloniais nos países africanos sob o domínio português.

O PAIGC acabou por assumir as feições de um movimento de guerrilha motivado quer pela superioridade militar e tecnológica das potências coloniais, a que não resistiria de outra forma, mas também por ser fortemente influenciado pelos países aliados, em especial, pelo movimento guerrilheiro de libertação em Cuba em sua estratégia de combate.

Nesse contexto, é vital considerar o impacto significativo que o massacre de Pindjiguiti, ocorrido em setembro de 1959, teve sobre a natureza da resistência

guineense-cabo-verdiana, particularmente dentro do movimento liderado pelo PAIGC. Este trágico evento galvanizou membros proeminentes, como Rafael Barbosa, levando-os a intensificar suas atividades. De maneira mais incisiva, adentraram áreas rurais, buscando mobilizar a população em resposta a esse terrível episódio.

Em "Amílcar Cabral Textos Políticos", Amílcar Cabral enfatiza a importância do massacre de Pindjiguiti como uma lição dolorosa para os povos guineenses e cabo-verdianos. Até então, o movimento de independência era liderado majoritariamente por jovens intelectuais urbanos, com pouca inserção nas áreas rurais e comunidades isoladas. O massacre representou uma mudança importante, incentivando esforços para interiorizar o movimento e assegurar que não ficasse limitado aos centros urbanos.

Assim, a relevância do massacre reside na sua capacidade de despertar uma consciência mais abrangente e mobilizar a população rural, anteriormente menos engajada nas atividades do movimento de independência. Esse evento brutal desempenhou um papel fundamental na transformação do movimento, conectando-o de forma mais íntima com as experiências e aspirações das comunidades rurais. Dessa maneira, o massacre de Pindjiguiti foi um catalisador para a expansão e aprofundamento da luta pela independência na Guiné e Cabo Verde.

Segundo Cabral (1979), foi o dia em que ambas as nações entenderam com desconforto que combater os colonialistas portugueses não era uma questão de escolher entre a luta pacífica e a luta armada. Os colonizadores tinham armas e estavam determinados a eliminar os povos locais, o que levou à decisão – numa reunião secreta da direção do partido, realizada em Bissau a 19 de setembro de 1959 – de suspender todas as ações de protesto nas cidades e preparar para a luta. O movimento necessitava de uma base política sólida no meio rural e, após três anos de intensa mobilização e organização da população rural, conseguiu estabelecê-lo, apesar da constante vigilância das autoridades coloniais (CABRAL, 1979).

A decisão de suspender os protestos urbanos e se preparar para a luta armada indica uma mudança de estratégia do partido, que agora vê como necessária uma ação mais direta e conflituosa para alcançar a independência do país. A entrada do movimento nas áreas rurais e a constituição de uma base rural envolveram estratégias dos líderes do movimento que investiram em campanhas de mobilização e conscientização para explicar os objetivos e propósitos do movimento às comunidades

rurais através da realização de reuniões e assembleias.

O processo da mobilização da população por parte do PAIGC surtiu efeitos positivos, contra todos os empecilhos e os obstáculos encontrados. Cabral (1962) explica que os militantes do PAIGC que residiam na zona de cidade – abrangendo os operários, pequenos burgueses, empregados, etc.– também foram para as matas, abandonando os bens que tinham conquistado, partindo para a atividade de mobilização da população visando lutar pela libertação da Guiné e de Cabo Verde.

A mobilização e fortalecimento do movimento cresceram após a criação de uma escola política na República vizinha de Guiné-Conakry. Nessa escola, os militantes do partido/movimento recebiam formação política, com o objetivo de capacitá-los para liderar grupos de comissões responsáveis pela mobilização da população na luta de libertação (CABRAL, 1962). A educação política era uma exigência em todas as frentes de luta e era considerada uma das principais prioridades do PAIGC. De fato, Cabral explicou durante um seminário para membros do partido em novembro de 1969:

É preciso lutar com a consciência política na cabeça. É preciso termos consciência de que é a consciência do homem que guia a arma, e não a arma que guia a consciência. A arma vale porque o homem está atrás, agarrado a ela. E vale tanto mais quanto mais vale a consciência do homem, quanto mais a consciência do homem serve a uma causa justa, bem definida e clara (BORGES, s.d., p.29).

A educação militante ou política do PAIGC tinha como objetivo principal ser anticolonial e afro-centrada. Seu propósito era desmantelar o sistema e as práticas preconceituosas, hierárquicas e opressoras que eram herança da educação colonial portuguesa (BORGES, s.d.). Se na primeira fase houve uma resistência fragmentada. Já na segunda fase, mesmo com a visível estratificação social e as políticas coloniais implementadas, como o "Estatuto dos Indígenas" das Províncias da Guiné-Bissau, aprovado por Decreto-lei em 20 de maio de 1954, que estabelecia uma hierarquização racial entre os povos considerados "civilizados" e os considerados "não-civilizados" (TEIXEIRA, 2015), às diferentes etnias guineenses e as diferenças de classe existentes entre os cidadãos não impediram que estes unissem suas forças para enfrentar a opressão colonial e lutar por sua liberdade e territórios, especialmente, com os esforços empreendidos pela direção de vanguarda.

Assim, os ensinamentos de Amílcar Cabral (2023, p.12), segundo o qual, “uma

luta para poder avançar a sério, tem que ser organizada e só pode ser organizada a sério por uma direção de vanguarda”, fez diferença colocando PAIGC na frente enquanto movimento protagonista da revolução. A luta de libertação nacional travada pelo PAIGC fundamentou-se nos direitos humanos, destacando-se pelo direito à autodeterminação dos povos colonizados, a restauração da legalidade internacional. Ela se alinha ao movimento global de emancipação de povos colonizados, respaldado pelo direito internacional, e busca assegurar direitos e liberdades humanos, representando a busca pela paz. Para Amílcar Cabral “a libertação nacional era um acto de cultura e factor de cultura. E cultura um fator de resistência à dominação estrangeira” (AMADO, 2020, p.120).

Aquilo que seria na perspectiva de Amílcar Cabral uma guerra “desenvolvida não contra o povo português, mas contra o colonialismo português” teve como fase mais intensa da mobilização pela independência o ano de 1960. E paralelamente ao PAIGC, liderado por Amílcar Cabral, nesta ocasião, entre os movimentos populares independentistas¹¹ e nacionalistas que surgiram na mesma altura, identificamos a Frente Nacional de Libertação da Guiné FLING - criada em agosto de 1962 como resultado da fusão de vários grupos políticos com sede em Dakar, como UPG, RDAG e UPLG - Movimento de Independência da Guiné (MING), entre outros (GARCIA, 2017).

Entretanto, é de salientar que, muito embora buscasse conquistar a independência, a FLING, inicialmente, focou-se no recrutamento de pessoas instruídas e na divulgação de material informativo. Além de suas atividades iniciais de recrutamento e divulgação de material informativo, foi em grande parte limitada à publicação de alguns comunicados, à organização de reuniões e à participação em conferências internacionais. Já o MLG, Movimento de Libertação da Guiné, inicialmente considerou uma federação com Portugal, mas exigiu posteriormente a independência total.

Composto principalmente por membros da etnia manjaca, o MLG equiparava

¹¹No Senegal, constituíram-se diversos movimentos que visavam obter a independência da Guiné. Salienta-se o MLGC (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde), a UPG (União de Povos da Guiné) que, apesar da designação, reunia apenas alguns guineenses residentes em Kolda, o RDAG (Reunião Democrática Africana da Guiné), constituído pela Colônia Mandinga do Senegal, a UNGP (União dos Naturais da Guiné Portuguesa), a UPLG (União da População Libertada da Guiné), que agrupava a minoria de etnia Fula do Senegal, e o MLG (Movimento de Libertação da Guiné) a que aderiram à maioria dos Manjacos. Em agosto de 1962, como resultado da união de vários grupos políticos com sede em Dakar, como o UPG, o RDAG e a UPLG, foi criada a FLING (Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné). O PAIGC recusou o convite para fazer parte deste movimento. Ver: GARCIA, Francisco Proença. Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974), 2017. Link de acesso a arquivos importantes sobre mobilização na Guiné <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3895933>

brancos portugueses e cabo-verdianos, demonstrando hostilidade a estes últimos. Embora reconhecesse a necessidade de união com o PAIGC, o MLG rejeitava a ideia de federação entre Guiné e Cabo Verde (GARCIA, 2017). Essas diferenças ideológicas e a hostilidade do MLG em relação aos cabo-verdianos podem ter contribuído grandemente para a falta de unidade entre os movimentos independentistas Bissau-guineenses.

Enquanto isso, como se apercebe pela natureza “clandestina¹²” dos movimentos independentistas criados na época, a administração colonial buscava utilizar de todos os meios de controle e contenção para impedir o surgimento e desenvolvimento de uma consciência cívica nacional que pudesse ameaçar seus interesses coloniais (HANDEM, 2008). Essas medidas de controle incluíram a proibição de organizações políticas e sociais independentes, vigilância e perseguição de líderes e ativistas da independência e imposição de leis e regulamentos restritivos. O PAIGC precisava operar em segredo para garantir a segurança de seus membros e simpatizantes, pois um pouco de sigilo oferecia alguma proteção aos membros e simpatizantes, permitindo-lhes continuar suas atividades políticas e sociais.

Em agosto de 1961 iniciou-se a “ação direta” contra os portugueses, como sabotagem, cortes nas vias de comunicação e destruição de equipamentos. Em 1962, a PIDE atacou o centro secreto do PAIGC em Bissau, seguindo-se detenções arbitrárias e tortura. A 23 de janeiro de 1963, após uma ampla mobilização e sensibilização política das massas do meio rural, base de apoio do PAIGC, foi lançada a luta armada de libertação para a libertação do território da Guiné, concretamente nas regiões Sul e Leste (TEIXEIRA, 2015; AMADO, 2020). Garcia (2017, p.56) corrobora com esta explicação mostrando que “o primeiro ataque armado eclodiu a 23 de janeiro de 1963, contra as instalações de um aquartelamento das Forças Armadas Portuguesas, em Tite”. A partir desse momento, o movimento manteve o seu carácter revolucionário, lançando-se numa guerra de guerrilha alimentada pela impossibilidade de abrir negociações para a independência com Portugal.

Após 11 anos de luta armada travados conjuntamente por guineenses e cabo-verdianos, as sociedades guineense e cabo-verdiana conquistam a soberania

¹²O momento mais importante foi em 1956 quando na clandestinidade foi criado o partido PAIGC. Segundo Cabral “Isso significa que o momento culminante, para nós, antes da luta armada, foi quando chegamos à convicção de que apenas nos era possível trabalhar na clandestinidade. Depois da criação do partido, em 1956, houve outro momento de grande importância, em 1959, quando os portugueses fizeram o massacre de Pindjiguiti, que desencadeou uma grande indignação em toda a população da Guiné e Cabo Verde” (CABRAL, s.d. p.06).

binacional com a declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau na Serra do Boé, assinalando o seu triunfo de libertação. O principal objetivo foi alcançado, o PAIGC declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau e em 1973 buscou o reconhecimento internacional, reconhecido por vários países, especialmente os associados a ex-União Socialista Soviética Repúblicas (URSS).

A 10 de setembro de 1974, Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau. Destaca-se que a Guiné-Bissau foi pioneira entre as colônias africanas portuguesas ao declarar unilateralmente sua independência em 1974. Entretanto, sua batalha pela libertação, conduzida conjuntamente com Cabo Verde (que só alcançou a independência em 1975), perdurou como a mais longa entre todas as ex-colônias.

Dessa forma, em resposta à pergunta sobre que implicações teve o processo colonial no surgimento de mobilizações sociais e ações coletivas, pode-se afirmar que o impacto do colonialismo na Guiné-Bissau foi significativo, resultando em diversos tipos de mobilização social. A resistência ao colonialismo e a busca pela independência geraram uma consciência política e social entre os guineenses, alimentando a mobilização e organização dos primeiros movimentos, tanto os étnicos locais quanto os movimentos nacionalistas.

Em suma, este capítulo traça a evolução do movimento de independência na Guiné-Bissau, desde suas origens locais até tornar-se um movimento nacionalista. Destaca-se a influência do Pan-Africanismo e do Centro de Estudos Africanos (CEA) na formação da consciência nacional. Explora-se uma fase inicial de "ação indireta", focada na consciência nacional e no CEA, seguida por uma segunda fase de "ação direta" após o massacre de Pindjiguiti em 1959. Nesse momento, houve a suspensão de protestos urbanos, preparação para a luta armada e entrada nas áreas rurais.

Aborda-se o desafio de operar clandestinamente, contornando a repressão da administração colonial e da PIDE, destacando estratégias como sabotagem e mobilização em áreas rurais. O capítulo conclui com a conquista da independência em 1973, marcando a Guiné-Bissau como a primeira colônia africana portuguesa a alcançar a autonomia. O objetivo é oferecer uma compreensão abrangente do papel dos movimentos pela independência da Guiné-Bissau.

Em seguida, considerando que um regime de partido único normalmente implica em restrições severas à liberdade de expressão e associação, na próxima seção, examinaremos como o ambiente autoritário estabelecido por tal regime afetou a

mobilização social, e qual foi o impacto dessa dinâmica durante o período em questão.

3.2. Mobilização Social e a Construção do Estado Pós-Colonial: Regime Monopartidário

A análise da construção do Estado e da mobilização social na história da Guiné-Bissau revela duas fases distintas. Inicialmente, o período de 1974¹³ a 1981 foi marcada por uma abordagem "socialista", com um aumento significativo da centralização estatal. Em contraste, a segunda fase, de 1981 até os dias atuais, foi caracterizada por uma abordagem "liberal", indicando uma separação mais clara entre o Estado e a economia de mercado (FERNANDES, 1994). Entretanto, ao examinar a primeira fase, constata-se que a conquista da independência não alcançou as expectativas socioeconômicas e políticas, resultando em desilusões.

O PAIGC, originalmente um movimento revolucionário que se transformou em partido político, tinha como objetivo não apenas conquistar a independência, mas também eliminar a exploração e as relações coloniais. Com essa missão em mente, Amílcar Cabral enfatizou – antes de seu assassinato em 20 de janeiro de 1973, aproximadamente oito meses antes da proclamação da independência em 24 de setembro do mesmo ano – a importância de os líderes servirem ao povo (MENDY, 1996). Nas suas palavras assinala: “devem trabalhar para o Partido com a certeza de que estão trabalhando para o povo de nossa terra. E devemos lutar para que a todo custo o povo sinta que é ele quem tem o poder de nossa terra em suas mãos” (CABRAL, 2023, p.7).

Após a independência, a Guiné-Bissau e outros países africanos da língua

¹³A história constitucional da Guiné-Bissau é marcada por uma série de mudanças e revisões ao longo dos anos. Tudo começou com a promulgação da primeira literatura constitucional em 24 de setembro de 1973, conhecida como "Constituição do Boé", que vigorou até 1980. No entanto, em novembro de 1980, um golpe militar anulou a aprovação de um novo texto constitucional pela Assembleia Nacional. Em 16 de maio de 1984, uma nova carta constitucional foi unanimemente aprovada pela Assembleia Nacional Popular e promulgada pela presidente do poder legislativo, Carmen Pereira. A história de emendas e revisões continuou, com a Lei Constitucional n.º 1 de 1991 introduzindo o pluripartidarismo e a Lei Constitucional n.º 2 de 1991 também trazendo revisões significativas. O ano de 1993 testemunhou a decretação e promulgação da Lei Constitucional n.º 1, que realizou emendas notáveis nos artigos 5º e 20º. Posteriormente, a Assembleia Nacional promulgou a Lei Constitucional n.º 1 de 1995, revisando os artigos 105 a 118 em 1º de dezembro de 1995. Em 16 de dezembro de 1996, a Lei Constitucional n.º 1/96 foi publicada no Boletim Oficial da Guiné-Bissau. A jornada de revisões culminou em 5 de abril de 2001, quando a Assembleia Nacional decretou uma lei fundamental para a revisão da Constituição, porém, o Presidente da República na época, Kumba Yalá, se recusou a promulgar. Ver: Nota de análise de UNIOGBIS, intitulado “Dotar a Guiné-Bissau de uma nova Constituição para consolidar o Estado de direito e a estabilidade” publicado em 2018.

portuguesa – Angola, Moçambique, etc.– viram a instalação de regimes monopartidários que suprimiram a oposição (MACUANE, 2000). O PAIGC foi reconhecido como a principal força política e orientadora do Estado na Constituição de 1984 – Artigos 4º, parágrafo 1 – (FERREIRA, 2008). De acordo com o Artigo 2º do mesmo dispositivo legal, cabia ao PAIGC a responsabilidade de estabelecer os fundamentos gerais do programa político, econômico, social e cultural de defesa e segurança a ser implementado pelo Estado, além de ser encarregado da seleção dos candidatos a conselheiros regionais e deputados (FERREIRA, 2008).

Conforme esclarecido por Peter Nyong'o (2002) o movimento em direção aos sistemas de governo de partido único não foi sempre imposto às sociedades africanas pelos regimes governantes. No período da independência, havia um profundo senso de esperança, o que poderíamos chamar de uma "fé inabalável" no nacionalismo. Nesse contexto, o que se tornava prioritário não era tanto a implementação de um sistema de governo altamente elaborado, mas sim um governo que fosse capaz de cumprir as promessas da independência. O que se buscava era, na verdade, algo denominado "desenvolvimento" ou "construção da nação", pois esse era o segredo para concretizar as mencionadas promessas (NYONG'O, 2002).

Na situação particular da Guiné-Bissau, o PAIGC destacou-se como o único partido percebido como apto a lidar com os desafios pós-independência. Essa percepção foi influenciada pela história e legado do partido, que geram confiança na população. O PAIGC desempenhou um papel de destaque na conquista da independência, o que contribuiu para a confiança depositada nele para liderar no período subsequente à independência.

Então, o partido assumiu o controle do estado e da sociedade guineense e promoveu uma abordagem centralizada em todas as esferas (TEIXEIRA, 2015; MENDY, 1996), em defesa da adesão intransigente à ideologia do movimento de libertação. Nessa conjuntura, as outras forças políticas foram restringidas, e seus membros muitas vezes foram perseguidos ou forçados ao exílio (SEMEDO, 2009). Esta persistente cultura de intolerância e perseguição às forças políticas e à sociedade civil ainda se faz presente durante o processo de transição para a democracia.

Conforme mencionado anteriormente, além do PAIGC, havia outras forças políticas e movimentos, como a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), que tentou desenvolver estratégias de luta pela independência. No entanto, a sua ação e de

muitos outros foram restringidas devido à forte atuação político-militar do PAIGC, liderado por Amílcar Cabral. Teixeira (2021) observou que havia muita desconfiança interna e incipiente base social dos nacionalistas guineenses, tanto no campo quanto na cidade. “E mais do que isso, a firmeza do PAIGC combinava “astúcia e violência” na relação com tais movimentos contrários à unidade Guiné e Cabo Verde” (TEIXEIRA, 2021, p.246).

Com a conquista da independência, conforme relatado por Semedo (2009), os militantes dessas outras forças foram não apenas perseguidos¹⁴, mas também considerados traidores da nação, nunca sendo convidados a participar da formação do governo e, em muitos casos, sendo forçados a buscar exílio no exterior. E embora o PAIGC enfatize a mobilização popular, o regime monopartidário limitava as liberdades individuais (BIJAGÓ, 2017). A influência do marxismo-leninismo culminou no estabelecimento de um sistema político com um partido único fundamentado nessa ideologia (CARDOSO, 2002).

É importante destacar que isso se deve à relação do PAIGC com a União Soviética e Cuba, que não apenas ofereceram apoio prático durante a luta pela independência, mas também desempenharam um papel crucial na formação da ideologia partidária. A influência desses países e a necessidade de apoio durante o conflito contribuíram de maneira significativa para a transição do PAIGC para o marxismo-leninismo como a ideologia orientadora central.

No entanto, Leopoldo Amado (2005) explica que, embora o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tenha liderado o que muitos consideraram uma longa e gloriosa luta pela libertação das duas nacionalidades, o regime pós-colonial acabou por reproduzir a violência colonial, mesmo que isso significasse um atentado à liberdade e à dignidade humana (SOUSA JR., 2013). A política dessa vanguarda revolucionária suprimiu a oposição, clonou e incorporou o autoritarismo colonial.

Para esta análise do comportamento político do PAIGC, Semedo (2009), ressalta a importância de se levar em consideração, entre outras questões, a influência

¹⁴Como destacado anteriormente, esta triste cultura de violência contra aqueles que se opõem ao regime ainda persiste, com incidentes notáveis, como o brutal espancamento do advogado e comentarista Marcelino Intupé, bem como o sequestro e espancamento do ativista e presidente do MCCI, Sana Cante, perpetrados por indivíduos armados, entre outros casos alarmantes. Tais eventos frequentemente levam a Liga Guineense dos Direitos Humanos a alertar para a crescente institucionalização da impunidade e da violência.

institucional da ditadura sobre “a estrutura psicossocial no comportamento coletivo e individual, além de ser mister não se esquecer dos reflexos herdados da colonização que, sem dúvida, foram responsáveis pelo enraizamento de cultura autoritária” (SEMEDO, 2009). Para o autor (2009, p.41), “o que aconteceu foi apenas a substituição de uma força repressora estrangeira por outra nacional igualmente repressora”. A esta situação pós-colonial, Carlos Lopes (1997) chamou de “africanização do autoritarismo colonial” para caracterizar a violência e apropriação privada dos recursos como fenômeno intrínseco à cultura política africana pós-colonial.

Com relação à interação entre Estado e sociedade, Handem (2008) observa a criação de organizações de massa pelo partido-Estado, com o objetivo de facilitar a mobilização rápida e abrangente da população para os esforços de reconstrução nacional. Esses grupos, conhecidos como "movimentos-satélites" do PAIGC, incluíam a União Nacional dos Trabalhadores (UNTG), a União Democrática das Mulheres (UDEMU) e a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e os Pioneiros Abel Djassi, composto por crianças e adolescentes das escolas públicas do país (HANDEM, 2008). Ou seja, neste período, ao abordarmos a presença de movimentos sociais, é fundamental considerá-los intrinsecamente ligados à autoridade estatal.

As ações dessas organizações de massa eram todas determinadas pelo partido-Estado, visando um controle social estrito (HANDEM, 2008), limitando assim o surgimento de organizações não estatais com ideologias diferentes. O país transitou de um regime colonial opressivo e altamente centralizado para um regime de partido-Estado extremamente centralizador, aspirando controlar todos os aspectos da vida nacional (MENDY, 1996). Essa dinâmica favorece o controle pelo partido-Estado (PAIGC) sobre a criação de organizações não estatais, devido ao receio de ver a materialização de organizações com ideologias liberais que pudessem questionar as ideologias revolucionárias geradas durante a luta pela independência nacional (HANDEM, 2008).

Embora a Guiné-Bissau tenha sido proclamada uma "democracia nacional revolucionária" nos documentos oficiais, enfatizando a participação popular e a busca por uma sociedade livre de exploração (FERREIRA, 2008), o contexto de mobilização social foi caracterizado por um ambiente antidemocrático e, conseqüentemente, por restrições e controle sobre a expressão de liberdades e direitos, limitando as possibilidades de autonomia da sociedade civil (KOUAWO, 1996).

Na construção do novo Estado (novo em oposição ao velho, ao estado colonial¹⁵), deficiências estruturais e técnico-administrativas foram amplamente evidenciadas, resultantes da ruptura com Portugal e da falta de profissionais qualificados (SEMEDO, 2009). Esta lacuna foi, em parte, devido à decisão do partido de cortar completamente os laços com Portugal, recusando qualquer assistência do país na construção do novo Estado. Além disso, o partido enfrentou uma escassez de profissionais qualificados para impulsionar eficientemente a burocracia pública (SEMEDO, 2009). Optou-se por afastar indivíduos que haviam servido na administração colonial, inclusive alguns que foram condenados por traição à pátria.

Segundo Silva (1997), a proclamação do Estado guineense por PAIGC baseou-se em quatro pilares fundamentais do direito internacional. Esses princípios são: 1) liberdade (autodeterminação, descolonização completa, proibição do uso da força e de intervenção estrangeira, rejeição de tratados desiguais e ocupação estrangeira, bem como bases militares, entre outros); 2) universalidade (participação mais eficaz e abrangente em organizações internacionais e seus órgãos, mediante revisão de sua composição); 3) igualdade de direitos (proibição de qualquer relação de dominação, soberania igual, direitos sobre os recursos naturais, entre outros); 4) e cooperação internacional (direitos humanos, cooperação econômica, direito ao desenvolvimento, etc.) (SILVA, 1997).

Dessa maneira, respaldado pela confiança popular em virtude do legado de luta pela libertação, o PAIGC assumiu o controle do país em 1974, sob a liderança de Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral. A Presidência foi acompanhada por um executivo composto por 7 Comissariados de Estado (termo na época equivalente aos ministérios) e 8 Sub-Comissariados de Estado, liderados pelo Comissário Principal Francisco Mendes (Tchico Té), que faleceu em 1978 em um acidente de trânsito. Esse momento marcou o primeiro contato do partido com os desafios práticos da

¹⁵ Em jeito de melhor esclarecimento, gostaria de ressaltar que, antes da independência da Guiné-Bissau, o território era uma colônia de Portugal. Como colônia, o controle político, administrativo e econômico estava nas mãos do governo colonial português. O sistema político era caracterizado por uma administração colonial que exercia autoridade sobre a população local. Na época colonial, não havia um Estado guineense independente, e a estrutura governamental era organizada de acordo com os interesses e políticas de Portugal. O governo colonial administrava o território para explorar recursos naturais, implementar políticas econômicas favoráveis a Portugal e manter o controle sobre a população. A população guineense, por sua vez, estava sujeita às leis e regulamentos impostos pelo governo colonial. As instituições governamentais eram orientadas para atender aos interesses da metrópole, e não refletiam a autonomia ou autodeterminação do povo guineense. A luta pela independência, liderada pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) e outros movimentos, visava romper com o domínio colonial e estabelecer um Estado soberano e autônomo na Guiné-Bissau.

administração pública, destacando a complexidade da máquina burocrática, especialmente no que diz respeito à distribuição de cargos públicos e à garantia do bem-estar dos cidadãos. A situação era desafiadora, pois além de ser a primeira experiência real do partido no exercício do governo, também enfrenta a escassez de membros com as habilidades necessárias para fazer a máquina pública funcionar (SEMEDO, 2009).

O poder político estava organizado da seguinte forma: a Assembleia Nacional Popular (ANP), o Conselho do Estado (CE), o Conselho dos Comissários do Estado (CCE), os Conselhos Regionais (CR) e o Poder Judicial (PJ). Quanto ao poder de decisão, o órgão que detinha o controle e determinava o funcionamento de todo o sistema era o Conselho do Estado (CE), cuja responsabilidade incluía a execução das funções atribuídas por leis e resoluções da ANP durante os intervalos entre as sessões (SEMEDO, 2009), conforme descrito na tabela a seguir:

Quadro 3 - Funções do Conselho do Estado.

Funções do Conselho do Estado (CE)
1. Defender a Constituição do Estado
2. Organizar referendos populares
3. Ratificar os tratados e convenções internacionais
4. Declarar guerra e fazer a paz
5. Fixar a data das eleições dos deputados à ANP
6. Convocar a ANP, abrir e encerrar suas sessões ordinárias
7. Promulgar as leis e resoluções da ANP
8. Nomear e demitir, sob proposta do presidente, os membros do CCE
9. Receber as credenciais dos representantes estrangeiros
10. Conceder as condecorações do Estado
11. Anistiar, perdoar e comutar as penas.

Fonte: Adaptado de Semedo, 2019.

Conforme apontado por Semedo (2009), o regime não permitia a separação dos poderes, como àquela seguida por estados e sociedades modernas que incorporaram em suas constituições políticas o conceito de separação tríplice dos poderes, a saber:

Executivo, Legislativo e Judiciário, como ensinado por Montesquieu. De acordo com a estrutura estabelecida, a função atribuída à Assembleia Nacional Popular (ANP), conforme o capítulo III, artigo 28, era a de votar as leis e resoluções sob a proposta do governo.

No artigo 32 do mesmo capítulo, a Assembleia Nacional Popular (ANP) possuía autoridade para destituir um deputado que não obedecesse às leis estabelecidas pelo partido, mediante proposta da própria agremiação (SEMEDO, 2009). No entanto, Semedo destaca a falta de definição, no contexto constitucional, de um modelo político específico para o país.

Apesar disso, a estrutura do poder concedia amplos poderes e atribuições ao presidente, que exerce controle absoluto sobre o sistema. Por outro lado, o comissário principal, teoricamente o chefe de governo (ou primeiro-ministro), desempenhava funções principalmente administrativas, responsável pela coordenação das atividades políticas, administrativas e sociais dos comissariados, embora não detivesse significativa autonomia política.

Em síntese, a lição-chave desta seção reside na dualidade entre a promessa inicial de liberdade e participação popular proclamada pelo PAIGC e a realidade autoritária que emergiu pós-independência. A mobilização social foi instrumentalizada pelo partido-Estado, resultando em controle restrito, perseguição à oposição e limitação das liberdades individuais. A transição para a democracia é influenciada pela necessidade de superar essa história de autoritarismo, reforçando a importância da sociedade civil na busca por uma governança mais respeitadora dos direitos fundamentais.

3.3. A Transição Constitucional e Mobilização social: Regime Multipartidário

Como previamente discutido na seção anterior, a análise da implementação do Estado e da mobilização social na história da Guiné-Bissau revela duas fases distintas. Conforme explicado, a segunda fase foi caracterizada por uma abordagem "liberal". O debate sobre a transição constitucional iniciou-se em 1989, e dentro do partido PAIGC, surgiram vozes que expressavam preocupações acerca dos possíveis desafios decorrentes do multipartidarismo. Isso porque, segundo as observações de Cardoso (1995), muitos líderes do partido na época acreditavam, inclusive, que a transição

acarretava certos perigos, especialmente na África, onde, em sua opinião, a vida econômica, política e social difere consideravelmente daquela dos países europeus. Eles temiam que a multiplicidade de partidos pudesse conduzir ao tribalismo e até mesmo a conflitos civis.

Entretanto, nesse mesmo contexto, já se delineava dentro do PAIGC uma corrente disposta a levar as reformas até às últimas consequências. Essa corrente acreditava que mais do que apenas alterar certas estruturas do partido, era fundamental instituir novas formas de funcionamento da sociedade e, sobretudo, novos mecanismos de interligação entre suas instituições políticas, a fim de garantir as liberdades fundamentais do cidadão (CARDOSO, 1995). Em 1990, durante a terceira reunião ordinária do partido, o anteprojeto da plataforma programática de transição recebeu aprovação (FERREIRA, 2008).

A decisão de adotar o multipartidarismo foi tomada durante o II Congresso Extraordinário, conhecido como o Congresso de "Renovação, Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia", que ocorreu de 20 de janeiro a 1 de fevereiro de 1991 (CARDOSO, 1995). Sangreman reforça esse fato apontando que: “Em Janeiro de 1991, durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC, o Presidente Nino Vieira anunciou o início da democratização do país, tendo para o efeito sido alterada a Constituição, de modo a permitir o pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa” (SANGREMAN, 2006, p. 14).

Nesse evento, além da adoção do multipartidarismo, uma série de medidas essenciais para o processo de abertura e a transição para a democracia foram aprovadas. As metas dessa revisão incluíam a introdução da separação de poderes, a implementação do sufrágio universal direto e secreto, a adoção do multipartidarismo e a garantia da liberdade de imprensa e sindical (FERREIRA, 2008).

A nível internacional, isso se observou em um contexto de colapso do sistema socialista europeu. O nosso contexto internacional, com o fim da guerra fria, criou “as condições propícias para que os países ocidentais pudessem propagar a ideologia liberal como não só a única digna de crédito, como também o único modelo a seguir” (CARDOSO, 1996, p.14). Na Guiné-Bissau¹⁶, a conjuntura de crise econômica aliada à perda de legitimidade do partido único (PAIGC), incapaz de prover as condições

¹⁶O colapso do sistema socialista europeu marcou o fim da Guerra Fria. Isso teve impacto em várias partes do mundo, levando a mudanças políticas significativas. O modelo socialista que alguns países africanos, incluindo a Guiné-Bissau, haviam adotado, perdeu o apoio internacional que havia recebido durante a Guerra Fria.

mínimas para o aprimoramento das condições de vida da população, desencadeou uma série de transformações sociopolíticas e econômicas.

Este cenário propiciou o surgimento de mudanças significativas, notadamente evidenciadas pelas revisões constitucionais de 1991 e 1993. Tais modificações, que impactaram substancialmente a Constituição de 1984, foram aprovadas por uma Assembleia Nacional de partido único, conforme destacado por Ferreira (2008). O processo eleitoral teve seu início e, no ano subsequente (1994), foram realizadas as eleições presidenciais. Nesse momento, a oposição conquistou representação no parlamento, possibilitando sua participação ativa nas revisões constitucionais (FERREIRA, 2008).

No contexto dessas reformas orientadas para se adequarem à abertura política, observou-se uma reconfiguração completa do artigo 4º, culminando na introdução do pluripartidarismo. “O fim da hegemonia política do PAIGC como única força dirigente da sociedade guineense ficou determinado pela Lei Constitucional n.º 1/91 de 29 de maio, que permitiu a revisão da Constituição de 1984” (SEMEDO, 2020, p. 18). Cardoso reforça a efetivação da “revisão da constituição; eliminação do artigo IV que aclamava o PAIGC como única força dirigente; desvinculação do sindicato UNTG do PAIGC; liberdade de imprensa e despartidarização das forças armadas (CARDOSO, 1995, p.267)”. Tudo isso acabou resultando na alteração do *status* do PAIGC, que deixou de ser considerada a força dirigente da sociedade, sendo substituído pela livre formação de partidos políticos.

A nova constituição determina, que: “na república da Guiné-Bissau, é livre a constituição de partidos políticos nos termos da Constituição e da Lei” (FERREIRA, 2008, p.34). Segundo Ferreira (2008) a revisão constitucional resultou na modificação do artigo 3º, que substituiu as fórmulas constitucionais anteriormente por novas formulações mais alinhadas com o princípio do Estado de Direito e da democracia representativa:

Art.3º A República da Guiné-Bissau é um Estado de Democracia constitucionalmente instituída, fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controle e direção das atividades públicas e orientadas para a construção de uma sociedade livre e justa. Foi ainda instituído o princípio da legalidade democrática e da subordinação do Estado à Constituição, nos termos do art. 8º, nº1, e a desvinculação total das Forças Armadas a partidos políticos (art. 20, nº4). Segundo essa Constituição, o Estado subordina-se à Constituição e baseia-se na legalidade democrática e as F.A.R.P. são

apartidárias, e os seus elementos, no ativo, não podem exercer qualquer atividade política (CONSTITUIÇÃO GB, 1994).

Com o objetivo de manter estabelecido um arcabouço legal para a transição democrática, foi promulgada uma série de leis. Essas leis abrangem áreas como a regulamentação da imprensa, o estatuto dos jornalistas, a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, o acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação, o direito de formação de sindicatos independentes, o direito à greve e a proteção contra perseguição política (CARDOSO, 1996).

No que diz respeito à formação de partidos políticos, inicialmente eram necessárias cinco mil assinaturas para a legalização, com pelo menos quatrocentas delas coletadas em cada região do país. Entretanto, em 8 de maio, a Assembleia Nacional Popular aprovou uma redução desses requisitos, estabelecendo que apenas duas mil assinaturas, com pelo menos cem de cada região, seriam suficientes para a legalização perante o Supremo Tribunal de Justiça. Com exceção do RGB-Movimento Bafatá e da FLING, que se organizaram no exílio, os demais partidos foram criados (FERNANDES, 1994).

Abaixo, apresentamos um quadro com os partidos de oposição que obtiveram a legalização neste período:

Quadro 4 - Lista de Partidos que obtiveram a legalização logo após abertura política

Partido Político	Líder
FD (Frente Democrática)	Aristides Meneses
FDS (Frente Democrática Social)	Rafael Barbosa
PRS (Partido de Renovação Social)	Kumba Yala
PDP (Partido Democrático do Progresso)	Amine Saad
PRD (Partido de Renovação e Desenvolvimento)	João da Costa
RGB (Resistência da Guiné-Bissau) - Movimento Bafatá	-
MUDE (Movimento para a União e o Desenvolvimento)	Filinto de Barros
PUSD (Partido Unido Social Democrata)	Victor Saúde Maria
PCD (Partido da Convergência Democrática)	Victor Mandinga
FD- Frente Democrática	Aristides Meneses

Fonte: Compilado pelo autor.

Dentro do contexto da sociedade civil, desencadeou-se um esforço mais acentuado em prol da liberdade de expressão e opinião. Esse movimento visa assegurar a participação ativa de diversos atores políticos e membros da sociedade civil na definição dos princípios que sustentam a democracia liberal do sistema representativo semipresidencialista.

Para Teixeira (2015, p.227), a partir de 1990 as organizações partes da sociedade civil tornaram-se notáveis seguidores da “construção de espaço público definido por um conjunto de reivindicações como pressuposto de atuação política e fundamento de legitimação ou não legitimação do poder público, tomando como referência os problemas da vida na cidade e nos bairros periféricos”.

Em outras palavras, os movimentos da sociedade civil passaram a desempenhar um papel fundamental na formação de um espaço público definido por demandas concretas, estabelecendo assim uma base para avaliar e legitimar a atuação do poder público, especialmente quando relacionada aos desafios enfrentados pelas comunidades urbanas e periféricas. Certamente, é nessa dinâmica que surgiram várias organizações da sociedade civil, incluindo Organizações Não Governamentais (ONGs¹⁷) e Sindicatos¹⁸, em virtude de um ambiente favorável à participação cívica e ao crescimento da contestação por parte de atores sociais previamente negligenciados durante a era unipartidária.

Um considerável número de organizações sociais emergiu, gerando novos espaços de reflexão e discussões sobre os desafios enfrentados no contexto da democratização. Isso incluiu um foco em questões como educação, formação, emprego, profissionalização, saúde e participação política. Grupos coletivos de jovens,

¹⁷O número de ONGs nacionais aumentou de menos de dez em 1990 para mais de 30 em 1996 (KOUAWO, 1996). As primeiras ONGs surgiram em 1991, caso da Liga Guineense dos Direitos Humanos – (LGDH) criada a 12 de agosto de 1991; ONG Ação para o desenvolvimento – (AD) criada no dia 09 de novembro de 1991; Geração Nova da - Tiniguena fundada em 1991; Associação Guineense de Estudos e Alternativas – Alternag criada também em 1991, entre outros. Paralelamente a esse crescimento, aumentou o número de parceiros estrangeiros. O número de ONGs estrangeiras envolvidas na Guiné-Bissau aumentou de 20 na década de 1970 para cerca de 50 na década de 1980 e para mais de 70 em 1996. Exemplo disso é a posterior criação da Plataforma de Cooperação das ONGs Nacionais e Internacionais na Guiné-Bissau (Plaçon-GB), a 16 de setembro de 2000.

¹⁸A criação de vários sindicatos independentes, como o Sindicato Nacional dos Professores - SINAPROF (que era filiado à UNTG) e o Sindicato dos Serviços Públicos, Educação, Transporte e Telecomunicações - SNTTC (a UNTG coordenou o SNTTC até 1991, quando se separou). Foi criada uma confederação sindical, a Confederação Geral dos Sindicatos Independentes (CGSI), cujos impactos no cenário social se tornaram claramente visíveis apenas em 1996 (KOUAWO, 1996). Posteriormente, o Sindicato Democrático dos Professores – SINDEPROF surgiu (no início dos anos 2000) e se afiliou à Confederação Geral dos Sindicatos Independentes, atuando na proteção dos interesses das classes docentes e dos trabalhadores assalariados.

predominantemente estudantes e religiosos¹⁹ e mais recentemente, CARTA 21, CONAEGUIB²⁰, etc.. Ganharam espaço e voz nas questões sociais, especialmente na área educacional. Além disso, os movimentos de mulheres – MIGUILAN e MIKAT – recentemente passaram a monitorar e denunciar a violência contra mulheres e a pressionar o governo para melhorar a participação feminina nas estruturas de tomada de decisão.

Ao longo da evolução dessa situação, a experiência da transição democrática impõe desafios – mudar mentalidades e promover a participação cívica ativa tem sido uma tarefa de fôlego – às organizações da sociedade civil. Embora tenha sido implementado um sistema multipartidário na Guiné-Bissau, este não logrou criar um ambiente propício para experiências democráticas liberais significativas – Reformas legais: fortalecer princípios democráticos como a separação de poderes; Independência judicial: Garantir autonomia e imparcialidade do sistema judicial; Inclusão política: Integrar diferentes grupos étnicos, religiosos, de gênero e socioeconômicos na tomada de decisões; Educação cívica: Implementar programas abrangentes com vista a informar os cidadãos sobre seus direitos e responsabilidades – , as quais poderiam expandir o âmbito da democracia representativa. Em vez disso, o sistema se viu diante de dificuldades persistentes, mantendo restrições que resultaram em uma democracia essencialmente procedimental.

Portanto, a lição-chave é que a mera adoção de estruturas democráticas formais, como o multipartidarismo, não garante automaticamente uma efetiva experiência de democracia, especialmente quando confrontada com contextos de repressão política e limitações à liberdade de expressão.

¹⁹ Um esforço importante neste período foram as apresentações mais frequentes de grupos juvenis religiosos, como a Confederação Juvenil associada ao grupo de jovens católicos do Liceu João XXIII e mais tarde, de outras organizações como a AJAS- associação juvenil para a ação social e a ADAJ- associação para o desenvolvimento da ação Juvenil, ambas fundadas em 1992 (BARROS, 2010).

²⁰ É importante frisar que os movimentos estudantis, nomeadamente a Confederação Nacional das Associações Estudantis de Guiné-Bissau - CONAEGUIB (criada no dia 7 de setembro de 2003 pelos estudantes de Ensino Secundário dos diferentes liceus das escolas públicas do país), Carta 21 (criação durante a reunião dos estudantes finalistas da escola de Ensino Secundário do Liceu Dr. Agostinho Neto, em hotel Brandão, no bairro de Bôr – Bissau, no dia 4 de novembro de 2018) e Coletivo de Associações das Escolas Públicas e Privadas (CAEP) sempre enfrentaram resistência por parte dos governos. Na maioria das manifestações que estes movimentos realizaram acabaram por sofrer repressão por parte das autoridades governantes que sempre demonstraram insensíveis a pautas/lutas pela melhoria do sistema educativo guineense. Por inúmeras vezes, as mobilizações pacíficas para exigir a reabertura do ano letivo devido às greves decretadas pelos sindicatos dos professores (SINAPROF, SINDEPROF e SIESE) acabam resultando na violência/abuso policial contra estudantes/professores e cidadãos simpatizantes.

4. OS LIMITES DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BISSAU-GUINEENSE

No capítulo anterior, discutimos, entre outras questões, como a transição democrática na Guiné-Bissau foi marcada por debates e ajustes constitucionais. Por um lado, a transição para eleições multipartidárias em 1994 decorreu tanto de pressões internas, motivadas pela necessidade de uma maior abertura do regime militar estabelecido após o golpe de Estado em 1980, quanto de intensas influências externas. Estas últimas foram impulsionadas pela liberalização econômica no final da primeira metade dos anos 1980. Nesse contexto, o país enfrentava uma considerável dívida externa decorrente da implementação mal-sucedida de um Programa de Ajustamento Estrutural, impondo pressões significativas para reformas políticas (BARROS, 2014).

Nessas circunstâncias, e como em muitos países africanos, na Guiné-Bissau, a adoção do sistema político democrático-liberal foi em certa medida imposta, encontrando resistência entre alguns líderes políticos, especialmente aqueles ligados ao Partido PAIGC, protagonista da luta de libertação e defensor, de um regime de partido único baseado em uma cultura política autoritária. Esta imposição, e sua contrapartida de resistência, não apenas moldaram a introdução da democracia, mas também influenciaram as formas de engajamento social dos movimentos da sociedade civil. Analisar essa dinâmica no contexto da transição é fundamental para compreender os desafios e as barreiras encontradas ao longo desse processo.

4.1. Os limites da Transição Democrática Bissau-guineense

No período compreendido entre os anos de 1974 e 1990, durante o que ficou conhecida como a “terceira onda de democratização” (HUNTINGTON, 1994), a democracia liberal experimentou um de seus momentos mais expansivos. Nessa época, ocorreu a transição de regimes autoritários para democracias em várias regiões,

abrangendo países do Sul e Leste da Europa, América Latina e África. Estudos de acadêmicos – pertencentes à literatura internacional – como Huntington (1994), Linz e Stepan (1999), e Przeworski (1987) demonstraram a influência das instituições e das elites políticas durante esse processo de transição para sistemas multipartidários (TEIXEIRA, 2015).

Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter (1988) contribuíram para essa análise teórica, destacando a fase de libertação, correspondente à queda do regime autoritário, seguida pela democratização, que inclui a instalação de um novo sistema político com a criação de instituições por meio de eleições competitivas, e, por fim, a consolidação do regime, caracterizada pela retirada do direito de veto à participação em todas as esferas da vida política.

Para este debate, Przeworski (1987) argumentou que a transição para a democracia - passando, por exemplo, pelas fases assinaladas pelos autores acima supracitados - requer o desmantelamento do aparato de poder autoritário e a eleição de novas forças políticas que elegem as instituições democráticas como estruturas dentro das quais irão competir para a realização de seus interesses. Além disso, assinalou que o momento mais importante em qualquer transição do autoritarismo à democracia é a transferência do poder por sobre os resultados, o que constitui o passo decisivo em direção à democracia.

Uma análise à luz dos fundamentos de Huntington (1994), que delineia três modalidades distintas de transição democrática - a transformação do regime através do controle da transição política pelo antigo regime, a substituição de regimes autoritários por democráticos e a institucionalização mediante negociações entre governo e oposição - revela que, no contexto da Guiné-Bissau, não ocorreu uma transformação do regime. Isso se evidencia pelo fato de que o PAIGC manteve o controle de todo o processo de transição do monopartidarismo para o pluripartidarismo. Como resultado, não houve a substituição do regime autoritário, e a lógica antidemocrática persistiu, dificultando assim a institucionalização do sistema democrático.

Entretanto, conforme explicado por Przeworski (1987), a tensão e a incerteza são características inerentes ao processo de transição da ditadura para a democracia. O autor ressalta que, durante esse período, as pessoas experimentam uma alternância entre esperança e medo, momentos de entusiasmo e a dor da frustração. Essa constante tensão pode resultar em conflitos e instabilidade política, o que por sua vez pode dificultar a

consolidação da democracia. No entanto, o autor também argumenta que a incerteza é uma parte inevitável do processo de democratização, e que a habilidade de lidar com a incerteza é uma das características essenciais de uma sociedade democrática.

Contudo, no contexto guineense, em que o desvio das regras do jogo político cria possibilidades para a diminuição dessa incerteza, especialmente no que se refere à busca pelo poder a qualquer custo por parte dos atores políticos, suas ações extras eleitorais para obtenção do poder não consideram necessariamente as possibilidades de sua manutenção no poder. Nesse sentido, em consonância com Przeworski (1987), percebe-se que o regime autoritário liderado pelo PAIGC foi caracterizado por uma base estreita de apoio, uma vez que o partido dependia do controle rígido da sociedade para se manter no poder. Como observado pelo autor, regimes autoritários, como foi o caso do PAIGC no regime de partido único, tendem a ser altamente repressivos, limitando a liberdade de expressão e a participação política. Essas características podem dificultar a transição para a democracia, pois o aparato de poder autoritário pode resistir à mudança e tentar manter o controle.

Por conseguinte, a Guiné-Bissau ainda enfrenta enormes desafios em seu processo de democratização, devido a fatores como a corrupção, a falta de educação e a pobreza. O Estado continua a não ser responsivo às demandas públicas, enquanto as associações religiosas, associações de bairros e sindicatos enfrentam governos que não apenas os oprimem e restringem suas atividades, mas também reprimem vigorosamente qualquer movimento popular que se oponha aos interesses das elites que os dirigem. Pois, esse fato tem suas possíveis explicações.

Ihonvberé (1997) já teria defendido a tese de que a democracia tem poucas chances de sucesso caso os representantes do regime autoritário continuem no poder. Nessas condições, há grande chance de o processo democrático ser apenas uma forma de manutenção dos representantes do regime autoritário. A ambição política desmedida entre os principais atores sabota qualquer tentativa de transição democrática e serve apenas para manter o mesmo princípio antidemocrático herdado do anterior regime.

No contexto da Guiné-Bissau, a transição liderada pela elite do partido único, composta por membros militares e civis do PAIGC, estabeleceu as bases para a aceitação ou rejeição das novas normas do jogo. A disposição dos atores-chave em aceitar ou contestar essas novas normas foi fortemente influenciada pelo contexto de

transição de cima para baixo. A elite detentora do poder político – e militar – moldou as condições e os termos da transição, afetando diretamente a receptividade e a adesão das demais partes interessadas às mudanças políticas e institucionais.

Nesta linha de pensamento, Koudawo (2001) indica que a transição política na Guiné-Bissau foi um processo inconcluso e sobrecarregado, caracterizado pela proeminência do poder militar herdado da luta armada de libertação liderada pelo PAIGC. Esse cenário tornou a convivência e a reivindicação democrática do Estado e da sociedade civil mais desafiadoras de serem articuladas (TEIXEIRA, 2015).

O caso da Guiné-Bissau é um exemplo de como a transição para a democracia pode ser influenciada por fatores internos e externos, o que confirma o modo como Terry Karl (1990) e Philippe Schmitter (1991) pensam os processos de transição. O país passou por um longo período de instabilidade política e militar, que pode ser visto como um reflexo das características dos regimes autoritários, como a base estreita de apoio e a repressão política. No entanto, a transição para a democracia também tem sido influenciada por fatores externos, como a pressão internacional e a economia.

O enfoque se concentra em realçar o impacto significativo do processo de transição em si sobre a configuração política de uma nação durante um período prolongado. Ou seja, o método utilizado durante a transição influencia não apenas a estrutura política, mas também as dinâmicas e as instituições políticas que moldaram a trajetória política do país. Como considerado por alguns autores acima mencionado, Munck e Left, (1997) acreditam também que o método de transição não é o único elemento determinante, outros fatores históricos também desempenham papéis importantes na construção e no desenvolvimento da democracia em um país. (MUNCK; LEFT, 1997).

Para lidar com as complexidades desse processo, elites políticas poderiam considerar as ideias de Przeworski (1987) de que a democracia é um processo contínuo de negociação e compromisso, e que a incerteza é uma parte importante desse processo. Isso significa que a democracia requer que as pessoas estejam dispostas a aceitar a incerteza e a trabalhar juntas para encontrar soluções para os problemas que enfrentam.

A caracterização da democracia guineense como "sobrepota e inacabada" por Koudawo (2001) – para descrever o caso guineense em que os militares guerrilheiros foram os principais atores que conduziram o processo controlado de liberalização e transição política, mas sem liberdade e autonomia dos cidadãos nas relações com estado

(BARRETO, 2006) – revela que o país avançou, mas não completou a primeira fase da transição democrática, que envolve a liberalização e a queda do antigo regime, e conseqüentemente, falha em completar a segunda fase.

A segunda fase da transição democrática implica a internalização das normas democráticas, o fortalecimento da sociedade civil, a regulamentação das eleições e a reforma do sistema político. Guiné-Bissau não alcançou esse estágio, pois o governo continuou a desrespeitar as regras do jogo democrático e os golpes institucionais e militares continuam no dia a dia do político guineense.

Apesar da promulgação de leis que permitiram a legalização e a formação de diversos partidos políticos para desafiar o poder do PAIGC, que dominava a cena política e ideológica, o país continuou sob o controle de um governo não democrático. Isso se deve ao desrespeito total às regras de jogo da própria constituição do país por parte da elite dirigente.

As características organizacionais, a posição política e, fundamentalmente, a ideologia política do grupo que liderou a luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) não apenas moldaram as variáveis do novo Estado, mas também continuam a influenciar os acontecimentos políticos recentes no país (CARDOSO, 2002). Com isso, a elite política dominante na Guiné-Bissau instituiu um sistema político que, à primeira vista, se apresenta como democrático e pluralista, contudo, revela-se ineficaz na observância das regras preestabelecidas.

Este cenário resulta na fusão de uma cultura política pluralista com elementos característicos da cultura política militar, originando tensões institucionais e desafios na governança. Um exemplo emblemático dessa conjuntura foi o golpe de estado ocorrido em 12 de abril de 2012, às vésperas do início da campanha para a segunda volta da eleição presidencial guineense. Nesse episódio, militares ocuparam a rádio nacional, a sede do PAIGC, e lançaram ataques à residência do primeiro-ministro em fim de mandato, Carlos Gomes Júnior.

Estes eventos foram sucedidos por outros que desencadearam instabilidades institucionais, resultando em sérias crises políticas, como a destituição do governo vencedor das eleições de 2014 pelo presidente da república JOMAV, em 2015. Tal desfecho culminou no encerramento da assembleia e na nomeação, seguida de exoneração, de mais de três primeiros-ministros em menos de um ano. Esses episódios políticos evidenciam a fragilidade do sistema democrático guineense, caracterizado por

uma elite política que, mesmo adotando uma fachada democrática, enfrenta problemas consideráveis na efetiva implementação e respeito às normas estabelecidas.

4.2. A democratização e a participação política na Guiné-Bissau

No contexto guineense, a abertura política resultou na elaboração da Constituição da República de 1991, que estipula a limitação de dois mandatos consecutivos para o presidente, assegurando a alternância no poder no âmbito do ordenamento liberal-democrático. Nesse sentido, conforme mencionado por Cardoso (1995), a realização de eleições multipartidárias marcou de forma significativa a transição democrática na Guiné-Bissau.

Em termos da participação política por via do voto, isso fica evidente também no estudo de Sangreman (2006) intitulado "A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento e a sociedade civil". Nesse estudo, observa-se que as taxas de participação eleitoral permanecem notavelmente altas nos anos de 1994, 1999 e 2005, independentemente do padrão de referência utilizado.

Os autores desse estudo sugerem que essa participação robusta nas eleições, ao longo de trinta anos de independência, reflete a crença coletiva da população guineense de que o ato de votar é uma ação social importante. Esse comprometimento com o processo eleitoral persistiu mesmo diante da deterioração progressiva da estrutura e da capacidade organizativa do PAIGC – e outras estruturas partidárias. “A população parece ter assumido que o voto em urna continua a ser um meio a utilizar de expressão das suas escolhas políticas” (SANGREMAN, 2006, p.5). Este é um aspecto que pode ser considerado positivo na dimensão da democracia procedimental relacionada à participação política convencional na realidade guineense.

No entanto, as instabilidades políticas e institucionais resultantes de golpes de Estado que interromperam mandatos presidenciais prejudicaram a promoção da rotatividade e transparência no poder. Os conflitos pessoais se estendem para o âmbito interpartidário, levando, em várias ocasiões, à destituição de governos e à dissolução do Parlamento Nacional Popular, em desrespeito às regras constitucionais. Além disso, os conflitos históricos entre os líderes dirigentes do país, como presidentes da República e primeiros-ministros (Nino versos Cadogo; José Mário Vaz versos Domingos S. Pereira...), devido a desentendimentos pessoais, aliados a violações constitucionais e

desrespeito à separação de poderes, representam obstáculos significativos para a consolidação de uma democracia de qualidade (BIJAGÓ, 2017; SEMEDO, 2009; SANTY, 2009; KOSTA, 2016).

Apesar de eleições competitivas, o país enfrenta governos que violam a igualdade perante a lei, recorrendo à corrupção e desvio de recursos públicos para interesses pessoais e partidários. Essas práticas comprometem os mecanismos de prestação de contas, essenciais para as responsabilizações vertical e horizontal. Em tais circunstâncias, mais do que a violência institucional, golpes de estado ou rupturas do pacto social, é a corrupção que mobiliza os cidadãos. Ela resulta na escassez de serviços públicos, desigualdade social e violência, sendo resumida na frase: "os políticos estão roubando nosso dinheiro".

A sociedade civil, com uma visão pró-democracia e que aspira normativamente a desenvolver a capacidade de mobilizar a oposição contra os regimes burocrático-autoritários liderados pela elite dirigente, enfrenta desafios significativos nesse aspecto. O contexto político e institucional complexo da Guiné-Bissau continua a representar obstáculos substanciais para a consolidação de uma democracia verdadeiramente responsável. A ausência de uma governança que promova uma relação contínua e dinâmica entre o Estado, o governo e a sociedade civil, tanto no espaço quanto no tempo, contradizem os princípios essenciais de uma democracia na Guiné-Bissau.

A ausência de um debate nacional sobre o modelo democrático, a falta de preparo técnico-administrativo devido à herança colonial e a restrição imposta pelo regime, juntamente com a dinâmica de poder entre os atores desde o início do movimento de libertação até o processo de democratização, tiveram consequências negativas para o país. Isso levou à adoção de um modelo de democracia que perpetuou um sistema elitista e excludente, onde alguns atores políticos encaravam a política como um jogo de interesses e o Estado como um meio para apropriação indevida de fundos públicos em benefício próprio (TÉ; CANDÉ MONTEIRO, 2020).

O descumprimento dos valores democráticos e a relação civil-militar baseada na falta de subordinação das forças armadas ao poder civil, com o foco em proteger o país contra ameaças externas, ao mesmo tempo, em que respeitam os princípios democráticos e os direitos humanos, abriram espaço para a ocorrência de golpes político-militares, como o ocorrido em 12 de abril de 2012. Este golpe, em particular,

teve repercussões significativas em termos econômicos, levando à imposição de sanções que resultaram na suspensão de programas de cooperação internacional, afetando diretamente o apoio ao desenvolvimento. Além disso, do ponto de vista político, a situação agravou ainda mais a capacidade das instituições estatais de atender às necessidades básicas dos cidadãos, aumentando a vulnerabilidade do Estado na prestação de serviços sociais (BARROS, 2014).

O golpe de estado em 12 de abril de 2012 resultou na realização de novas eleições gerais em março de 2014. Conforme o relatório da LGDH sobre os direitos humanos na Guiné-Bissau entre 2013-2015, o Supremo Tribunal de Justiça validou 13 candidatos presidenciais e 15 partidos políticos para as eleições legislativas, incluindo o PAIGC e o PRS, que eram as maiores forças políticas na época. No entanto, o processo foi marcado por perseguição política, medo e interferência militar nos assuntos políticos. Isso representou uma ameaça aos princípios fundamentais do Estado democrático e de Direito, e uma tentativa de privar alguns cidadãos do exercício de seus direitos civis e políticos garantidos constitucionalmente (LGDH, 2016).

A realização das eleições gerais resultou na vitória de Dr. José Mário Vaz, apoiado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), nas eleições presidenciais. Ele era conhecido como Jomav e foi ministro das Finanças no governo deposto pelo golpe militar de abril de 2012. Ele se tornou o quarto presidente democraticamente eleito na história política da Guiné-Bissau. Nas eleições legislativas, o Eng. Domingos Simão Pereira, também presidente do PAIGC, saiu vencedor com maioria absoluta dos votos e foi indicado para o cargo de primeiro-ministro. Resumindo os resultados das eleições gerais de 2014 na Guiné-Bissau, temos o seguinte quadro:

Quadro 5 - Resultados das eleições de 2014 na Guiné-Bissau

Eleições Legislativas	
Partido vencedor	PAIGC
Votos obtidos pelo PAIGC	281,408 (47.98%)
Número de cadeiras conquistadas pelo PAIGC	57 deputados

Presidente do PAIGC eleito para o cargo de chefe de governo	Domingos Simões
Eleições Presidenciais:	
Candidato presidencial vencedor	José Mário Vaz (PAIGC)
Votos obtidos por José Mário Vaz no primeiro turno	257,572 (40.89%)
Votos de José Mário Vaz no segundo turno	364,394 (61.90%)
Candidato independente Nuno Nabiam (líder do APU-PDGB)	38.10% dos votos, segundo lugar

Fonte: Compilado pelo autor

Este cenário marcou o retorno do país ao processo de democratização, com a vitória consolidada do PAIGC tanto nas eleições legislativas quanto nas presidenciais. No entanto, o relatório da LGDH publicado em 2016 sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau entre 2013 e 2015 também destacou a situação política decorrente das eleições gerais de 2014. A vitória eleitoral do PAIGC seguiria com o desencadeamento de uma nova crise política, com impactos significativos no funcionamento das instituições públicas, especialmente no Parlamento.

Lamentavelmente, não obstante as promessas de estabilização do país que ajudaram a unir as lideranças do PAIGC em torno da figura do ex-presidente José Mário Vaz e Domingos Simões Pereira na disputa ao poder governativo do país, os resultados não foram os esperados pela sociedade civil, pois houve a ruptura no partido com a alegação de existência de corrupção no governo.

As disputas políticas no seio do partido libertador (PAIGC) à mistura com as dificuldades de compreensão por parte dos órgãos de soberania das suas competências constitucionais fizeram mergulhar o país, novamente, numa crise política. A realização das eleições gerais de 2014, marcando o fim da transição política, não teve o efeito desejado. Isso porque as novas autoridades políticas, provenientes dessas eleições e pertencentes às mesmas cores políticas, não conseguiram efetivamente mudar o curso da história, caracterizado por instabilidade crônica, apesar dos sinais iniciais contrários evidenciados logo após as eleições.

Em 12 de agosto de 2015, sob o decreto presidencial n.º 5/2015, o presidente João Mário Vaz destituiu o governo liderado por Domingos Simões Pereira, cumprindo a legitimidade prevista no Artigo 104, n.º 2 da Constituição da República da Guiné-Bissau (KOSTA, 2016). Esse evento marcou o início de uma nova fase de crise político-institucional entre o Presidente José Mário Vaz e o primeiro-ministro Domingos Simões Pereira. Conforme explicado por Semedo (2020), essa situação gerou uma forte controvérsia entre o presidente da república e o PAIGC, vencedor das eleições legislativas de 2014, e os deputados dos cinco partidos políticos com assentos no parlamento. A vontade popular que levou os dois membros do mesmo partido, José Mário Vaz e Domingos Simões Pereira, mas com abordagens opostas e uma coabitação difícil, não foi suficiente para impedir tensões entre os dois líderes.

Isso resultou na segmentação entre os membros do partido, evidenciada pela formação do grupo conhecido como os 15 (deputados expulsos do PAIGC), que estabeleceram mais tarde seu próprio movimento político chamado de Madem G-15, hoje reconhecido por muitos cidadãos como a segunda maior força política do país, tirando essa posição do Partido da Renovação Social, PRS.

Na verdade, ao longo da transição democrática, a Guiné-Bissau testemunhou a ascensão de um total de 5 presidentes eleitos e 5 presidentes interinos, o que, em uma análise mais minuciosa, denota uma trajetória tumultuada na evolução do processo democrático guineense, particularmente no que diz respeito ao número de presidentes de transição. Na sua história política, diversos líderes ocuparam a presidência, destacando-se em diferentes períodos.

O primeiro presidente eleito foi Luís de Almeida Cabral, no período de 1973 a 1980. João Bernardo Vieira assumiu como presidente interino em 1980, sendo posteriormente eleito em 1984, permanecendo no cargo até 1999. Kumba Yalá ocupou a presidência de 2000 a 2003, seguido por João Bernardo Vieira, novamente, de 2005 a 2009. Malam Bacai Sanhá assumiu de 2009 a 2012, com Raimundo Pereira como presidente interino. José Mário Vaz liderou o país de 2014 a 2020. Atualmente, Umaro Sissoco Embaló é o presidente eleito. Vale ressaltar os presidentes de transição em alguns períodos, como Henrique Pereira Rosa (2003-2005) e Manuel Serifo Nhamadjó (2012-2014).

As crises políticas e institucionais parecem ter uma correlação com o agravamento do quadro do subdesenvolvimento. Teixeira (2008) confirma que dada a

fragilidade política ocasionada pelas frequentes instabilidades e crises do país e considerando a existência de partidos políticos que não oferecem esperanças de melhorar a situação do povo guineense, as organizações da sociedade civil revitalizaram as expectativas ganhando mais vitalidade, o que também se deveu ao fato de que, durante os sucessivos golpes de Estado, os partidos políticos, de modo geral, interessados em assumir o poder a qualquer custo, mantiveram-se em silêncio perante a violência e o assalto ao poder pela força, despreocupados em salvaguardar o processo de transição democrática (TEIXEIRA, 2008).

Neste contexto, torna-se evidente que a Guiné-Bissau enfrenta desafios complexos e multifacetados em sua busca por uma democracia plenamente funcional e responsiva às necessidades de sua sociedade civil. Isso inclui a dimensão substancial da democracia, que valoriza a participação direta dos cidadãos e a deliberação pública como elementos essenciais para uma democracia de qualidade, indo além do aspecto meramente procedimental da democracia e buscando garantir uma maior igualdade e legitimidade nas decisões políticas.

Em resumo, o cerne deste capítulo reside na análise dos desafios que confrontam a Guiné-Bissau na consolidação de sua estrutura democrática, contemplando tanto seus processos procedimentais quanto os elementos substanciais. Examina-se a influência da transição democrática, precedida por um regime autoritário, cujo legado resulta em obstáculos significativos para a construção de um sistema democrático. São destacados problemas como a instabilidade política e institucional, que impactaram a continuidade dos mandatos e a alternância de poder, enquanto se depara com entraves na busca por uma democracia substancial, que inclua um engajamento mais amplo da sociedade civil.

Dessa maneira, é destacado entrelinhas a necessidade de explorar os impedimentos que a Guiné-Bissau enfrenta na busca por um regime democrático, que englobe tanto os aspectos formais quanto os substanciais desse sistema de governo, considerando especialmente a necessidade de envolvimento dos novos movimentos sociais emergentes no país. Este cenário estabelece a base para uma análise sobre o MCCI, o foco principal deste estudo.

5. O SURGIMENTO DO MOVIMENTO CIDADÃOS CONSCIENTES INCONFORMADOS (MCCI)

Neste capítulo, procuramos responder, entre outras questões: que contexto e quais motivações possibilitaram o surgimento do MCCI? Porque todo movimento social surge em um contexto específico. O Movimento MCCI é uma organização juvenil que surgiu no contexto específico da Guiné-Bissau. Foi fundada em Bissau a 16 de janeiro de 2016 por jovens guineenses cujo íntimo senso de insatisfação parecia ecoar em face dos desígnios do *status quo*.

Figura 1- Conferência de imprensa do MCCI, 2016.



Fonte: Blogspot conosaba, 2016.

5.1. Origens do MCCI: um exame dos motivos fundamentais

Na Guiné-Bissau, como destacado por KOSTA (2016), a adoção de um novo sistema democrático deu origem a um modelo político semipresidencialista. Este novo sistema garante que a população usasse um direito fundamental consagrado na Constituição da República: o direito de se manifestar.

Essas manifestações, – muitas vezes verbal e sem um maior engajamento no ativismo cívico – são frequentemente reparados nos grupos particularmente afetados pela situação política do país, como jovens – enfrentam desafios no acesso a oportunidades de emprego, educação e participação política – e mulheres – cujas preocupações muitas vezes refletem questões sociais e de igualdade de gênero, sendo

afetadas de maneiras distintas durante períodos de crise política, com potencial para ampliar disparidades existentes –, que as utilizam como uma forma de expressar suas preocupações em relação à situação do país.

Neste contexto sócio-político, o MCCI afirma, a partir de 2016, seu compromisso com a mobilização em busca do processo de estabilização da democracia em crise na Guiné-Bissau. O movimento não apenas demonstrou sua determinação, mas também buscou ativamente promover mudanças no ativismo do país. A firme convicção do MCCI sugeriu o surgimento de uma ação coletiva como resposta decidida ao cenário político adverso que a Guiné-Bissau enfrentava.

Perguntado o que motivou o surgimento do MCCI e sobre como se deu a sua participação no movimento, o participante A respondeu-nos o seguinte:

A crônica crise política foi o fator determinante. Sou membro fundador do MCCI que se criou em 16 de janeiro de 2016, na sequência de uma profunda crise política que assolou o país depois da queda do Governo liderado pelo Eng. Domingos Simões Pereira. Neste momento, me encontrava em Lisboa, Portugal, por motivos profissionais, e por não me rever nas contestações cívicas que se fazia por intermédio das redes sociais resolvi participar na promoção e criação desta Movimento com a clara intenção de fazer o Povo assumir o seu dever e consciência cívico (resposta via Google Forms, 20 de março de 2023).



Figura 2 - Sana Canté, presidente do MCCI.

Fonte: Rádio Sol Mansi, 2019.

No seu ato construtivo, o MCCI apresenta como movimento que tem a pretensão de desempenhar um papel destacado como um núcleo social de pressão política, exercendo influência na agenda política nacional. Funcionando como um espaço de concertação social, passa a condicionar e/ou fiscalizar a atuação das políticas públicas, demandando o estrito cumprimento da legalidade e dos compromissos públicos por parte das instâncias governamentais.

Militantes e dirigentes do MCCI afirmam, assim, a sua intenção de sensibilizar para os direitos e deveres dos cidadãos guineenses, incentivá-los a participar ativamente na vida política Bissau-guineense, exigir transparência e responsabilização dos dirigentes políticos e contribuir para a construção de uma cidadania mais ativa e um Estado mais democrático. Refira-se que o contexto histórico-político, social e geográfico da Guiné-Bissau após a abertura política democrática moldou as motivações e os objetivos de muitas organizações da sociedade civil no mesmo sentido. Embora com estratégias diversificadas nas formas de suas ações.

O surgimento do MCCI e a repercussão dos seus atos na imprensa chamou a atenção de diversos estratos da sociedade guineense, abrangendo inclusive aqueles que, embora não se engajassem diretamente nas atividades do movimento, acompanhavam-nas com interesse. Durante entrevistas com alguns cidadãos que não faziam parte do movimento, na tentativa de obter uma visão mais ampla, perguntamos o que eles achavam que motivou a criação do movimento MCCI. Para o participante C (entrevista via *Google Forms*, 2023):

Os Cidadãos Conscientes e Inconformados surgiram num momento em que a própria democracia estava em perigo, ou seja, numa altura em que as leis do jogo democrático estavam sendo violadas. Desde 2016, suas lutas têm sido pela restauração da ordem constitucional e democrático. E acredito que cumpriram a sua missão inicial, mas não acredito que teve a renovação nos seus ideais, o fato que também não sei se o movimento teve continuidade.

E também ficou evidente que o perfil e a atuação do ex-presidente José Mário Vaz incomodaram de sobremaneira os principais membros do MCCI. A instabilidade provocada durante o mandato do presidente Jomav foi, na perspectiva do MCCI, um dos principais motivos que levaram à sua criação (resposta via Google Forms, 2023).

Outro entrevistado, no caso, o participante D, também expressou uma resposta convergente, enfatizando:

Em minha opinião, o MCCI teve contribuições importantes no processo de democratização na Guiné-Bissau, pois como a democratização requer - a transição democrática de um regime político para um sistema político democrático. Além disso, a própria transição requer mudanças políticas concretas que promovem o bem-estar e, sobretudo, em direção democrática e da participação cívica. Pegando o último ponto, percebe-se que, embora de forma "insuficiente", o MCCI despertou e/ou reforçou o

interesse dos cidadãos guineenses nas questões políticas, portanto, um dos movimentos, senão o movimento que mais reforçou a participação e a consciência política da juventude guineense. A ideia subjacente ao movimento requer um processo que se pode chamar de "participação política", evidenciando que os jovens não podem ser indiferentes perante a situação de (des)governança e era, de fato, importante a participação-ativa (resposta via Google Forms, 2023).

Essa fala reforçou a importância da participação política das organizações da sociedade civil nos desafios da democratização e aponta o quão é fundamental para a consolidação de um sistema político democrático, que requer mudanças políticas concretas e a participação ativa dos cidadãos. Embora o entrevistado reconheça que a contribuição do MCCI foi insuficiente, sugere que o movimento teve um papel significativo na promoção da consciência política e na mobilização dos jovens para a participação cívica. Isso pode ser um ponto de partida para a reflexão sobre o papel dos movimentos sociais na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

De modo semelhante à ação coletiva com clara orientação conflituosa para adversários sociais e políticos específicos, conduzida no contexto de densas redes, atores conectados por solidariedade e identidades compartilhadas (DIANI; BISON, 2010), o MCCI, como movimento social, teve sua experiência indissociavelmente ligada à expressão pública da insatisfação popular por via de manifestação de rua e ativismo digital. Neste contexto, percebe-se que o Movimento emergiu como uma resposta à crise política institucional causada pela destituição do governo vigente das eleições de 2014, fechamento do parlamento, nomeações supostamente inconstitucionais por parte do presidente da República JOMAV, concebido com o propósito de fomentar a consciência cívica e estimular a participação ativa dos jovens na esfera pública guineense. Essa iniciativa se fundamenta na premissa de que a engajada atuação dos jovens cidadãos é imprescindível para forjar uma sociedade mais coesa, democrática e progressista.

Aliás, apresentando como uma força alternativa juvenil, com uma nova configuração coletiva e uma redefinição na forma de realizar protestos, as considerações feitas por Semedo (2020, p.27) apontam que

Em linhas gerais, a sua motivação reside em três elementos: primeiro, provocar ruptura com o estado de inércia total em que se encontrava a

juventude, sobretudo por parte das duas principais câmaras que congregam a juventude guineense, nomeadamente o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Rede Nacional da Juventude (RENAJ); segundo, defender a democracia e o Plano Estratégico “Terra Ranka[1]” enquanto um projeto nacional de desenvolvimento; e terceiro, denunciar a situação desumana a que a sociedade foi empurrada por uma classe política que o MCCI considera medíocre, corrupta e não interessada em resolver as mais básicas necessidades dos cidadãos .

Seguindo os pressupostos delineados que deram origem ao movimento MCCI, entramos agora no desvendar dos referidos fundamentos.

5.1.1. O primeiro motivo

De um lado, a primeira motivação destacada neste contexto consiste em instigar uma ruptura com o estado de inércia preponderante na juventude guineense, uma condição que demanda atenção significativa. Sobretudo, com as duas principais instituições que congregam a juventude guineense, a saber, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Rede Nacional da Juventude (RENAJ), que operam como organizações atuantes no âmbito juvenil (GOMES, 2023).

Entretanto, é de salientar de antemão que, embora não tenham conseguido mobilizar grandes manifestações de rua, essas organizações tiveram um papel significativo na luta pelos direitos dos cidadãos Bissau-guineenses. Ao atuar através de suas organizações membros filiais com abrangência nacional, essas duas entidades conseguem agregar conquistas importantes no campo da formação e sensibilização da juventude, pois, como protagonistas da ação no campo juvenil, elas buscam catalisar um ambiente propício para o florescimento de ideias inovadoras e engajamento cívico entre os jovens guineenses.

No entanto, é de mencionar que, como muitas outras organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau, as duas têm suas limitações quando se trata de influenciar verdadeiramente os canais estatais para criar políticas públicas que impactem positivamente a vida dos cidadãos guineenses. Isso, devido a várias questões, entre elas, políticas, burocráticas e estruturais do país que dificultam a efetivação de suas

demandas junto ao governo. Porém, apesar destas limitações, o trabalho do CNJ e da RENAJ mantém-se relevante enquanto tem ajudado a mobilizar e sensibilizar os jovens Bissau-guineenses para os seus direitos e interesses, capacitando-os para enfrentar os desafios sociais e políticos diariamente, à semelhança do MCCI com o seu aparecimento na esfera pública.

Isso pode ser um ponto de reflexão sobre a efetividade das organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau e sobre as barreiras que impedem a participação cidadã, essencialmente, dos jovens na tomada de decisões políticas. Ora, é importante assinalar que, como acontece em muitos países do mundo, no caso guineense, a legislação que garante liberdades e direitos de participação e manifestação democrática é, ao mesmo tempo, limitante e facilita a intervenção repressiva do Estado, sempre que a participação puser em causa a manutenção do *status quo* ou questionamento da legitimidade do poder estabelecido, dando a ideia de que a expressão da cidadania pode ser uma ilusão.

Todavia, é importante lembrar que a mudança social e política nem sempre é imediata e que educação cívica cidadã é necessária para construir uma base sólida de cidadãos engajados e informados, como confirmam as observações de Carole Pateman (1994) sobre as possibilidades de participação no processo democrático. O que tem sido tarefa assumida por muitas organizações, a exemplo do CNJ²¹ e RENAJ²².

Quando solicitado a avaliar as semelhanças e diferenças entre o MCCI e outros movimentos que surgiram simultaneamente, o participante C apontou que na sua percepção,

²¹O Conselho Nacional da Juventude é definido no seu art. 1º como “uma pessoa coletiva de direito privado, apartidária, laica e sem fins lucrativos, que congrega as diversas redes juvenis, nos termos do nº 3 do artigo 17º. Tendo a sua base legal instituída desde 15 de junho 1994, pela criação do Instituto de Juventude (I.J), no qual o CNJ era um órgão interno, passou, mais tarde, pela redefinição na qual tornou-se uma organização juvenil autônoma e com o estatuto próprio diferente do Estatuto do I.J. É uma organização que estatutariamente preza pela universalidade dos direitos e deveres dos jovens e das associações juvenis filiais. A finalidade e missão do CNJ estão norteadas pela projeção do desenvolvimento pleno da juventude guineense.

²²A RENAJ nasceu no período pós-conflito político-militar de 1998/99 que agravou a precária condição que o país vinha enfrentando. A criação oficial dessa rede das associações juvenis foi em 28 de janeiro de 2000, porém cinco meses depois, oficializou-se como Rede Nacional das Associações Juvenis, isto é, em maio do mesmo ano. Da sua criação em 2000 aos dias atuais, esta organização executou mais de 200 projetos, tendo 1200 atividades realizadas com quais atingiu 180.586 jovens da Guiné-Bissau. (RENAJ, 2020 [site da RENAJ]). A RENAJ expandiu-se a nível nacional, tendo a sua estrutura presente em todas as regiões administrativas do país. os três pilares sobre os quais os projetos, as estratégias e as dinâmicas da RENAJ são mobilizadas e orientadas na Guiné-Bissau são: associativismo juvenil, combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável (RENAJ, 2018; 2019). Ver o trabalho: GOMES, Justino. O lugar da juventude no processo da democratização e institucionalização de Estado na Guiné-Bissau (1990-2020). Dissertação: Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós- Graduação em Sociologia. Universidade Estadual do Ceará-UFC, Fortaleza, 2023.

O MCCI não se via como um movimento de longo prazo. Ao contrário, foi uma resposta sazonal à crise jomavista. A sociedade civil guineense, já fragilizada, facilitou a ampla aceitação do MCCI. Enquanto isso, os demais movimentos emergiram movidos por rivalidades, o que contribuiu para seu insucesso posterior (Entrevista via Google forms, 2023).

Mas, analisando sua estrutura e objetivos delineados, percebe-se que, embora não tenha explicitado uma duração específica para sua atuação suas atividades ativistas, o MCCI exibiu elementos – participação ativa dos membros, a realização de eventos, campanhas e a criação de uma comunidade coesa e comprometida; promovendo debates e oferecendo recursos educativos para aumentar a compreensão pública; ajustando suas estratégias e pautas conforme as evoluções do cenário político; incorporaram diferentes perspectivas, vozes e experiências; Resistência a Repressões – que o caracterizavam como um movimento com potencial para gerar resultados consistentes se mantivesse sua atuação a longo prazo.

Em resposta à mesma questão, o participante E enfatizou que

Cada movimento social elabora sua própria agenda de lutas. No entanto, o que diferencia o MCCI dos demais é que ele se baseia em ideais e objetivos claros. A sociedade guineense é militante e polarizada, razão pela qual, muitos movimentos que surgiram na época também tinham características militantes e partidárias. Portanto, a diferença e a semelhança entre os movimentos estão na base dos seus ideais (Entrevista via Google forms, 2023).

No caso do MCCI, o movimento congrega a sociedade guineense, em geral, especialmente os jovens, visando efetivar a participação popular como forma de influenciar a superação da crise política e institucional em curso. O movimento, invocando o respeito aos princípios do Estado Democrático de Direito, reafirmou a constituição de um movimento apartidário que perseguia os seguintes objetivos gerais:

- a) Busca de mecanismos viáveis para ultrapassar a crise política;
- b) apoiar a estabilidade política e democrática;
- c) apoiar a edificação de um verdadeiro Estado de Direito.

Estes são os três principais objetivos do MCCI, encontrados no documento de seu ato constitutivo. Porém, o movimento também delineou alguns objetivos específicos, a saber:

- a) abordar temáticas relacionadas com o Estado de Direito e democrático;

b) promover debates públicos, palestras e encontros de reflexão sobre factos da atuação dos atores políticos e das condutas a adoptar; (ACTO CONSTITUTIVO DO MCCI, 2016).

Em suma, o MCCI evidenciou ter como objetivo contribuir para a superação de crises políticas, influenciar o fortalecimento da estabilidade política e democrática, dedicando-se à discussão de questões relacionadas ao Estado de Direito e democrático – considerado por Streck e Moraes (2008) uma forma de governo que vai além da garantia dos direitos individuais e da participação política. Ele também deve promover a transformação social, garantindo a justiça social e a igualdade de oportunidades–, promovendo dezenas de debates públicos em diferentes cidades da Guiné-Bissau, incluindo Bissau, Bafatá, Gabú, Quinhamel e Cacheu, sobre a atuação dos atores políticos e comportamentos adequados a alcance de uma sociedade mais equitativa e democrática. Mobilizando centenas de pessoas, entre cidadãos, líderes religiosos e atores da sociedade civil.

Ao definir seus objetivos, o movimento construiu sua agenda estratégica de ação criada com pontos que parecem evidenciar relativa preocupação com o processo de transição democrática – que Carlos Cardoso (1995) vai chamar de “um parto difícil” – em curso no país desde a liberalização política (1991), essencialmente, sobre os aspectos de sua instabilidade institucional que, conseqüentemente, tornou-se um obstáculo para o bom funcionamento das instituições democráticas do país.

O sentimento de insatisfação, à vontade pela efetivação justiça social e busca pela responsividade democrática do Estado/governo enquanto variáveis que se destacam nas ações de movimentos sociais pró-democracia levaram a crer que, entre um conjunto de motivações concernentes ao que fez mobilizar o MCCI, encontram-se a privação, opressão ou sentimento de insatisfação/(in) justiça com respeito a “nós” (FRANK; FUENTES, 1989).

Assim, o MCCI poderia ser apreciado não apenas como atores que lutam contra a privação, mas, ao fazê-lo, o movimento também reafirma a identidade das pessoas ativas no momento e talvez também a daqueles “nós” pelos quais o movimento atua. A moralidade e a preocupação com a (in) justiça estão referidas primordialmente a “nós”, e o grupo social percebido como “nós” foi e continua sendo muito variável, podendo ser entre uma classe social, tribo, grupo religioso, aldeia, grupo étnico, nação, país, gênero, raça ou outras combinações (FRANK; FUENTES, 1989).

A determinação demonstrada na materialização dos seus objetivos, sinalizava que o MCCI poderia assumir este “nós” como cidadãos da nação, e com isso parece ter um grande potencial para fazer cidadãos guineenses assim como outros movimentos sociais – Dos trabalhadores, mulheres e estudantes, em princípio – continuaram a ser sujeitos-chave na luta pela democratização com capacidade de influenciar na criação de oportunidades para a formulação de políticas públicas para enfrentar crises e regimes de poder.

O dado importante que podemos retirar da resposta do participante B é que o MCCI se diferencia dos demais movimentos sociais por se basear em objetivos precisos. Essa diferenciação é importante porque o torna em um movimento mais consistente. O participante B também destaca que a sociedade guineense é militante e polarizada. Isso significa que a política guineense é marcada por conflitos e disputas entre diferentes grupos sociais e políticos. Nesse contexto, é importante que os movimentos sociais tenham clareza sobre seus ideais e objetivos, a fim de resistir às pressões e aos desafios da sociedade.

A resposta do participante B alinha-se com a do participante C, que destaca a distinção do MCCI em sua defesa pelo povo, contrastando com outros movimentos que defendem partidos políticos. Essa observação é respaldada por Semedo (2020) em um artigo que aborda fenômenos associados ao aumento do ativismo. Segundo o autor, surgiram grupos populistas denominados "movimentos de apoio". Estes desempenham o papel de respaldar o investimento político em figuras específicas.

O autor exemplifica com movimentos de apoio a JOMAV, Botche Candé, Umaro Sissoco Embaló, "pa fidjus di Guiné riba kasa" - focado no retorno do ex-primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior e apoio à sua candidatura presidencial - e o movimento Sol Maior, que respalda Domingos Simões Pereira. A análise de Semedo (2020) fornece um contexto esclarecedor sobre os movimentos de apoio e suas implicações no cenário político guineense.

O participante F destaca que,

Apesar das divergências nas agendas, o MCCI compartilha pontos comuns com outros movimentos, como a “Iniciativa Bassora di Povu”, o “Movimento Cidadão” e a “Voz do Cidadão do Mundo”, que surgiram simultaneamente. Todos esses movimentos emergiram como resposta à crise política e compartilham o objetivo de promover a estabilidade democrática do país. Eles expressam preocupação com as condições

precárias do povo, propondo abordagens diversas para resolver esses problemas. Em essência, todos eles buscam a estabilidade política e governamental (Entrevista via Google forms, 2023).

Por este prisma, evidencia-se a incapacidade dos canais convencionais, especialmente os partidos políticos, em desempenhar efetivamente suas funções de garantir uma oposição vigorosa que contribua para uma governança mais eficaz do país. Tal cenário emerge como um fator decisivo na origem do movimento em análise. De fato, Boschi (1987) apontou que os movimentos sociais contemporâneos demonstram profundo ceticismo em relação à estrutura partidária estabelecida, especialmente diante de um conjunto de demandas totalmente novo, para o qual as estruturas tradicionais se mostram insensíveis.

O caso guineense revela que, os partidos políticos motivados por seus interesses em participar de coalizões e integrar a governança, acabam por abster-se de exercer uma oposição efetiva. Esse comportamento é muitas vezes influenciado pelo fato de que esses partidos dependem, em grande medida, da política como meio de subsistência. Essa dependência cria uma dinâmica na qual a busca por participação no governo, em detrimento da oposição ativa, torna-se uma estratégia pragmática para garantir recursos e benefícios associados ao exercício do poder.

Tal constatação, por conseguinte, pode ser considerada uma justificativa fundamentada para o surgimento e atuação de várias organizações da sociedade civil incluindo o MCCI, uma vez que a realidade política guineense, vista a partir do papel proveniente da ação levada a cabo pelos partidos políticos revela seus reduzidos protagonismo no aprimoramento das políticas de desenvolvimento no país.

Este reduzido protagonismo também pode ser explicado pelo fato de a aparência democrática na Guiné-Bissau servir como um disfarce para a repressão política. Medidas como manipulação de eleições, restrições à liberdade de expressão e perseguição seletiva são empregadas para minar a capacidade dos partidos de oposição de exercerem sua função crítica e democrática. Além disso, importa lembrar que, com o fim do domínio português, ocorre a instalação do sistema de partido único, mas sem antes ter uma cultura política partidária.

Nesse contexto, a falha dos canais convencionais se mostra como um agente propulsor para a mobilização e coordenação de movimentos sociais como alternativas. Estes, ao surgirem como respostas às deficiências das estruturas tradicionais,

representam a tentativa da população em buscar soluções mais alinhadas com suas aspirações e necessidades. Os vícios enraizados no sistema partidário, resultantes da sua baixa institucionalização e da considerável personalização dos partidos, são indicativos de um sistema político fragilizado, o que poderia comprometer a saúde da democracia (AMARAL, 2013; VAN COTT, 2005; MAINWARING & SCULLIY, 1995).

Assim, quando os partidos políticos não conseguem representar de forma efetiva os anseios e necessidades da sociedade, surgem os movimentos sociais como uma resposta a essa lacuna. Esses movimentos oferecem um espaço alternativo e inclusivo para que indivíduos expressem suas demandas e preocupações, especialmente aquelas que não são adequadamente consideradas ou abordadas pelos partidos políticos estabelecidos.

Segundo Timóteo Nbundé (2017) na Guiné-Bissau, o crescimento do número das formações de estruturas partidárias após abertura à experiência multipartidária, poderia ser um sinal de reforço da democracia – visto que o ritual primário do cumprimento da democracia representativa liberal é a possibilidade da formação dos partidos que vão disputar a representação do povo via eleições –. Igualmente, poderiam simbolizar, na prática política, a existência de diferentes alternativas de representação, indicando a inclusão social de minorias, até então menos representadas. No entanto, nem a primeira tendência, nem a última possibilidade foram observadas.

O substancial aumento do número de partidos políticos na Guiné-Bissau, passando de cerca de aproximadamente 14 legendas em 1994 para mais de 39 em 2019, não se traduziu em um fortalecimento substancial da democracia. O crescimento exponencial dos partidos, inicialmente considerado como uma busca por novas alternativas partidárias e uma possível ampliação da representatividade política e ideológica, não se materializou.

Os partidos políticos mostram-se carentes de institucionalização e excessivamente focados em pragmatismo político, carecendo de estratégias e práticas distintivas em relação aos seus oponentes partidários (NBUNDÉ, 2017). Apesar da proliferação de partidos, o sistema político acabou se configurando em um modelo que pode ser caracterizado como um bipartidarismo, destacando-se uma disputa contínua entre as duas maiores forças políticas do país, no caso, o PAIGC e o PRS.

A crise de liderança política e civil na Guiné-Bissau tem consequências diretas para a fragilidade da contribuição dos partidos políticos para o país. Os líderes

partidários que não se reconhecem reciprocamente e têm dificuldade em usar os instrumentos democráticos não são capazes de promover a boa governança, construir um espaço político estável ou atrair investimentos e criar oportunidades de emprego.

Assim, dentre os desafios que se apresenta, o MCCI poderia legitimamente argumentar que derivam da ausência ou insuficiência de condições para uma representação popular abrangente, agravados pela escassa contribuição dos partidos políticos da Guiné-Bissau e pela instabilidade da conjuntura sócio-política. Nesse contexto, torna-se compreensível que o propósito do movimento seja justamente contribuir para a revitalização do processo de democratização.

De qualquer forma, os problemas políticos recorrentes, que têm sido historicamente uma fonte significativa para o surgimento de movimentos sociais e manifestações de insatisfação popular em todo o mundo, não foram diferentes no caso da Guiné-Bissau. O movimento MCCI surgiu em um momento (2015-2019) em que as condições conjunturais do país continuavam a apresentar os mesmos problemas de sempre. Isso resultou em um clima de intolerância diante da opressão e do abandono a que estava exposta à classe jovem. Esse clima contribuiu para estimular ainda mais a adesão dos jovens ao movimento.

Frustrados com a falta de políticas públicas, os jovens encontraram no MCCI um canal para manifestar sua insatisfação e exigir do governo uma governança mais responsiva. A ideia de boa governança continua desconhecida nas experiências individuais e coletivas da sociedade guineense em todo o país. Nesse contexto, torna-se relevante enfatizar a importância da mobilização social, não apenas como um veículo para a realização de aspirações individuais, mas sim como um meio de congregação de indivíduos engajados na busca da construção coletiva de um ideal que transcende o âmbito pessoal (TORO WERNECK, 1996). A mobilização social emerge, assim, como um mecanismo catalisador para a materialização de um sonho que se alça à esfera coletiva, agregando-se ao universo compartilhado de todos os envolvidos.

O despertar da consciência das massas frequentemente se manifesta através desses sonhos e interesses coletivos para buscar a emancipação diante de crises e situações adversas por meio da ação coletiva. No contexto específico da Guiné-Bissau, como apontado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), com o seu grande potencial natural,

A Guiné-Bissau é um país onde a maioria da população vive abaixo da linha de pobreza. Faz parte da categoria dos países mais pobres do mundo e o nível atual de crescimento da pobreza é preocupante. O índice de desenvolvimento humano (IDH) do PNUD classifica o país, no ano de 2013, em 176º no ranking de 186 países. Ainda sobre este âmbito de redução da pobreza (ILAP2, 2010), o país situa-se a taxa de pobreza global da população vivendo com menos de 2 dólares por dia em 69,3%, e do número de pessoas vivendo com menos de 1 dólar diário (pobreza extrema) em 33%. As infraestruturas são fracas e o êxodo rural é massivo. A esperança média de vida é de aproximadamente 47 anos. Até o presente momento a falta de energia, água potável, saneamento básico, habitação social, justiça social, liberdade de expressão são, entre outros fatores, de instabilidade política que dificulta a boa governação, o investimento estrangeiro e o crescimento do PIB. De modo geral, a economia guineense, é basicamente agrícola com fraco setor industrial, funcionando às vezes sem a energia elétrica, com quase 89.1% das infra-estruturas habitacionais e rodoviárias precárias (INEC, 2009, p.14). As instabilidades políticas não permitiram criar as melhores condições de execução das políticas públicas mínimas (GOMES, 2018, p. 20-21).

Nestas circunstâncias trágicas, o Movimento (MCCI) logrou resgatar uma dimensão organizacional com um sentido comum que delineava os modos de ação que determinavam o tipo de movimento social que se apresentava, e de maneira correlata, em relação aos princípios do ator, seu opositor e a questão em pauta (GOHN, 2014; MACHADO, 2018; BOBBIO, 1998), o MCCI entrou em ação.

5.1.2. O segundo motivo

Em carta de denúncia escrita e enviada pelo movimento à comissão de direitos humanos e dos povos da União Africana com sede em Adis Abeba, Etiópia, em setembro de 11 do ano de 2017, leia-se:

[...] imbuídos do espírito patriótico e mobilizados pelos valores de cidadania ativa e plena, um grupo de cidadãos nacionais, maioritariamente jovens, apartidários, livres e independentes, decidiram criar o Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI). Uma organização cívica, fundada em 2015, e que tem estado a exigir às autoridades nacionais o fim da grave crise social e política em que mergulharam o país [...]. (CARTA DE DENÚNCIA, 2017, P.02).

Reafirmando a crença na possibilidade de afirmação dos direitos cidadãos como fundamentais para a materialização de uma forma de política democrática liberal, o

trecho ilustra a situação política crítica vivida no país ao longo do processo histórico-político que marca a construção do Estado democrático de direito (iniciado em 1994) até à crise iniciada em 2015 com a destituição do governo (PAIGC) democraticamente eleito nas eleições legislativas de 2014, como variável parte que incentivou a criação do MCCI, alinhando a ideia de que, frente a regimes aparentemente antidemocráticos, os movimentos sociais podem ser essenciais atores coletivos no estabelecimento de busca pelas alternativas democráticas institucionais e novos modelos de organização social que preencham os espaços abertos pela ausência do Estado (BOSCHI, 1987).

Segundo participante B (ex-militante e porta-voz do MCCI) em 2014:

A Guiné-Bissau entrou numa nova fase de governação, pondo fim a dois difíceis anos de transição decorrentes do golpe de Estado de 12 de abril de 2012. A estabilidade governativa foi um desejo unânime dos guineenses. No entanto, um ano após as eleições gerais, que resultaram em vitórias expressivas para o PAIGC e seu candidato presidencial, emergiu uma inquietação entre os jovens que lideravam o movimento MCCI. Eles argumentam que a vontade popular expressa nas eleições estava sob ameaça devido às ações do presidente da república JOMAV (Entrevista via Google forms, 2023).

Conforme alegado, JOMAV utilizou de maneira abusiva seus poderes constitucionais para exercer controle sobre todas as instituições políticas do país, contrariando o princípio constitucional de separação e interdependência dos poderes que é inerente ao sistema semipresidencialista²³ que rege esse modelo democrático. Esse equilíbrio entre a presidência da República e o executivo, emanado da Assembleia Nacional Popular (ANP), é fundamental para assegurar a integridade das instituições e a preservação da vontade democrática do povo.

O ex-militante e dirigente do MCCI mencionado acima nos disse – no que diz respeito às principais reivindicações do movimento – que:

As manifestações do MCCI eram contra esses usos inconvenientes da Constituição pelo JOMAV e pelo fortalecimento da democracia na Guiné-Bissau através do protagonismo popular nas decisões políticas sobre a sua vida. Por isso, as

²³Lembrando que, no sistema semi presidencialista o presidente da república não é chefe do executivo, é eleito pelo voto popular e atua como chefe de Estado. Suas funções incluem representar o país internacionalmente, ser o guardião da Constituição, nomear o primeiro-ministro e outros altos funcionários, além de presidir o Conselho de Defesa e Segurança. Por outro lado, o chefe do executivo ou como é conhecido, o primeiro ministro é o chefe de governo e é nomeado pelo presidente, geralmente após as eleições legislativas. Ele lidera o governo e é responsável pela administração do país, coordenando as políticas e ações do executivo.

primeiras exigências do MCCI entre 2016 e 2017 foram: 1) permitir o PAIGC formar um governo enquanto vencedor das legislativas de 2014; ou 2) a dissolução da ANP e legitimação de um novo executivo através da escolha do povo por eleições antecipadas. Contudo, as respostas do regime encabeçado por JOMAV sempre foram no sentido de agredir os manifestantes de forma violenta; agudizar da crise através de violação de acordos políticos (ex.: Acordo de Conacri), mas sobretudo violação sistemática da Constituição da República e nomeação de governos que totalizaram 8 em apenas 5 anos. Nestas circunstâncias, as exigências do MCCI passaram a ser não só a dissolução da ANP, mas também a demissão do próprio PR e convocação de eleições gerais antecipadas como forma de sair da grave crise vivida no país desde 2015 (Entrevista via Google forms, 2023).

O “Acordo de Conacri” mencionado pelo entrevistado foi elaborado no quadro da implementação do registo da CEDEAO para a saída de crise na Guiné-Bissau assinado em Bissau no dia 10 de setembro de 2016, contendo 10 pontos de acordo.

O documento forneceu pontos vitais para a efetivação da governação do PAIGC como o ponto oito (8) que contém seguintes alíneas: a) Responsabilidade e transparência na tomada de decisões institucionais; b) Reforma da constituição permitida de estabelecer relações estáveis entre os poderes executivo, legislativo e judicial; c) Reforma da lei eleitoral com vista à organização de eleições legislativas e autárquicas em 2018; d) Uma nova lei dos partidos políticos incluindo o financiamento dos partidos políticos, tendo em conta (prorata) o seu peso na Assembleia Nacional; e) Reforma dos setores da Defesa, Segurança e Justiça e por último, o ponto, alínea f) que se trata do arranque da implementação de um programa de desenvolvimento, com base na visão do projeto “*Terra Ranka*” que será apresentado logo adiante.

Mas, as divergências históricas entre os Presidentes da República e os Primeiros-Ministros do país (KOSTA, 2016) não foram diferentes no caso do Presidente José Mário Vaz-JOMAV e do primeiro-ministro Domingos Simões Pereira-DSP, criando impossibilidade da materialização do acordo, o que nos leva também a crer, pelas evidências que existe um mais profundo relacionado com a crise institucional na República da Guiné-Bissau (RGB) de 2015-2019, que vai muito para além de simples análises que se centram, sobretudo na rivalidade pessoal entre os dois dirigentes.

Nesse sentido, segundo as considerações feitas pelo politólogo Raul M. B. Pires (2016), numa notícia publicada em 17 de março de 2016 no jornal digital *Africa Defence & Security*

é necessário recuar no tempo e precisar que o agora PR JOMAV, durante o Governo de Carlos Gomes Jr, 2011, foi o seu Ministro da Economia e das Finanças e desde essa altura iniciou a concepção do Projeto de desenvolvimento agrícola, cujo nome se designa por *Mon na lama*, significando literalmente “mão-na-lama”, da mesma forma que em português de Portugal se utiliza a expressão “mão-na-massa”. A base central deste projeto, assenta na cultura de arroz, cuja mão-de-obra será essencialmente juvenil, forma de combater a altíssima taxa de desemprego que assola o país, nomeadamente na faixa etária entre os 15 e os 35 anos, cuja percentagem deverá rondar os 30%, na falta de números fiáveis. Ou seja, esta foi a forma concebida pelo PR para conseguir uma auto-suficiência alimentar para o país, bem como estimular o emprego jovem. A contrário sensu, DSP tem uma visão mais industrial e tecnológica relativamente ao desenvolvimento do país e concebeu mais recentemente o Projeto *Terra Ranka*, Terra Arranca, em português, baseado na industrialização do país e na exploração de recursos naturais, como a bauxite, as areias pesadas, petróleo e gás natural.

Para Raul M. B. Pires (2016), esse é outro aspeto que separa as duas figuras dirigentes. O DSP dá cada vez mais importância à mesa redonda, porque será a solução para a concretização do seu projeto de governação, enquanto o Presidente JOMAV pensa que o país ficará parado com mais dívidas e dependente da vontade de fora. São concepções estratégicas políticas de desenvolvimento que à primeira vista podem parecer opostos, mas que certamente se podem complementar se houver vontade política.

A ausência de uma demonstrada disposição e compromisso político por parte dos atores envolvidos na cena política da Guiné-Bissau tem precipitado um cenário de tensões inquietantes. Essas tensões, de maneira específica, encontram seu epicentro nas figuras das duas lideranças políticas predominantes (presidente da república e o primeiro ministro), resultando, no caso em questão, em um impasse tanto na interpretação quanto na efetivação dos acordos delineados no referido documento. Quando os líderes políticos concentram seus esforços na busca de benefícios e gratificações pessoais, em detrimento do avanço do bem-estar coletivo da nação, a ameaça à estabilidade política e ao desenvolvimento socioeconômico torna-se evidente, como tem sido recorrente no caso Bissau-guineense.

Isso leva a graves problemas, incluindo instabilidades institucionais crônicas e consequências negativas para a população, que resultam no enfraquecimento das instituições democráticas, além de afetar o desenvolvimento econômico e social do país

independentemente das intervenções de outros parceiros na mediação da situação. A intervenção dos parceiros internacionais (CEDEAO; ONU; etc.) pode ser útil na mediação de conflitos e na promoção de um diálogo construtivo, mas em última instância são os atores políticos Bissau-guineenses que devem demonstrar responsabilidade e determinação para ultrapassar as dificuldades e avançar para uma governação mais sustentável e estável, o que não é o caso da Guiné-Bissau.

Por falta de uma decisão consensual, as divergências entre os projetos propostos pelos dois lados, "*Terra Ranka*" (defendido pelo PAIGC e seus apoiantes) e "*Mon na Lama*" (defendido pela JOMAV e pró-JOMAV), dividiram opiniões e provocaram disputas ideológicas na política e nas mobilizações coletivas. Por exemplo, o movimento cidadão e outros grupos pró-JOMAV defenderam o projeto "*Mon na Lama*", que parece ser uma resposta mais natural e nacional em comparação com a estratégia de gestão "*Terra Ranka*" defendida pelo MCCI. Essas diferenças também atraíram a atenção de várias organizações internacionais.

Em março de 2017, cinco organizações internacionais envolvidas na consolidação da paz na Guiné-Bissau (ONU, UA, CEDEAO, CPLP e UE), conhecidas como 'P5', manifestaram preocupação com a evolução da situação política no país. O clima político estava se tornando cada vez mais tenso e marcado por crescentes tensões sociais, bem como por discursos acalorados entre os atores políticos, incluindo acusações e contra-acusações. As organizações consideraram como exemplos preocupantes as manifestações de rua ocorridas em 9 e 11 de março de 2017, patrocinadas por forças políticas rivais, assim como algumas declarações feitas por políticos influentes membros da Assembleia Nacional Popular (ANP) ou do Governo (CPLP, 2017).

As organizações internacionais afirmaram que era essencial interromper a espiral de tensão antes que escalasse para atos de violência. Para resolver a crise na Guiné-Bissau, o P5 reforçou a importância dos acordos de Conacri, considerados a estrutura preferida pelo Conselho de Segurança da ONU, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana e a Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO. Esses acordos eram liderados pelo mediador da CEDEAO, o Presidente da República da Guiné-Conacri e, na época, Presidente da União Africana, Sua Excelência o Professor Alpha Condé (CPLP, 2017).

No entanto, após termos realizado uma análise atenta desse cenário, fica evidente que tanto no âmbito político quanto no contexto da mobilização da sociedade civil, existia uma lacuna significativa na abordagem ao diálogo. Essa carência tem prejudicado o processo de democratização e obstaculizado a busca por decisões convergentes que visem o bem comum. Infelizmente, o que temos presenciado são disputas contínuas que destacam os custos dos interesses individuais, deixando em segundo plano o tão desejado "interesse bem compreendido", como o expressou pelo Tocqueville.

Assim, era imperativo que os líderes políticos e os representantes da sociedade civil Bissau-guineenses se empenhassem de maneira decisiva na promoção de um ambiente propício ao diálogo construtivo. Este esforço deveria ser direcionado para estabelecer um consenso sobre os interesses comuns, priorizando-os em detrimento das divergências existentes. A colaboração entre atores políticos e da sociedade civil seria essencial para a consecução de soluções que beneficiassem a totalidade da população. O embasamento dessa perspectiva refletia na percepção de que, quando as necessidades não eram atendidas, seja em aspectos econômicos, políticos ou sociais, conforme argumentado por Gohn (2014), o movimento MCCI orientava suas ações com base em suas relações sócio-políticas e culturais.

Dessa maneira, as atividades do movimento indicavam que suas ações eram influenciadas pelas questões sociais, políticas e culturais específicas da Guiné-Bissau. A abordagem adotada e as demandas formuladas pelo MCCI eram, portanto, moldadas por esses elementos contextuais, evidenciando uma compreensão profunda das complexidades que permeiam a interseção entre fatores sociais, políticos e culturais na realidade guineense.

5.1.3. O terceiro motivo

O terceiro motivo que impulsionou a criação do MCCI fundamentou-se na necessidade premente de denunciar a precária condição social imposta à sociedade Bissau-guineense, subjugada por uma classe política tida como corrupta e indiferente às demandas elementares dos cidadãos (SEMEDO, 2020). Neste contexto, sustentamos que, nos seus estágios iniciais, o movimento conseguiu angariar apoio para suas iniciativas em virtude do crescente descontentamento com as políticas em vigor e a

performance dos governantes, que, de acordo com a perspectiva do movimento, revelaram-se inadequados para representar efetivamente os interesses da população.

A avaliação negativa da classe política na Guiné-Bissau se fundamenta na percepção de que, ao longo dos eventos históricos políticos do país, os atores políticos demonstraram maior preocupação com seus interesses individuais e ganhos pessoais do que com o bem-estar coletivo dos cidadãos. Essa visão crítica se justifica pela constatação de que, ao longo do percurso histórico, os líderes políticos na Guiné-Bissau parecem priorizar suas vantagens pessoais em detrimento do comprometimento efetivo com o benefício geral da população.

Um relatório sobre a liderança política e cívica na Guiné-Bissau da autoria de Rui Jorge Semedo, publicado em 2018, revelou que em termos de atuação dos líderes políticos e cívicos no funcionamento da democracia, a Guiné-Bissau tem um historial pouco animador devido à frequente perturbação da ordem democrática, quer através de ações violentas através de mais de três golpes de estado efetivados, configurando uma forma distinta de transição política guineense, vinculada a supremacia militar, ou de instituições que perturbam e enfraquecem mecanismos não constitucionais, mecanismos políticos, funcionamento das instituições (SEMEDO, 2018).

No entanto, o grande problema do funcionamento da democracia guineense reside no desequilíbrio causado pela defesa de interesses, ou seja, num contexto institucional frágil, os dirigentes procuram sempre colocar os seus interesses pessoais e os interesses do grupo dirigente em primeiro plano. A corrupção tem corroído os pilares da sociedade e minando a confiança nas instituições governamentais do país.

O relatório concernente à situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau no período de 2013-2015, divulgado pela Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), destaca que a impunidade, caracterizada como a ausência de punições para transgressões às normas sociais, é identificada, segundo diversos estudos, como uma das principais causas de instabilidade no país (LGDH, 2016).

Este achado conduz à compreensão de que não se trata meramente de aceitação, complacência ou obediência cega às instituições públicas, mas sim de confiança em seu papel. Essa confiança deriva tanto da justificação ética e normativa das instituições quanto de sua atuação alinhada aos princípios que as fundamentam, como apontado por Moisés e Carneiro (2008). Nesse contexto, a percepção da população sobre as instituições públicas vai além de uma mera aceitação passiva, implicando uma

confiança fundamentada na ética e na conformidade das ações dessas instituições com os princípios que orientam sua atuação.

É nesse cenário que, segundo participante A:

Apareceu o movimento MCCI que reafirmou assumir os valores patrióticos e de cidadania ativos contidos na constituição da república, de modo que sirva de suporte jurídico que efetiva os preceitos basilares da sua criação garantindo que seja vista como organização criada para dar voz aos cidadãos descontentes e para denunciar as falhas do sistema político, buscando maior transparência, accountability e participação da sociedade na tomada de decisões.

Assim, com relação a reivindicações que empreende, utilizando-se de amálgama das leis que se encontram dentro do quadro de exercício normal dos Direitos Fundamentais dos Cidadãos, consagrados tanto nos artigos 24º a 58º da Constituição da República, quanto nos instrumentos internacionais da tutela dos Direitos Humanos, através dos quais o Estado da Guiné-Bissau comprometeu-se, por força do artigo 29º /2 da Constituição, em promover, em cooperação com as organizações internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas e a União Africana, o respeito universal e efetivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, o movimento em questão, empreende suas manifestações populares de caráter pacífico (CARTA DA DENÚNCIA, 2017).

O Movimento atraiu significativa adesão entre a juventude e deu origem a uma mobilização singular, distinta das ocorridas anteriormente no país. Em um momento em que, uma aparente abertura significativa quanto às restrições das práticas associativas provocadas pelo afastamento dos militares quanto à sua ingerência nos assuntos políticos permitiu ao MCCI organizar e concretizar os seus programas e focos de eventos, que tiveram importante cobertura mediática (inter) Nacional.

Desse modo, o movimento angariou a confiança de inúmeros cidadãos, que o perceberam como um alento revitalizador, capacitando-os a manter uma postura de engajamento cívico para denunciar e enfrentar os desafios impostos pela delicada transição democrática à sociedade guineense. Esse engajamento pode ser claramente constatado na fala de um dos entrevistados.

Solicitado a comentar um pouco sobre qual foi/é a contribuição do MCCI para o processo da democratização na Guiné-Bissau? O nosso entrevistado C apontou o seguinte:

A meu ver, acredito que MCCI foi uma espécie de desbravar da consciência cívica e política na Guiné-Bissau. Pela sua particularidade e dinâmica. Muito criticado, mas apenas por isso, por ser MCCI, dar voz ao que chamaram de ilegalidade e ingerência do presidente nos assuntos que não são da sua competência e, pelo fato de terem passado a mensagem de que a violência não pode ser a solução e por isso optaram pelo protesto. Para mim este foi o maior contributo” (entrevista via google forms, 2023).

Cultivando este tipo de percepção entre muitos cidadãos, o movimento conseguiu trazer um grande número de cidadãos às ruas da capital Bissau, pela primeira vez na história da mobilização coletiva deste país africano, e tornou-se uma referência para enfatizar a importância de vários outros movimentos, como *Bassorã di povo*, *cidadãos di mundo*, *mindjris di Guiné nó lanta*, dentre outros. Aliás, um dos grandes legados que o MCCI deixou além de representar o desejo de construir uma nova cultura política baseada nos pilares de uma democracia revisada, foi a legitimação do protesto social nas ruas, justificada na busca por mudanças conjunturais positivas.

Figura 3 - Marcha do MCCI nas ruas de Capital Bissau



Fonte: RFI, 2017.

O advento do MCCI provocou o engajamento de numerosos cidadãos, especialmente jovens, que se lançaram à luta, assumindo posturas de enfrentamento coletivo. Isso não significa que não existisse uma cultura de participação cívica na Guiné-Bissau, mas que o movimento reacendeu esse engajamento e o levou a outro nível. Os cidadãos nutriam a expectativa de alcançar o bem-estar geral e individual, em prol de uma sociedade que começou a florescer a decisão de encarar de forma afirmativa seus desafios mais elementares. Esse incremento da participação cidadã tornou-se mais enérgico e efetivo com o surgimento do MCCI. Pois, embora não manteve uma postura que pudesse revitalizar seus objetivos ativistas, naquela altura, o

movimento pareceu ter sido capaz de mobilizar recursos humanos, especialmente jovens, para suas atividades de mobilização e ativismo. Por isso, é possível identificar elementos da Teoria da Mobilização dos Recursos (TMR) na atuação do MCCI.

5.2. MCCI: Demandas e Focos de ação

Uma característica importante do movimento MCCI é sua cultura política, que incentiva o confronto com o Estado. Isso indica que o movimento tentou contestar o comportamento político e ações governamentais, focando especialmente suas demandas na pessoa do Presidente da República, José Mário Vaz, JOMAV. No entanto, a apreciação das demandas e focos de ação revelam que o movimento manteve uma agenda pluralista ao longo de suas lutas e atividades.

O movimento preparou cartas de denúncia, além de realizar rodadas de imprensa para comunicar sua posição. E num dos trechos do documento elaborado e publicado no blog “ditadura do consenso”, resultado de uma das conferências do movimento, pode-se ler o seguinte:

S. Excelência PR José Mário Vaz, a saída para esta crise está nas suas mãos. A Sua Excelência tem a obrigação de resolver esta crise. Acreditamos que o melhor legado que a Sua Excelência podia deixar a este país, principalmente a nós jovens, é a estabilidade governativa. Queremos ver o Senhor a respeitar as suas promessas eleitorais, quando disse ao povo da Guiné-Bissau que era o único capaz de garantir a estabilidade governativa e que nunca iria demitir o governo do seu partido. Por favor, honre as suas palavras enquanto homem do Estado, para estancar o sofrimento das mulheres, das crianças e permitir a nós os jovens, com um sonho de contribuir para o progresso deste país, que encontremos ambientes seguros e saudáveis para sonhar e realizar. (DITADURA DO CONSENSO, 2016).

No trecho em análise, o MCCI destaca, de maneira enfática, a responsabilidade do presidente da república, José Mário Vaz, para com o povo guineense e o partido que o respaldou nas eleições presidenciais, o PAIGC. O movimento enfatiza a necessidade de o presidente cumprir as promessas de campanha, visto que, na visão do MCCI, a

crise política transcende as dimensões meramente políticas, afetando diversas camadas da sociedade guineense.

Para o MCCI, o presidente não está desempenhando o papel de Chefe de Estado desejado pela população, que esperava um líder conciliador trabalhando pela unidade, coesão e estabilidade governamental, guiado por valores ético-públicos, também conhecidos como moralidade política. O movimento argumenta que a trajetória de instabilidade política e institucional, agravada pela crise de 2015, resultou no afastamento do governo eleito em 2014.

O MCCI sustenta a posição de que o presidente, desde o início, teve dificuldades em aceitar os resultados eleitorais que favoreciam o PAIGC, adotando decisões que impactaram negativamente o país, especialmente o regime político democrático. Em uma conferência de imprensa, o movimento apontou JOMAV como o epicentro da crise política, originada pelo derrube do governo de Domingos Simões Pereira, que, na perspectiva do MCCI, era o vencedor legítimo das eleições legislativas de 2014.

Ao longo do mandato do presidente JOMAV, o MCCI argumenta que a instabilidade prevaleceu, evidenciando vários primeiros-ministros e seus governos em três anos. Além disso, aponta uma série de problemas, como greves na administração pública, aumento da corrupção, a falta de transparência na gestão de recursos, restrições à liberdade de imprensa e manifestação, perseguição política e descumprimento de acordos, indicando a instauração progressiva de um regime ditatorial (CARTA DE DENÚNCIA, 2017, p.2).

Na carta que o movimento dirigiu ao presidente da república, que foi lida em alguns meios de comunicação (rádios), consta a seguinte mensagem:

Quando dissemos que o responsável principal desta crise é o PR, não queremos dizer que não existem outros co-responsáveis, nomeadamente os atores político-sociais e sobretudo o povo da Guiné-Bissau {...} queremos dizer enquanto povo que o nosso direito não acaba com as eleições, passa sobretudo pela fiscalização das ações dos diferentes intervenientes na governação. São os nossos funcionários, não devemos permitir que eles façam e desfaçam, porque não estão lá para resolver os seus problemas, mas sim o interesse do Povo da Guiné-Bissau. (DITADURA DO CONSENSO, 2016).

O MCCI identifica diversos responsáveis pela persistência da crise sócio-política na Guiné-Bissau. Além de apontar para partidos políticos legítimos, como o PRS, que estrategicamente optaram pelo silêncio durante a crise institucional, o movimento também atribui parte da culpa ao público. Este último, segundo o MCCI, tem a capacidade de apontar as falhas de seus representantes eleitos e exigir o respeito à sua vontade.

O movimento reconhece a complexidade dos problemas que afetam o país e destaca a importância da participação cidadã na fiscalização das ações dos governantes e funcionários públicos. No entanto, ressalta que essa fiscalização não deve ser encarada como uma responsabilidade exclusiva da sociedade civil, mas sim como uma responsabilidade compartilhada entre todos os atores políticos e sociais do país.

Lesmes Monteiro, ativista e membro do MCCI na época, numa entrevista realizada junto do blog de notícias bambaram di padida²⁴, no dia 28 de novembro de 2016, esclareceu que, no momento, o Movimento dos Cidadãos Conscientes Inconformados não endossa nenhum ator político específico. Em suas palavras, "O que apoiamos é a Guiné-Bissau, ou seja, aquilo que achamos que é o melhor para o nosso país."

Ele ressaltou a difícil situação, destacando a ausência de aulas nas escolas públicas, a deterioração da situação de saúde e o agravamento imprevisível do nível de vida da população. O entrevistado enfatizou o compromisso do movimento em buscar a satisfação dos interesses do povo como cidadãos ou organizações de massa. Mesmo que os decisores políticos alcancem um consenso que possa não agradar a todos, o ativista pertencente ao movimento MCCI na época expressou que eles, enquanto povo, aguardam o desenrolar da situação.

Ao analisar as formulações e ações do MCCI, percebe-se a influência de diversas correntes teóricas. Ele se identifica como cívico e apartidário, colocando-se em oposição ao poder estabelecido, especialmente à figura do presidente da república. A teoria da mobilização política (TPP) é evidenciada como suporte conceitual, revelando a orientação do MCCI enquanto um campo social e cultural que guia o desenvolvimento da ação social.

²⁴Acesso em: <https://encurtador.com.br/otB67>

O movimento expressa preferência por uma forma de governo que envolve relações Estado/governo e sociedade/OSC de maneira contínua e dinâmica, indo além das escolhas em eleições. A democracia guineense, para o MCCI, não se resume apenas a decisões sobre leis ou políticas públicas durante os processos eleitorais. Essa perspectiva se alinha à teoria da democracia participativa, com ideias de participação ampla e contínua, assim como representação responsiva.

Nesse contexto, mesmo que inicialmente latente, o MCCI recebeu amplos aplausos de uma cidadania ativa, que ansiava por construir uma participação política mais abrangente além do escopo das eleições. A proposta do movimento transcende o simples envolvimento eleitoral, visando mobilizar especialmente a juventude, incluindo aqueles já engajados em outras organizações sociais comunitárias e de bairros na capital, Bissau. Essa habilidade em atrair a atenção da população revelou-se crucial para que o MCCI pudesse exercer sua influência.

Ao abordar temas de inclusão e participação, o MCCI conseguiu conquistar não apenas os jovens, mas também outros setores da sociedade guineense. Sua proposta de promover valores democráticos desempenhou um papel significativo em despertar um sentimento de engajamento cívico e cultivar o desejo por mudança social. Essa abordagem resultou na mobilização ativa da juventude e no fortalecimento da participação em redes de organizações comunitárias e de bairros (bankadas) na capital Bissau, estabelecendo, inicialmente, uma base de apoio para as ações do movimento.

Uma ressalva a ser feita, é que as circunstâncias e a popularidade de um movimento social podem variar ao longo do tempo. Embora o MCCI tenha conseguido atrair a atenção e mobilizar a população naquele momento específico, seu impacto continuou dependendo da sua capacidade de manter-se relevante e eficaz na promoção de mudanças sociais e políticas positivas que estava propondo.

Conforme a percepção apresentada, o MCCI atribuiu a responsabilidade primária pela instabilidade política do país ao presidente José Mário Vaz, considerando-o o principal representante da soberania nacional que não demonstrou sensibilidade às pressões do movimento. Essa visão levou o MCCI a exigir a renúncia do Presidente da República e a convocação de eleições gerais (legislativas e presidenciais) como a única solução possível para a crise política vigente. A justificativa

para essa posição reside na percebida incapacidade do presidente em gerenciar a crise e apontar uma saída viável para a situação (O DEMOCRATA, 2016).

A decisão do presidente JOMAV reflete um padrão histórico de desacordos entre presidentes da república e primeiros-ministros no país, resultando em uma situação de instabilidade institucional, comum nas experiências de democratização na Guiné-Bissau. Contudo, ao analisar as origens da frequente instabilidade política, os cientistas sociais no país passaram a dedicar atenção ao contorno da constituição²⁵ por parte dos atores políticos.

Análises de estudiosos como Kaft Kosta (2016) e Novais (1996) destacam o desrespeito aos conteúdos prescritos na constituição ou a interpretação pouco clara desses conteúdos em relação à realidade bissau-guineense como um fator desestabilizador. Essa perspectiva sugere que o não alinhamento entre as prescrições constitucionais e sua interpretação prática tem contribuído para a instabilidade política no país, sublinhando a importância de abordagens claras e alinhadas à realidade local na formulação e interpretação das leis fundamentais.

O presidente da república, JOMAV, alvo principal das ações do MCCI, defendeu, antes das eleições de 24 de novembro de 2019, a necessidade de realizar a reforma constitucional para redefinir e esclarecer o sistema de governo, especialmente os poderes e competências do Presidente da República. Em uma declaração publicada na página oficial de Facebook do blog de notícias "Bissau on-line" em 29 de junho de 2019, JOMAV afirmou:

"Antes da eleição do novo presidente da República, é fundamental a realização da reforma constitucional que permita a redefinição e indispensável clarificação do sistema de governação e sobretudo dos poderes e competências do Presidente da República e, conseqüentemente, a eliminação de focos de instabilidade recorrentes."

No entanto, o MCCI, ao contrário de JOMAV, acredita que o problema não reside na constituição da República, mas sim nos políticos guineenses que exploram lacunas nas leis para atender aos seus interesses e ambições desmedidas pelo poder (SEMEDO, 2020). Para o movimento, isso permitiu que o presidente driblasse a lei ao justificar a existência de uma profunda crise política no país. Assim, o MCCI continua

²⁵No caso, na sequência das eleições legislativas de 2014, a Assembleia Nacional Popular guineense (ANP) criou uma comissão ad hoc sobre a reforma constitucional. Poucos avanços foram registrados antes que a comissão se paralisasse, assim como toda a ANP, pela crise política de 2015. A atual Lei fundamental carece de clareza e precisão em vários domínios importantes, começando pela delimitação dos poderes e definição mais clara das competências dos órgãos de soberania.

atribuindo a responsabilidade primária pela instabilidade política ao presidente JOMAV, mas mantém pautas diversas.

Além das reivindicações centradas em JOMAV, o movimento também trata de outras questões de interesse público. Essa diversidade indica que o MCCI buscou abordar várias necessidades não atendidas na sociedade guineense, abrangendo diferentes temas e áreas. Como exemplo, durante a conferência de imprensa realizada em 9 de abril de 2019, o MCCI fez várias denúncias e apontamentos. Entre os temas abordados destacam-se os seguintes:

- Desvio do arroz doado pelo governo chinês à Guiné-Bissau: O MCCI questionou o presidente da república, José Mário Vaz (JOMAV), sobre como foi possível o arroz doado acabar no armazém de um dos seus conselheiros, em vez de ser armazenado nos depósitos do Ministério da Agricultura em Bafatá, que, segundo a Polícia Judiciária (PJ), poderiam acomodar o arroz, se necessário.
- Encorajamento à investigação: O MCCI incentivou a Polícia Judiciária guineense a dar seguimento à investigação em curso, a fim de apurar todos os fatos relevantes e exigiu que o Ministério Público promovesse ação penal contra todos os envolvidos no suposto caso de roubo de arroz destinado às populações mais desfavorecidas.
- Exigência de eleições presidenciais: O MCCI exigiu que o presidente JOMAV marcasse imediatamente uma data para a realização de eleições presidenciais.
- Mudança do formato da bandeira nacional: O MCCI destacou a necessidade de mudar o formato da bandeira nacional, argumentando que, como um Estado democrático, soberano e independente, a bandeira do país deveria se distinguir das bandeiras de organizações políticas partidárias.
- Elevação da língua Kriol: O MCCI exigiu que o governo da Guiné-Bissau elevasse o status da língua Kriol para língua oficial e nacional, visando fortalecer a identidade e o patrimônio cultural do país.
- Alternativa à moeda FCFA: O MCCI pediu ao governo da Guiné-Bissau que atuasse junto aos seus parceiros da UEMOA (União Econômica e Monetária da África Ocidental) para encontrar uma alternativa urgente ao FCFA (Franco CFA), considerando-a uma moeda de colonização francesa na África Ocidental.
- Apelo à luta e resistência: O MCCI concluiu a conferência convidando o povo a lutar e resistir em prol do seu bem-estar coletivo (FACEBOOK MCCI, 2019).

As ações do MCCI evidenciam um caráter mais plural do movimento, pois, além de conduzir suas próprias manifestações, ele participa ativamente de diversas mobilizações promovidas por outras organizações da sociedade civil que abordam diversas agendas relacionadas aos problemas cotidianos enfrentados pela população. Dentre as estratégias adotadas, o movimento buscou estabelecer alianças momentâneas, procurando formar identidades coletivas mais amplas ao redor delas. Vale ressaltar que essa iniciativa não parece ser uma tentativa de desafiar ou controlar as organizações parceiras, tampouco de eliminar agendas concorrentes, mas sim de criar uma base unificada de apoio para expandir seu repertório.

Vale destacar que alianças e parcerias entre movimentos sociais, mesmo que temporárias, como no caso do MCCI, representam estratégias fundamentais para fortalecer lutas coletivas e atingir objetivos comuns. Essas colaborações tornam-se especialmente relevantes para movimentos sociais que compartilham uma visão convergente e estão comprometidos com a promoção de mudanças sociais, políticas e culturais.

Assim, as manifestações da sociedade civil que envolve o movimento MCCI abrangeram diversas causas, como um manifesto contra a prorrogação da legislatura, a marcha pela efetivação de reajuste salarial promovida pela UNTG, e manifestações de movimentos estudantis, como a Confederação Nacional das Associações Estudantis da Guiné-Bissau (CONAEGUIB), dirigidas ao governo contra os problemas na educação, com o objetivo de demandar o fortalecimento do sistema educacional por meio da ampliação dos investimentos públicos.

Usando do slogan “*Alunos i ka lixo*”, o MCCI tenta destacar como a má governança afeta negativamente o desenvolvimento de políticas públicas e o setor educacional. Assim, a luta em prol de melhoramento do sistema educativo a muito assumido pelas associações e movimentos estudantis a exemplo de CONAEGUIB e CARTA 21, tornou-se uma das pautas marcantes nas ações realizadas pelo MCCI, pois, de 2016 até 2019 o movimento desenvolveu atividades em torno do tema do sistema educacional. Uma situação que demonstrou que os movimentos sociais podem estabelecer parcerias estratégicas para trabalhar juntos em questões específicas.

Conforme referido na sua página de Facebook numa carta aberta – anexa nas páginas finais – dirigida ao ministro do ensino Nacional Superior, Dautarin da Costa

projeta a preocupação do Movimento para com o setor educativo guineense, que consideram o alicerce para o desenvolvimento humano e social de qualquer país do mundo. Na carta aberta, o movimento demonstrou preocupação com a situação atual do ensino público no país, exigindo a instituição que o ministro Dautarin dirige.

É de salientar que, na Guiné-Bissau, até atualmente, o fraco investimento nacional no setor educacional tem sido até agora evidente, levando a um setor educacional disfuncional devido a salários irregulares de professores e, infelizmente, orçamentos baixos. O financiamento do setor de educação pública contribui para a má qualidade da educação no país.

Por fim, a situação de ingovernabilidade, desencadeada pela queda sucessiva dos governos e o impasse no Parlamento relacionado à interpretação do regimento interno e estatutos dos deputados, obstaculizar o agendamento do debate sobre instrumentos de governação, como o Programa de Governo e o Orçamento Geral do Estado. A paralisia institucional resultou em um acirrado debate político-partidário extraparlamentar, levantando questionamentos por parte dos movimentos sociais e algumas Organizações da Sociedade Civil (OSC) sobre a conjuntura sociopolítica do país (SEMEDO, 2020).

Em resumo, o MCCI, como uma organização da sociedade civil, concentrou suas demandas e ações em críticas ao Presidente da República JOMAV e às questões de crise institucional. Suas principais áreas de atuação englobam:

- 1) Críticas ao Presidente da República: O MCCI analisou e criticou as ações e políticas do Presidente, especialmente quando percebia que estas comprometem a democracia, enfraquecendo as instituições democráticas e limitando o diálogo.
- 2) Combate ao desinvestimento na educação: O movimento buscou sensibilizar a sociedade e os tomadores de decisão sobre a importância do investimento na educação. Desenvolveu campanhas e ações para pressionar o governo a direcionar recursos adequados para a melhoria da educação pública.
- 3) Fortalecimento da saúde pública: trabalhando com algumas organizações da sociedade civil, o MCCI identificou e denunciou fragilidades no sistema de saúde pública, buscando formas de pressionar as autoridades para melhorar a qualidade e o acesso aos serviços de saúde.
- 4) Sensibilização para a lei eleitoral e fiscalização cidadã: O movimento se empenhou em informar a população sobre as leis eleitorais, incentivando a participação cidadã

no processo democrático e promovendo a fiscalização dos projetos governamentais sensíveis e viáveis.

Embora as reivindicações do MCCI tenham suscitado dúvidas quanto à sua imparcialidade, sendo consideradas potencialmente alinhadas a uma agenda política, as manifestações nas ruas e nas redes sociais, especialmente no Facebook, foram percebidas por muitos cidadãos guineenses como um ato de suma importância na sensibilização para os desafios da democracia e na promoção da cidadania ativa. Além disso, destacaram a necessidade de apresentação de propostas de ação para influenciar o fortalecimento das instituições democráticas no país.

5.3. Composição e Característica do Movimento MCCI

Na abordagem da composição e características do Movimento MCCI, a pesquisa destaca a importância de compreender como o movimento está organizado, quem são os mobilizadores, os agentes de liderança histórica e quais recursos estão à disposição (BOBBIO, 1998).

Melucci (1977) contribui à discussão ressaltando que os primeiros a se rebelar não são necessariamente os grupos mais oprimidos, mas aqueles que enfrentam uma contradição intolerável entre a identidade coletiva existente e as novas relações sociais impostas pela mudança. Tais grupos podem mobilizar-se mais facilmente devido à experiência prévia de participação, lideranças próprias, recursos organizacionais mínimos provenientes de vínculos comunitários e capacidade de utilizar redes de comunicação preexistentes.

É de fundamental importância reconhecer que essas não são as únicas formas de mobilização social, pois historicamente, grupos marginalizados também têm demonstrado resistência e capacidade de mobilização, enfrentando grandes obstáculos na busca por justiça social. A rebelião pode emergir de diversos contextos e envolver uma ampla gama de atores sociais.

Na análise da composição do MCCI, destaca-se a predominância de jovens que enfrentam crises econômicas, políticas e culturais. Estes jovens apresentam elevado nível de escolaridade e experiência na participação cívica. Mesmo aqueles sem experiência prévia são motivados pela precária situação econômica a envolver-se na

política. O interesse dos cidadãos, especialmente dos jovens, nas manifestações públicas junto ao MCCI sugere uma composição do movimento que pode ser apreciada sob dois ângulos: a origem social dos participantes e o princípio ideológico que os une.

Simplificando, a composição do MCCI reflete a diversidade de classes sociais e econômicas de seus líderes e integrantes. Respondendo às perguntas sobre os líderes do movimento, suas posições profissionais e classe social, pode-se afirmar que o MCCI, como protagonista de ações coletivas e protestos de rua, possui dirigentes e membros provenientes de diferentes estratos sociais e econômicos. Essa diversidade contribui para a amplitude e representatividade do movimento.

O MCCI reúne membros provenientes de universos diversificados em termos de classe econômica ou posição social agregando cidadãos comuns, grupos de jovens pertencentes ou não a coletivos e “bancadas” de diferentes bairros do capital Bissau, interior do país, e a diáspora; estudantes de liceus públicas, professores formados, juristas, músicos da nova geração e jovens líderes das organizações estudantis, dentre outros que pertencem outras associações de bases comunitárias, juvenis e das mulheres. Esses jovens conseguiram atrair e mobilizar outros segmentos da população que saíram às ruas para atender suas motivações. Isso explica, porque, posteriormente, a expansão das reivindicações do movimento não se limitou à questão de como administrar a crise política no país.

Os manifestantes que participaram nas manifestações do MCCI na Guiné-Bissau eram uma amostra transversal da sociedade guineense, com forte presença das classes acadêmicas e profissionais. Além disso, a esmagadora maioria da população apoiou essas manifestações em um esforço para manifestar suas inquietações concernentes à instabilidade política institucional que o país enfrentava desde a abertura política à democracia em 1990. No entanto, embora a maioria da população da Guiné-Bissau exigisse o fim da instabilidade política, foram sobretudo os jovens que encarnaram o movimento e tiveram um papel mais ativo nos protestos.

Outro ponto a se destacar em relação à composição dos movimentos sociais diz respeito a sua localização geográfico-espacial. Em outras palavras, identificar se são movimentos rurais (rurais) ou urbanos (urbanos), confinados a um país específico ou a um continente geopolítico mais amplo (GOHN, 2014). Para clarificar a dimensão composicional, o MCCI apresentou-se como um movimento cívico de cariz apartidário,

que opera no território da Guiné-Bissau, essencialmente na zona urbana (capital de Bissau), mas posteriormente a sua atuação foi alargada para as zonas rurais do país prosseguindo objetivos ideológicos aparentemente relacionados com o envolvimento ativo dos cidadãos apoiados no processo de transformação democrática, com o intuito de influir a política nacional através da participação popular.

A relação entre os agentes da mobilização e os tipos de movimentos resultantes é uma dinâmica natural. No caso do MCCI, evidencia-se como um movimento reivindicativo, caracterizado por confrontos políticos e defesa à democracia. Sua natureza progressista o posiciona em oposição às elites dirigentes, percebidas como detentoras do poder sobre as demandas em questão. Ao contrário de movimentos mais específicos, como estudantis ou ecológicos, o MCCI mantém pautas abrangentes, introduzindo inovações na performance dos protestos com foco no âmbito político.

Quanto à dimensão organizacional, destaca-se que o MCCI adota uma estrutura hierárquica, com funções claramente definidas, divisão de cargos (incluindo presidente, vice-secretário e porta-voz). Apesar de não se autodeclarar formalmente, a presença dessa estrutura hierárquica sugere uma organização formal com diretrizes estabelecidas. Essa organização mais estruturada contribui para a eficácia do movimento em articular suas demandas e influenciar a esfera política de maneira coerente. Pois, com base na definição conceitual de um movimento social formalmente²⁶ articulada, apresentada por Gohn (2014), pode-se argumentar que o MCCI pode ser considerado formal, pelo menos por um curto período, quando mantém essa estrutura hierárquica e divisão de cargos.

Aliás, no documento de ato constitutivo do movimento, publicado em 2016, pode se ler que o Movimento tem a seguinte composição:

- a) Um Presidente, quem dirige o Movimento;
- b) Um Vice-presidente, substitui o Presidente na sua ausência ou quando for por ele indigitado;
- c) Um Porta-voz, quem representa o Movimento em todas as suas alocações, salvo nos casos restritos em que é o próprio presidente quem deve pronunciar;

²⁶Um movimento social formalmente estabelecido, em termos gerais, refere-se a um grupo organizado de indivíduos que compartilham uma visão, objetivo ou ideologia específica e trabalham juntos para alcançar mudanças sociais, políticas ou culturais por meio de ações estruturadas. Esses movimentos geralmente têm uma estrutura organizacional clara com líderes, membros e seguidores, e podem usar diferentes táticas, como protestos, campanhas de conscientização, abaixo-assinados, lobby político para atingir seus objetivos.

d) Três vogais, auxiliares na direção e gestão do Movimento.

2. Para o seu regimento, o Movimento adota procedimentos administrativos céleres, eficazes e personalizados para a efetivação das suas atividades.

3. O Movimento pode ainda criar células regionais e na diáspora conforme os números antecedentes (DOCUMENTO DE ATO CONSTITUTIVO, 2016).

Conforme indicado pelo MCCI, o movimento permanece aberto à adesão de todos os cidadãos nacionais que tenham o desejo de se unir à sua causa. Além disso, ressaltam que o funcionamento do Movimento é regido pela legislação nacional. O MCCI optou por manter a possibilidade de adesão de qualquer cidadão simpático às suas orientações, proporcionando a oportunidade de ascender a cargos de liderança dentro do movimento.

Ao ser interrogado sobre sua participação no MCCI, o participante B, que posteriormente se tornou uma das principais lideranças do movimento, assim se elucidou:

Não fiz parte do grupo que criou o movimento. Entrei no percurso em que as contestações já se tinham começado contra a instabilidade governativa que se abriu com a destituição do governo do PAIGC liderado por Domingos Simões Pereira. Lembro-me bem de que foi no final de outubro de 2016 e o MCCI tinha antes realizado uma ou duas manifestações, a primeira delas junto da ANP, a exigir que os parlamentares centrassem as suas discussões nos problemas que o país enfrentava e não nas suas disputas pessoais. Na véspera da primeira manifestação em que participei, por acaso a rádio passava a conferência de imprensa de um movimento chamado de Conscientes e Inconformados, que exigia ao Presidente JOMAV a devolução do direito de governar ao PAIGC, partido vencedor das últimas legislativas, ou a dissolução da ANP e marcação de eleições legislativas antecipadas. As causas da manifestação mobilizaram-me e juntei-me a essa manifestação, que se realizou na Av. Amílcar Cabral, junto da sede da UDIB, uma das ruas que davam acesso à Presidência da República. A partir daí sempre participei nas manifestações e outras atividades do movimento. Em fevereiro de 2017, entrei na lista dos porta-vozes do MCCI por indicação unânime dos membros da direção da organização (entrevista via google form, 2023).

De acordo com o testemunho apresentado, as diretrizes da agenda escolhida pelo MCCI têm despertado o interesse de muitos jovens para se juntarem à causa do movimento. A participação cívica por meio de manifestações de rua é percebida como uma forma de romper com a passividade diante dos desafios da democratização,

constituindo uma resposta às atitudes autoritárias promovidas pelos representantes no poder ao longo da abertura política democrática. Além disso, o MCCI parecia refletir as práticas políticas e sociais de seus membros, alinhando-se com a lógica social da reinvenção da cultura política necessária para as mudanças sociais e políticas no país.

Em resumo, o MCCI é um movimento diversificado, composto principalmente por participantes de áreas urbanas, mas com apoio proveniente também de residentes em áreas rurais e da diáspora. Embora atue predominantemente no país, mantém conexões com membros em outros países/continentes. Vale ressaltar que o movimento se apresenta como civil e apartidário, posicionando-se independentemente dos partidos políticos estabelecidos. No entanto, enfrentou acusações de partidarismo, suscitando desconfiança e influenciando na perda de apoio de parte da população que inicialmente o respaldou, o que será abordado mais detalhadamente em outra seção.

5.4. Estratégias de mobilização do MCCI

Os estudos que tratam dos efeitos políticos criados pelos movimentos sociais partem do pressuposto de que suas iniciativas provocam mudanças significativas na sociedade, com particular repercussão na esfera política. Porém, é importante ressaltar que esses efeitos decorrem das estratégias criteriosamente adotadas pelos movimentos durante a realização de suas ações, em combinação com diversos outros fatores que podem influenciar diretamente nos resultados obtidos. Isso nos faz questionar, quais os meios que o MCCI utiliza como estratégia de mobilização social para projetar suas ações e programar suas propostas?

Nesta seção, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) destaca como os movimentos sociais mobilizam recursos como dinheiro, tempo, conhecimento, pessoas e acesso às redes sociais para atingir seus objetivos. Considerando que os repertórios construídos a partir da agregação das demandas são definidos enquanto mecanismos que os movimentos sociais utilizam para reivindicar suas pautas junto do oponente (GOHN, 2014), a eficácia instrumental do repertório de ação do MCCI deriva basicamente de sua novidade em escolher o formato mobilização social de rua, igualmente, empreender o ciberativismo por meio de internet para direcionar suas ações contra o poder instituído, essencialmente contra um presidente da república, revelando sua habilidade de mobilizar as multidões para saírem às ruas e manifestar via plataformas digitais as suas

inquietações. Com isso, o MCCI inscreveu e projetou suas demandas em um campo de ação plural.

O repertório de ações do MCCI reflete as diretrizes, interesses de seus dirigentes e as redes de solidariedade estabelecidas. O foco predominante do movimento está nos direitos, buscando uma governança que inspire autonomia política, acesso à informação, liberdades públicas, direitos públicos, serviços e desenvolvimento do país. Esse repertório foi expandido para abranger o direito à educação, à saúde e, em princípio, o respeito às normas de um Estado democrático e de direito. As reivindicações do movimento, centradas inicialmente nas críticas e reivindicações contra o Presidente da República, JOMAV, foram ampliadas para outras áreas, encerrando o período de passividade de muitos cidadãos que se identificavam com a diversidade de demandas apresentadas.

Perguntado como são/eram organizadas as mobilizações, as estratégias e as ações de lutas concretizadas pelo movimento? O participante B explicou o seguinte:

As principais estratégias e meios de mobilização para as manifestações eram: publicidades radiofônicas nas vésperas das manifestações; publicidades nos bairros de Bissau através de um carro e megafones; uso das redes sociais pelos membros do movimento e através da sua página no Facebook; conferências de imprensa que eram realizadas nas vésperas de cada manifestação, onde eram anunciados os seus objetivos; e mediante entrevistas concedidas pelas rádios. As manifestações eram sobretudo através de marchas populares ao longo da avenida principal de Bissau, mas também comícios nos bairros da capital e excursões por algumas localidades do interior do país [...] Estas são também as principais diferenças entre MCCI e outros movimentos sociais da época, para além, claro, de largas diferenças na forma de interpretar a crise política do período e de o MCCI ter tido claramente maior presença nas ruas e de ter realizado protestos durante um período de três anos com consistência (Entrevista via Google Forms, 2023).

O MCCI manteve uma presença constante nas ruas, promovendo protestos ao longo de um período de três anos, o que contribuiu significativamente para sua visibilidade e impacto. Para ampliar sua influência, o movimento adotou uma abordagem multifacetada, combinando o uso de redes sociais, realização de conferências de imprensa, participação em entrevistas, organização de manifestações públicas e iniciativas de conscientização.

No âmbito das estratégias de mobilização e atividades dos movimentos sociais ligados à sociedade civil, as abordagens variam desde a simples condenação até a

exploração das oportunidades oferecidas pelas redes sociais, culminando na pressão direta. No caso do MCCI, as formas tradicionais de ação, como passeatas de rua, manifestações, marchas e concentrações, destacadas por Gohn (2015) como estratégias adotadas pelos movimentos sociais, tornaram-se a maneira predominante de atuação do MCCI.

Porém, além disso, o movimento reconheceu a importância do ativismo online, utilizando plataformas de mídia social, especialmente o Facebook, como meio eficaz de disseminar informações sobre seus protestos, manifestações e organizações populares vinculadas a várias OSC. Suas ações foram amplamente divulgadas por meio de diversos canais de comunicação, como rádios, jornais eletrônicos/impressos, blogs, sites de notícias e plataformas digitais, sendo o Facebook uma ferramenta estratégica central para o fortalecimento do ativismo do movimento.

Numa abordagem digital, o MCCI criou uma página oficial no Facebook para divulgar suas atividades e compartilhar informações sobre suas aparições públicas. A página conta atualmente com nove mil (9,9 mil) seguidores e sete mil (7,7 mil) curtidas no total, demonstrando a ampla aceitação e alcance do movimento. Por meio dessa plataforma, o MCCI divulgou diversas publicações, incluindo mensagens, vídeos e imagens, projetando suas ações internacionalmente. Segue abaixo a imagem da página do Facebook do MCCI.

Figura 4 - Print da Página do Facebook do MCCI.



Fonte: Página do Facebook do MCCI, 2016.

Conforme destacado por Semedo (2020), o MCCI concentrou seus esforços em influenciar principalmente as bancadas juvenis dispersas pelos bairros da capital Bissau e pelo interior do país. O movimento se posicionou como uma intervenção destinada a

resgatar os valores da cidadania e a negar a condição sub-humana que a sociedade guineense enfrentou ao longo de sua história política. O MCCI buscou criticar as dificuldades da materialização de políticas públicas de desenvolvimento para mitigar a difícil condição de vida enfrentada pelos guineenses, especialmente pela juventude, em um contexto marcado por instabilidades institucionais que prejudicaram o processo de transição democrática no país.

O anseio por ver concretizada a prestação de contas por parte do Estado motivou a adesão da população às manifestações do MCCI. De acordo com Carole Pateman (1992), a democracia nasceu intrinsecamente ligada à questão da educação política e da cidadania, prometendo que quanto mais participativa a população fosse, mais se envolveria na vida política e mais se educaria sobre seus direitos e interesses.

As primeiras manifestações do movimento proporcionaram-lhe consistência organizativa e solidariedade entre os participantes, embora ao longo do tempo a evolução de suas lutas tenha diminuído consideravelmente. Os canais de comunicação, tanto diretos quanto indiretos, permitiram que o MCCI projetasse sua posição em relação à instabilidade governativa provocada pela destituição do governo eleito nas legislativas de 2014.

O movimento diversificou suas atividades, incluindo campanhas de sensibilização sobre direitos e deveres fundamentais, exercício da cidadania, direito ao voto, vigílias, comícios populares e marchas pacíficas como formas de protesto contra a instabilidade política e governativa. Assim, o MCCI definiu ações no campo da luta pela mudança política, visando suprimir a instabilidade institucional, o desemprego e o subdesenvolvimento, inaugurando um ciclo de protestos no país.

Na época o movimento promoveu além de marchas e coletivas de imprensa – em resposta à deterioração da situação econômica e social na conjuntura atual – a participação política por canais alternativos por meio de campanhas de conscientização com a elaboração de guias eleitorais para as eleições legislativas em 2019 – reconhecendo que as decisões eleitorais podem contribuir para forjar uma nova dinâmica institucional –, distribuídas em diferentes pontos do país com o objetivo de influir uma escolha mais consciente dos cidadãos quanto aos seus representantes / governos.

Semedo (2020) explica que, com base nessa missão de conscientizar o povo, foi desenvolvida uma campanha de sensibilização denominada “*Djumbai di povu pa povu*”, ou seja, uma espécie de tertúlia, que permitiu ao movimento percorrer as diversas zonas do país para debater junto da população guineense, a situação política, social e econômica. Com isso, o movimento buscou oferecer educação política cidadã, permitindo que a consciência política chegasse à sociedade com a intenção de traduzi-la em novas práticas de participação cidadã.

Figura 5 - Participantes do evento 'Djumbai' promovido pelo MCCI como parte da campanha de divulgação da guia do eleitor



Fonte: Página de Facebook do MCCI

Na sua obra intitulada “Ativismo político-social e crise institucional na Guiné-Bissau: caso do MCCI, Bassora di Povu, Voz do Cidadão do Mundo e O Cidadão (2019)”, Rui Jorge Semedo (2020) explicou que perante as ameaças de manipulação política da natureza étnico-religiosa, financeira, cultural e social a que historicamente os cidadãos/eleitores guineenses estão sujeitos durante o período eleitoral, o movimento MCCI tomou a iniciativa de produzir e distribuir por todos os cantos do país uma obra de educação da comunidade que requer votação diligente por meio de um guia detalhado chamado “Guia do Eleitor Guineense” – encontrara-se anexa nas páginas finais – .

No documento foi destacado nove critérios objetivos para uma escolha responsável por parte do eleitor guineense, entre os quais se ressaltam os seguintes pontos: “avaliação do programa eleitoral, avaliação do perfil dos candidatos, condições financeiras e sua proveniência, promoção e respeito pelo Estado de direito democrático

e combate à corrupção” (SEMEDO, 2020, p.28). Para o autor, tais empenhos podem contribuir para que os votantes orientem de forma mais racional / consciente seus votos para garantir a sustentabilidade políticas públicas.

A nosso ver, é uma oportunidade para as organizações que são partes importantes da sociedade civil contribuir com projetos que visam ajudar os cidadãos na pré-avaliação de seus atuais ou futuros representantes políticos, dependendo do caráter do representante / eleito e figurado / votantes pensar em termos de promoção e desenvolvimento de uma educação para a cidadania que responda a desafios democráticos que transcendam as fronteiras eleitorais / processuais.

O uso de redes sociais permitiu que o MCCI atingisse um público amplo, divulgando suas mensagens e objetivos. O uso de vídeos e fotos nas postagens tornou as mensagens mais visuais. Além disso, o MCCI soube utilizar os recursos multimídia para transmitir suas informações para o público. Ou seja, o movimento utilizou as redes sociais para mobilizar apoiadores, disseminar ideias e promover a conscientização sobre questões políticas. É uma importante e estratégica maneira de os movimentos sociais contemporâneos Bissau-guineenses utilizarem as ferramentas digitais para promover suas causas e exercer influência na esfera política, estimulando o engajamento cívico no país.

O movimento adotou estratégias diretas, como a criação de slogans como "Povo i ka lixo", "Alunos i ka lixo", "Jomav rua", buscando cativar e estabelecer uma identificação com a população guineense, simultaneamente transmitindo suas principais demandas. Adicionalmente, desenvolveu uma bandeira branca com uma cruz preta no centro de uma faixa de duas cores, verde e vermelha, incluindo a sigla M.C.C.I., para refletir visualmente a identidade do movimento.

Essa simbologia carrega significados que simbolizam a união em prol da paz, estabilidade e desenvolvimento da Guiné-Bissau. O intuito é apresentar ao público Bissau-guineense o comprometimento do movimento com valores fundamentais para o progresso e bem-estar da nação. Ao adotar essa representação simbólica, o MCCI não apenas se posiciona como um agente de pressão política, mas também busca expressar de maneira clara e direta seus princípios e aspirações para a nação. Abaixo a imagem da bandeira do Movimento.

Figura 6 - Imagem da bandeira do Movimento MCCI



Fonte: Página de Facebook do MCCI

5.5. MCCI: Os Desafios conjunturais

Primeiramente, é fundamental reconhecer que todo confronto político suscita medidas por parte do poder instituído. No contexto analisado, torna-se essencial a apreciação dos atores envolvidos nos confrontos – o MCCI e o Estado/governo –, bem como as ações por eles tomadas, sejam elas de negociação, repressão ou outras.

Partindo da teoria do processo político, que enfatiza a interação entre o 'Estado' e a 'sociedade', com ênfase na trajetória dos sujeitos e no compartilhamento de projetos políticos, compreendidos como um conjunto de crenças, interesses e visões de mundo, é possível analisar as posições que emergem na relação entre estado/governo e sociedade (DAGNINO; OLIVEIRA; PANFICHI, 2006). Este conjunto de elementos molda as ações políticas de diversos atores, delineando as respostas do estado, que se autodefine como democrático dentro do sistema democrático constitucional representativo.

Nesse contexto, destaca-se a resposta do Estado frente aos movimentos sociais emergentes, considerados parte vital da sociedade civil. Em 2018, na capital do país, Bissau, um Workshop foi organizado para discutir questões políticas e de liderança política (SEMEDO, 2018). Essa iniciativa visa à criação de uma academia de formação de liderança política, representando um ponto de convergência entre a teoria política e sua aplicação prática.

A análise desse evento específico contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas entre estado, sociedade civil e movimentos sociais, ressaltando

a complexidade da resposta do estado e suas implicações democráticas. Assim, a avaliação da atuação de políticos e lideranças políticas no funcionamento da democracia acabou mostrando que

Um dos grandes problemas com o qual o funcionamento da democracia guineense se depara concerne ao desequilíbrio provocado pela defesa de interesses desmedidos, pois, num contexto institucional frágil, as lideranças procuram, quase sempre, colocar em primeiro plano os seus interesses pessoais e os do grupo dirigente. Fato que faz com que o país continue apresentando um histórico pouco encorajador em razão das “frequentes interrupções de ordem democrática, quer por ações violentas através de golpes de estado, quer por mecanismos políticos, por vezes, inconstitucionais que perturbam e fragilizam o funcionamento das instituições” (SEMEDO, 2018, p.18).

Esta situação política, que evidencia os desequilíbrios institucionais que impedem a estabilização da democracia e da governação, comprometem a capacidade responsiva do sistema político guineense, prejudicando a sustentação adequada da vida política. Nesse contexto, surgem movimentos como o MCCI, que, em determinado momento, propiciam reflexões sobre os desafios políticos do Estado e sua interrelação com outras formas de ação política (ABERS; BULOW, 2011).

Nessas circunstâncias, autores como Tilly (2010) oferecem valiosas contribuições para a construção de um novo referencial teórico a partir da teoria de confronto político. Essas contribuições, integradas por meio de movimentos emergentes, como destacado por Sousa e Pereira (2022), possibilitam uma abordagem mais convergente entre tais movimentos e o sistema político guineense. Esta convergência, orientada por reflexões críticas e teóricas, representa um passo significativo de grande importância na compreensão dos desafios enfrentados pelo Estado e na busca por soluções eficazes para a estabilização da democracia e governação.

Assim, apreciamos nas explicações de Semedo (2020) que, no combate às práticas que dificultam o funcionamento das instituições democráticas, como já apontado nas passagens anteriores, o MCCI optou pelas manifestações de rua como uma das suas principais formas de ativismo, mas a ação encontrou resistência por parte das instituições estatais, sobretudo do Ministério da Administração Pública, que recorreu à “lei da manifestação” para justificar a ilegalidade das manifestações organizadas pelo MCCI.

Além disso, por ser a manifestação de rua a estratégia preferencial escolhida pelo movimento para realizar sua ação reivindicativa, acabou diante do que consideram de gritante violação dos princípios norteadores do Estado de Direito Democrático, nomeadamente a violação do artigo 54º/21 CRGB;”. (CARTA DE DENÚNCIA, 2017). No caso: artigo 18 o da Declaração universal dos Direitos Humanos; artigo 18 o do Pacto internacional Sobre direitos Cíveis e Políticos; artigo 8 o da carta africana dos Direito do Homem e dos Povos; artigo 4 o da Carta Africana da Juventude, na medida em que os Jovens líderes deste movimento estão a ser perseguidos pelas autoridades nacionais(CARTA DE DENÚNCIA, 2017, p.3).

Numa manifestação ocorrida no dia 5 de novembro de 2016, a mando do ministério da ordem pública, as autoridades policiais agrediram os manifestantes, com espancamentos e lançamento de gases lacrimogênicos. Em outra instância, membros destacados do MCCI, como António da Goia, Isabel Gomes e Lesmes F. M. Monteiro, foram lamentavelmente vítimas de atos violentos que colocaram em risco suas vidas.

António da Goia e Isabel Gomes foram brutalmente espancados e detidos pela polícia durante uma vigília realizada em 8 de abril de 2017, enquanto Lesmes F. M. Monteiro enfrentou agressões em sua própria residência, perpetradas por pessoas ainda não identificadas (CARTA DE DENÚNCIA, 2017). Esses episódios não apenas ilustram a violência direta contra membros do MCCI, mas também evidenciam obstáculos concretos à democratização.

Figura 7 - Integrantes do MCCI agredidos pelas forças policiais.



António da Goia, Isabel Gomes e Lesmes F. M. Monteiro.

Fonte: Carta de ato constitutivo, 2017.

Os impactos desses atos violentos não se limitam às vítimas individuais; eles reverberam na desaceleração da participação popular na política. A violência policial, conforme observado nos incidentes mencionados, cria uma atmosfera de receio que desencoraja a população de se envolver ativamente em questões políticas e em decisões governamentais. Esse cenário compromete o processo democrático ao minar a participação cidadã e ressalta a necessidade urgente de abordar e superar os desafios relacionados à violência policial como um obstáculo para a plena democratização na Guiné-Bissau.

Na mesma conjuntura política, uma reportagem da DW África, liderada pela jornalista Maria João Pinto (2017), relata casos de violência e detenções de ativistas durante os protestos do MCCI. No entanto, Lesmes Monteiro, porta-voz do grupo, assegura que os manifestantes pró-MCCI não serão dissuadidos. Durante a entrevista, a jornalista indagou se o MCCI estava preocupado com a possibilidade de a violência policial e as detenções se repetirem nas próximas manifestações do movimento. O então ativista e membro do MCCI, Lesmes Monteiro, respondeu da seguinte maneira:

De acordo com a legislação guineense, as autoridades não têm a competência de autorizar a manifestação. Os organizadores têm de dar conhecimento às autoridades policiais no sentido de garantir a segurança dos manifestantes. Como estamos a viver num país que está à porta da implantação da ditadura, as autoridades têm inventado algumas leis que, na realidade, não existem. Proibiram a manifestação no largo da Praça do Império, diante da Presidência da Guiné-Bissau – que é o local onde as pessoas habitualmente fazem manifestações. O próprio Presidente, durante a campanha eleitoral, fez vários comícios no local. Estão a condicionar a nossa atuação, mas nós temos agido de forma pacífica e não vamos entrar em confronto violento com o poder policial.

Assim, o ativista deixou claro que, apesar das circunstâncias adversas, estão decididos a prosseguir com suas manifestações, respaldados pela Constituição da República, que reconhece esse direito aos cidadãos. Isso implica que a repressão e as detenções não abalaram sua determinação na luta por justiça e participação cidadã. Ele indicou que têm plena consciência dos riscos envolvidos, mas acredita que a visibilidade resultante dos protestos, apoiados por membros do movimento, desempenha um papel fundamental em sensibilizar tanto a comunidade nacional quanto a internacional para os acontecimentos no país naquele momento.

O porta-voz do MCCI na época acrescenta ainda:

Houve detenção de pessoas afetas ao movimento na última vigília, no dia 8. Eu, pessoalmente, fui vítima de tentativa de assassinato na madrugada do dia 13 e, neste momento, estou a sair de uma clínica onde estive internado quase uma semana. Acredito que as pessoas que tentaram consumir este ato foram enviadas por atuais detentores do poder, com o intuito de tentar desencorajar e intimidar as pessoas que estão a lutar de forma pacífica. Nós acreditamos que podemos mudar este cenário com a reivindicação pacífica.

Em resposta à indagação da DW África sobre as ameaças denunciadas pelo MCCI, que alega que alguns de seus líderes estavam em locais ocultos devido a essas ameaças, a questão foi levantada sobre a presença desses líderes na próxima manifestação que o movimento teria marcado. Lesmes Monteiro forneceu a seguinte explicação:

Sim, incluindo eu. Vamos estar presentes na manifestação de sábado. Estivemos num local seguro ao longo desta semana por uma questão de precaução. As autoridades estão a realizar uma investigação, em consonância com algumas instituições internacionais que operam na Guiné-Bissau, principalmente o Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), que está a par desta situação, a Liga Guineense dos Direitos Humanos e a sociedade civil. Queremos dizer às pessoas que estão a tentar aniquilar os dirigentes deste movimento que não vão conseguir. Vamos estar na manifestação, vamos demonstrar à comunidade nacional e internacional que, apesar de cairmos com esta tentativa de assassinato, reerguemo-nos e vamos continuar firmes na defesa dos valores da democracia na Guiné-Bissau.

Figura 8 - Manifestantes civis agredidos pelas forças de segurança nacional durante um protesto organizado pelo MCCI em 21 de maio de 2017.



Fonte: Carta de denúncia, MCCI -2017.

Em vários momentos, o movimento reafirmou sua determinação em prosseguir com suas reivindicações, mesmo enfrentando a violência policial e perseguições por parte das autoridades nacionais. Importa voltar a destacar que, na Guiné-Bissau, embora haja um sistema democrático em vigor com multipartidarismo, competição eleitoral, e

uma constituição que permite associação e manifestações públicas, prevalece uma maneira autoritária de fazer política.

Esta persistência é notável, pois, embora as cores dos partidos possam variar, as elites ou grupos dominantes, tanto aqueles que emergiram da luta de libertação quanto os que surgiram em circunstâncias políticas mais recentes, mantiveram um *modus operandi* que reflete um neocolonialismo político, levando a práticas políticas consideradas autoritárias, mesmo dentro de um sistema formalmente democrático.

Além de não demonstrarem capacidade de resposta às demandas de governança, os governos vigentes optam por reprimir a participação cidadã. Os constrangimentos políticos, portanto, levam à ação coletiva, buscando representar as demandas sociais na tentativa de influenciar as instituições políticas, conforme destacado por McAdam, Tarrow e Tilly (2001, apud CARLOS, 2015).

Nessa linha argumentativa, considerando a análise das estruturas de incentivos e/ou constrangimentos dos movimentos sociais – o que leva a concebê-los como estruturas de oportunidades políticas e como atores que são encorajados ou desencorajados a se engajar no confronto político, sendo as oportunidades uma das dimensões que constituem a emergência de um movimento social (TARROW, 2009) – identificamos ao ler a realidade guineense que as estruturas de constrangimentos vão condicionar a atuação do MCCI, visto que a repressão aos manifestantes se intensificava à medida que se intensificaram os protestos.

Por exemplo, em 27 de maio de 2017, membros e simpatizantes de movimento de protesto foram espancados pelas forças de segurança nacional na presença de funcionários do UNIOGBIS e ECOMIB que assistiam ao evento. Da mesma forma, após uma declaração de 15 de julho de 2017 que levou à proibição de um protesto planejado pelo MCCI, o movimento decidiu realizar uma coletiva de imprensa na Casa dos direitos um local de consulta entre organizações da sociedade civil (OSC) destinada a divulgar a interferência arbitrária do regime no exercício dos direitos fundamentais.

Figura 9 - Vigília em frente à Casa dos Direitos, Bissau.



Fonte: Casa dos direitos, 2017.

No entanto, em conformidade com o documento de denúncia elaborado pelo movimento, antes da hora marcada, a polícia invadiu a casa em questão para impedir a realização da conferência de imprensa, que seria realizada após a intervenção do presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, em coordenação com a equipa da organização dos direitos Humanos da UNIOGBIS (CARTA DE DENÚNCIA, 2017). Tais atos de repressão governamental contra os manifestantes do movimento MCCI, alargado a outras OSC, foram repetidos em diferentes níveis e em diferentes ocasiões, podendo ser identificados: uso excessivo de força policial; detenções arbitrárias; intimidação e violência por grupos paramilitares; tentativas de restrição à liberdade de expressão e mídia; medidas judiciais e legislativas repressivas.

Dessa forma, ao indagar sobre a convergência ou divergência do movimento com o Estado/governo, o participante B, declara que:

O Estado da Guiné-Bissau foi sempre governado por regimes autoritários, mesmo aqueles que nasceram de eleições democráticas. Regimes corruptos, constituídos por castas de uma elite política que se enriquece à custa do erário público. Por isso, estes regimes nunca iam facilitar qualquer processo de mobilização cívica contra os seus interesses. Até meados de 2019, o MCCI constituía-se nesse tipo de movimento (entrevista via Google Forms, 2013).

Quando questionado sobre os principais desafios enfrentados durante a realização de suas atividades, o mesmo entrevistado respondeu:

As dificuldades enfrentadas foram sobretudo nos domínios de agressão policial de que éramos recorrentemente alvos durante as manifestações, e as dificuldades na mobilização da população de Bissau para as marchas, por um lado porque se desconfiava muito de que éramos instrumentalizados por interesses partidários em

oposição ao JOMAV e por outro porque estávamos no embrião desse tipo de manifestação no país (entrevista via questionário Google Forms, 2023).

Em resposta à mesma pergunta, o participante A destacou:

As dificuldades foram as previstas que caracterizam a nossa sociedade, grosso modo: falta de interesse político, muita especulação e mentiras em torno de qualquer ator que queira promover o bem-estar social e económico do povo Guineense, instituições de justiça degradantes e corruptas, organizações da sociedade civil corruptas e politizadas, um povo profundamente mantido na ignorância (Entrevista via Google form, 2023).

Infelizmente, as dificuldades destacadas por esse entrevistado são claramente evidentes na sociedade guineense, persistindo como obstáculos substanciais para qualquer organização da sociedade civil que busquem por meio da mobilização social promover uma mudança proativa. O desinteresse e irresponsabilidade política permitiu que os governos, representados por suas lideranças, utilizassem suas capacidades para tomar subsistemas como reféns, infiltrar-se docilmente e restringir a sociedade civil.

Essas atitudes têm inviabilizado as organizações que fazem parte da sociedade civil, tanto devido à resistência da elite dirigente em conviver com expressões populares quanto à disseminação de especulações sobre o monopólio de muitas organizações da sociedade civil. Isso, por sua vez, criou um clima de desconfiança que dificulta a construção de uma base sólida de apoio às organizações da sociedade civil que operam no país.

Entretanto, é importante observar que um número substancial de cidadãos guineenses, apesar de enfrentar obstáculos, permanece privado dos fundamentos essenciais da resposta governamental, principalmente no âmbito da educação. Estes cidadãos continuam aprisionados na reclusão e na ignorância, incapazes de compreender plenamente seus direitos, tomar decisões informadas e mobilizar-se para exigir mudanças mais substanciais.

As lutas dos movimentos sociais Bissau-Guineenses, por sua vez, foram direcionadas para a reivindicação de muitos desses direitos básicos, como representação informada, educação e capacitação cívica dos cidadãos, entre outros. No entanto, assim como várias outras organizações da sociedade civil que englobam essas lutas por direitos fundamentais, os integrantes do movimento MCCI foram perseguidos pelas autoridades nacionais desde o início de suas atividades.

Como forma de fazer frente à restrição da liberdade dos cidadãos consagrada na Constituição da República – O Artigo 54º, alínea 1- consta que: os cidadãos têm o direito de se reunir em lugares abertos ao público, nos termos da lei. 2- A todos os cidadãos é reconhecido o direito de se manifestar, nos termos da lei. E no seu Artigo 55º, alínea 1- lê-se que “os cidadãos têm o direito de livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei” – o MCCI decidiu processar o Estado da Guiné-Bissau no Tribunal da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Porém, a recorrência da organização não teve o efeito esperado.

Mesmo que em anexo constam imagens disponibilizadas na carta de denúncia dirigida à Comissão dos Direitos Humanos e dos Povos da União Africana, mostrando cenas de violência física pelas quais os membros do movimento, assim como cidadãos (simpatizantes) que compactuam com os ideais da luta do movimento, sofreram/sofrem fora e dentro dos espaços de realização das suas manifestações, revelando violação dos direitos fundamentais dos Cidadãos em várias manifestações e denúncias promovidas pelo grupo de jovens inconformados, a CEDEAO sempre remeteu ao silêncio (SANTOS 2016).

Segundo Sumaila Djaló, porta-voz do movimento na época, a ação da comunidade internacional “*apenas permite ao Presidente ganhar tempo*” (WORDPRESS, 2016). Dada à influência positiva que a intervenção da comunidade internacional possa ter na procura de soluções mais viáveis para resolver a crise, é surpreendente que as proclamações deste representante tenham ficado indiferentes.

Em outra coletiva de imprensa realizada em 15 de dezembro de 2016, Sana Canté, presidente do movimento MCCI, informou aos meios de comunicação presentes que os cidadãos conscientes inconformados já haviam enviado uma carta à CEDEAO em 5 de dezembro deste ano expressando sua decepção com relação a como está a ser dirigida a mediação por parte da CEDEAO, e pediu a retirada da mesma na mediação da crise porque na sua fala o CEDEAO “não consegue, infelizmente, resolver os problemas que a Guiné-Bissau atravessa”.

Para este líder, “*Infelizmente a mediação da CEDEAO até a presente data não tem tido nenhum resultado e não podemos estar a dar luxo de constantemente a*

CEDEAO estar a defender os seus interesses”, adianta (SANTOS, 2016). É de lembrar que a organização (CEDEAO) esteve representada no governo através do diretor nacional do BCEAO que ocupava o cargo de ministro das finanças.

No dia 12 de janeiro de 2017, Sumaila Djaló, porta-voz do MCCI, num comício realizado no “espaço verde”, em Bissau, voltar a exigir a renúncia do Presidente da República, José Mário Vaz das suas funções, a dissolução da Assembleia Nacional Popular e convocação de eleições gerais antecipadas, argumentou que a Comunidade internacional está a “brincar” com o povo da Guiné-Bissau em mantê-lo no sofrimento perante um regime anticonstitucional, sem se posicionar.

O discurso de Djaló, conforme relatado pelo Jornal O Democrata (2018), encapsula não apenas as demandas imediatas por mudança política na Guiné-Bissau, mas também lança luz sobre questões mais amplas de representação política, legitimidade do governo e a eficácia ou não das intervenções internacionais em processos de democratização.

Diante de tudo isso, reconhecemos que fortalecer a mobilização social em um cenário de medo e repressão estatal é um desafio complexo, especialmente quando há problemas internos como falta de boa governança, crise de liderança governamental, corrupção e uma falta percebida de liberdades individuais (SEMEDO, 2018).

A análise revelou que na Guiné-Bissau, as manifestações do MCCI direcionadas para o Estado/governo, especialmente o Presidente JOMAV, resultaram em reações predominantemente negativas do poder instituído. Em vez de optar por negociação e diálogo, o Estado/governo recorreu a medidas repressivas, como violência, prisões arbitrárias e tentativas de restringir a liberdade de expressão e associação.

O MCCI demonstrou perspicácia ao utilizar meios alternativos de comunicação, como redes sociais, blogs, rádios comunitárias e outros canais independentes de notícias, em resposta à frequente repressão estatal. Adotou uma estratégia de resistência não violenta, realizando manifestações e marchas pacíficas para expressar descontentamento e destacar questões contenciosas.

Além disso, o movimento construiu alianças estratégicas, colaborando momentaneamente com outros grupos e organizações (UNTG, CARTA 21, MIGUILAN, etc.) que compartilham objetivos convergentes, fortalecendo sua base de

apoio e aumentando a capacidade de resistência, como aprendido na mobilização coletiva sob o regime colonial.

Entretanto, o MCCI enfrentou fragilidades, particularmente no acesso a recursos logísticos. Apesar de buscar apoio de organizações internacionais e intervenção de entidades de direitos humanos, não alcançou o sucesso esperado. Subsequentemente, sofreu um revés que parece ter determinado a não continuação da consecução dos objetivos estabelecidos em seu ato constitutivo. O afastamento ainda não esclarecido de muitos membros influentes do movimento resultou na interrupção de ações que pareciam essenciais relacionadas à formação, capacitação e promoção da participação ativa de diversos setores da sociedade na vida política do país.

5.6. MCCI: A Legitimidade Participativa e reconfigurações políticas

A relação entre manifestações coletivas e estruturas partidárias é um tema central no estudo dos movimentos sociais modernos. Frequentemente, esses movimentos e o sistema partidário funcionam como canais complementares de expressão política, refletindo uma tendência histórica que se originou na Inglaterra do século XVIII, quando o movimento social começou a se consolidar como uma forma significativa de ação coletiva (BOSCHI, 2011).

Para Tatagiba (2010) a disputa pelo acesso ao Estado e aos recursos públicos, fundamental para a conquista e universalização dos direitos básicos de cidadania, muitas vezes acaba resultando numa sobre determinação dos aspectos instrumentais e estratégicos da ação, relegando ao segundo plano a comunicação dos movimentos com suas bases. Quando isso acontece, a identidade do movimento passa a se definir muito mais pela sua relação com o Estado ou com os partidos, do que a partir da sua localização societária (MUNCK, 1997, p.17), com resultados perversos no que se refere à questão da autonomia. A instrumentalização das relações entre sociedade civil e sociedade política, nesse caso, parece esvaziar os potenciais de mudança advindos das relações entre os campos; embora possa resultar em avanços concretos em termos de conquistas materiais.

No caso em estudo, a desconfiança em relação aos objetivos políticos partidários e aos realinhamentos políticos, como a suspeita de ligação do MCCI com o PAIGC, teve

um impacto profundo na legitimidade e no engajamento participativo do movimento. Na verdade, quando um movimento social é percebido como influenciado por interesses partidários, isso pode levar ao questionamento de sua autenticidade e comprometimento com os princípios e demandas originais que o impulsionaram.

O MCCI experimentou uma perda significativa de apoio nos últimos anos, a partir de 2018, e a desconfiança em relação aos seus objetivos políticos foi um dos principais fatores que contribuíram para a redução da participação ativa dos membros do movimento, assim como para a diminuição do apoio público externo. Isso enfraqueceu a capacidade do movimento de alcançar seus objetivos de longo prazo e de exercer uma influência mais significativa na esfera pública.

Como assinalado por Semedo (2020) citando Évora e Costa (2015, p. 35) em “Sociedade civil e desenvolvimento em Cabo Verde”, na Guiné-Bissau também se registra uma baixa intensidade de mobilização e adesão social às manifestações cívicas. Esta situação, por um lado, coincide com as considerações feitas por Évora e Costa (2015) quando afirmam que as convocatórias de protestos ou manifestações trazem, de imediato, a suspeita de objetivos político-partidários dos seus protagonistas.

No caso do MCCI, apesar de sua forte presença nas ruas e do reconhecimento por conscientizar sobre os desafios da democratização e os benefícios da participação cívica, persistem suspeitas sobre seus objetivos político-partidários. A situação piorou quando, no início das eleições presidenciais, membros importantes do movimento foram nomeados para cargos políticos pelo governo liderado pelo PAIGC. Isso causou reações entre os cidadãos não ligados ao movimento e intensificou os questionamentos sobre a identidade do MCCI.

Seguindo essa linha de pensamento, perguntamos sobre os principais desafios na realização das atividades do MCCI. O participante A não apenas identificou, mas também analisou as principais dificuldades enfrentadas na condução dessas atividades, destacando:

As dificuldades foram as previstas que caracterizam a nossa sociedade, grosso modo: falta de interesse político, muita especulação e mentiras em torno de qualquer ator que queira promover o bem-estar social e econômico do povo guineense, instituições de justiça degradantes e corruptas, organizações da sociedade civil corruptas e politizadas, um povo profundamente mantido na ignorância (Entrevista via Google forms, 2023).

Ao analisar as principais dificuldades enfrentadas na efetivação dos trabalhos do MCCI, conforme relatado pelo participante A, é possível observar uma profunda desconfiança política e partidária no movimento. As dificuldades mencionadas, como o desinteresse político, a especulação e as mentiras em torno dos atores engajados na promoção do bem-estar social e econômico do povo guineense, a degradação e corrupção das instituições de justiça, bem como a politização e corrupção de organizações da sociedade civil, refletem um contexto permeado por desafios políticos e partidários.

Perguntado se houve tentativa de interferência política partidária por parte dos atores políticos, capaz de influenciar as ações ou demandas do movimento, o participante A relatou:

Sempre houve essa tentativa e de forma recorrente. Aliás, não sei se houve movimento social que nunca teve esse problema. Acredito que seja esse ainda o principal motivo de perda de capacidade de mobilização do MCCI, que sempre se apresentou como apartidária até alguns dos seus membros ativos surgirem em cargos públicos por nomeações partidárias (Entrevista via Google forms, 2023).

Em resposta a essa mesma pergunta, o participante B respondeu:

Em vários casos logrou vantagens sobre a capacidade de resistência e de mobilização do Movimento na qual vários dos seus membros acabaram por se desintegrar e militar-se nos partidos, outros criaram as suas próprias formações políticas (Entrevista via Google forms, 2023).

A resposta do participante A sugere que a desconfiança política e partidária afeta diretamente a capacidade de mobilização do MCCI. A constante tentativa de interferência política partidária por parte dos atores políticos, conforme relatado, é percebida como um dos principais obstáculos para a eficácia do movimento. O fato de alguns membros ativos do MCCI aceitarem cargos públicos por nomeações partidárias também é destacado como uma fonte de preocupação, pois compromete a imagem de independência e apartidarismo do movimento.

Aliás, a aceitação de cargos públicos por nomeações partidárias por parte de alguns líderes ativistas do movimento provoca uma série de questionamentos sobre a integridade e os objetivos do MCCI. Pelo que se a percebe, essa situação gerou conflitos de interesse e minou a credibilidade do movimento como uma força autônoma e apartidária na busca pelo bem-estar social e econômico da população guineense.

A partir de 2019, o movimento começou a deparar com a perda de apoio popular e com a saída de alguns dos seus membros fundadores. Questionado sobre o que está na origem ou como se deu o processo de retirada de alguns líderes e membros do movimento, o participante B assinalou:

Algumas dessas retiradas ocorreram em conformidade com os regulamentos do MCCI. Em alguns casos, os membros optaram por se envolver posteriormente em partidos políticos, principalmente no PAIGC. No entanto, também houve indivíduos que optaram por se desvincular e continuar seu ativismo fora das estruturas partidárias. Além disso, houve aqueles que simplesmente deixaram de participar das atividades do movimento, presumivelmente por discordarem da direção tomada em suas intervenções públicas (Entrevista via Google forms, 2023).

Para essa mesma pergunta o participante A respondeu:

O MCCI é uma organização na qual os membros aderem aos seus princípios e participam dos fóruns de concertação livremente, podendo também sair quando assim o desejarem. No entanto, em alguns casos de retirada, isso ocorreu devido à violação dos princípios do movimento, como foi o caso de alguns membros que tiveram que renunciar às suas funções como representantes do MCCI na Diáspora (Entrevista via google form, 2023).

As respostas desses entrevistados revelam que a decisão de deixar o MCCI foi motivada por uma série de razões pessoais e ideológicas. Alguns optaram por se envolver com partidos políticos, buscando uma plataforma mais direta para expressar suas opiniões e buscar mudanças. Outros sentiram que o movimento estava seguindo em uma direção que não se alinhava mais com seus valores e princípios, levando-os a se afastar e continuar seu ativismo de maneira independente. Além disso, houve aqueles que simplesmente se desligaram das atividades do movimento, talvez desiludidos com o rumo que as coisas estavam tomando.

Essa variedade de experiências destaca a complexidade do cenário político e organizacional em que o MCCI está inserido. Revela também a necessidade premente de os ativistas sociais repensarem as estratégias da sociedade civil em sua busca por um espaço de expressão cívica apartidária mais efetiva.

Na perspectiva de compreender as dificuldades que têm impedido a sociedade civil guineense de manter-se distante dos interesses dos dirigentes para se focar nos objetivos traçados em prol da defesa da população, foi questionado ao participante B

sobre o que ainda precisa ser feito para fortalecer o trabalho da sociedade civil guineense, especialmente dos movimentos sociais, em sua opinião:

Considero que os movimentos sociais ainda têm um longo caminho a percorrer até que as suas agendas reivindicativas tenham outras consistências. O mesmo se pode dizer em relação às organizações da sociedade civil em geral na Guiné-Bissau. Entre os principais desafios, estas organizações e movimentos sociais devem reforçar a sua autonomia tanto na concepção e prática das suas agendas reivindicativas, como no que respeita à demarcação das fronteiras da sua atuação em relação a partidos políticos e agendas individuais sustentadas no seu interior e muitas vezes contra as pautas do colectivo (Entrevista via Google forms, 2023).

Para o participante A, membro líder do MCCI:

Na Guiné não existe uma sociedade civil forte e apartidário, aliás, foram as razões desse vazio é que deram origem ao MCCI, e ainda se faz sentir. A formação da consciência cívica deve ser estrutural e social, não devendo ser assumida apenas no plano das organizações cívicas ou do governo, essa responsabilidade deve ser assumida por todos, sem excepção (Entrevista via Google forms, 2023).

A observação do participante A, líder do MCCI, revela uma postura crítica com a situação da sociedade civil na Guiné-Bissau, identificando uma falta de postura de enfrentamento forte e apartidária, inclusive dentro do próprio MCCI, como destacado por seus ativistas. Isso aponta para uma conscientização sobre a fragilidade da sociedade civil em resistir às influências políticas partidárias.

A reflexão sobre a cooptação e os limites entre a esfera política partidária e cívica sugere que o participante A assim como o participante B reconhecem uma conexão intrínseca entre a fraqueza da sociedade civil e a influência dos interesses políticos. Eles enfatizam como a ausência de uma sociedade civil responsável pode expô-la à cooptação, resultando na perda de sua independência e autonomia. É uma apreciação que direta ou enfatiza indiretamente a importância de uma consciência cívica estrutural e social, a par de uma abordagem para fortalecer a sociedade civil como um contrapeso à influência excessiva da esfera política partidária.

Nas interações entre os movimentos sociais e as instituições políticas, conforme destacado por Tatagiba (2010), o desafio evidente reside em manter a tensão entre autonomia e eficácia política, partindo do reconhecimento das fronteiras entre esses

campos e, simultaneamente, do intenso e potencialmente frutífero trânsito dos atores entre eles.

Na Guiné-Bissau, os políticos demonstraram consistentemente receio da atuação autônoma de grupos da sociedade civil em questões de interesse nacional, revelando insensibilidade e intolerância à coexistência que permitiria a partilha de poder com a sociedade civil em diversas áreas da vida nacional (TEIXEIRA, 2015; MENDY, 1996). Esta postura dificultou a conquista de maior autonomia e liberdade pela sociedade civil em suas atividades, sem a interferência do Estado.

O governo do PAIGC, conforme evidenciado anteriormente, perpetuou sua influência na dinâmica da relação entre sociedade civil e Estado, preservando o *status quo* herdado dos períodos anteriores à transição para a democracia. Suas tentativas de controlar coercitivamente as ações dos movimentos sociais populares têm gerado um embate entre violência e cooptação.

Era de se esperar que os movimentos sociais, - como no caso do MCCI- emergindo em meio a mais uma crise política institucional (2015), adotassem não apenas uma postura de engajamento, mas também de coerência e comprometimento em revitalizar a autonomia participativa da sociedade civil, promovendo uma nova configuração e institucionalização das relações entre sociedade e Estado.

No entanto, observa-se que os desafios permanecem inalterados. As dificuldades econômicas do país, a busca pela mobilidade social da juventude que é negada a garantia de um futuro melhor por meio da implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população, e os resquícios do autoritarismo herdados do período colonial e do regime monopartidário, são fatores que condicionam a fragilidade das organizações da sociedade civil. Sem uma plataforma unificada, essas organizações acabam por perder o potencial de efetuar mudanças significativas, mantendo uma luta contínua que poderia resultar em conquistas benéficas para a vida da população afetada por esses desafios.

6. CONCLUSÃO

Ao longo da análise conduzida nesta dissertação, cujo propósito é contribuir para a compreensão das implicações políticas do movimento "Cidadãos Conscientes Inconformados - MCCI" no processo de democratização da Guiné-Bissau, identificamos diversos momentos que delinearão o cenário político guineense. Esses momentos foram marcados pelos diferentes modos de mobilização coletivos empreendidos por diversos atores sociais, inicialmente na luta pela liberdade e pelos direitos humanos e, posteriormente, na promoção de mais democracia e equidade social.

Esse contexto não apenas desafia o estereótipo da passividade dos guineenses diante da violência colonial, da censura à liberdade de expressão no regime monopartidário e, posteriormente, diante das tentativas de restrição e silenciamento durante a transição democrática. Ele também destaca as dificuldades em reconhecer o sistema político guineense como verdadeiramente democrático. Pois, o histórico político revela uma cultura autoritária que propiciou o distanciamento e a acomodação forçada das forças populares da sociedade civil nas questões sociopolíticas do interesse coletivo.

No período pós-colonial, observou-se uma dinâmica política e de mobilização coletivo controlada por um Partido-Estado ultra centralizador, PAIGC, que encarava a participação das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais como uma ameaça aos seus projetos partidários e pessoais. Esse cenário resultou na monopolização das reivindicações em prol dos interesses alinhados aos interesses das elites governantes nacionalistas.

Diante dessa realidade, Larmer (2010) falando da África colonial, argumenta que as iniciativas autônomas de desenvolvimento dos movimentos sociais locais foram sufocadas pelas intervenções estatais, sendo tanto as iniciativas rurais, como cooperativas, quanto às sindicais, como a dos trabalhadores, reprimidas e/ou incorporadas às estruturas do partido-Estado, semelhante ao caso do PAIGC na Guiné-Bissau.

O período subsequente, que se estendeu de 1980 a 1989, foi marcado pela crise econômica que resultou em ajustes estruturais na Guiné-Bissau, orientados pelas

diretrizes estabelecidas por organizações internacionais, especificamente o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse cenário, o partido-Estado se viu enfraquecido diante das dificuldades em resolver as questões mais básicas enfrentadas pelos cidadãos Bissau-Guineenses. Isso o tornou suscetível a enfrentar mobilizações sociais desencadeadas pelas organizações da sociedade civil, que exigiam respostas imediatas para problemas como desemprego, crise alimentar, e a precariedade dos serviços de saúde e educação pública nacional.

Diante da incapacidade do partido-Estado em atender às demandas sociais e econômicas na época, surgiram espaços que permitiram às organizações da sociedade civil desenvolverem novas formas autônomas de organização, muitas vezes em colaboração com organizações internacionais, na tentativa de preencher lacunas deixadas pelo Estado. Mesmo com a abertura política durante a transição para a democracia multipartidária, o cenário sociopolítico Bissau-guineense revelou que persistiram limites e restrições impostos pelo partido-Estado em relação às mobilizações sociais que buscavam pressionar por mudanças políticas mais concretas e favoráveis ao processo da democratização.

Durante o período que se estende desde a abertura política inaugurada pelas eleições de 1994 até 2014, a Guiné-Bissau enfrentou uma série de desafios políticos que tiveram repercussões significativas nos âmbitos econômico e social. A intervenção militar nos assuntos políticos do país desencadeou uma série de instabilidades políticas que marcaram profundamente a trajetória política guineense, caracterizada por episódios de assassinatos, golpes e tentativas de golpes de Estado. Este contexto adverso, combinado com uma cultura política oportunista, egocêntrica e antidemocrática, na qual os partidos políticos não desempenham efetivamente o papel de veículos para a expressão democrática, resultou em uma democracia limitada e na considerável restrição dos espaços de participação popular.

A conjuntura descrita provocou um recuo das organizações da sociedade civil em sua atuação pela revitalização do processo democrático, diminuindo a pressão exercida para influenciar as escolhas políticas de forma direta. Nesse contexto, a compreensão da democratização, conforme Boschi (1987), evolui para ser vista como um processo dinâmico, não como uma etapa final a ser alcançada. Essa visão reconhece a possibilidade de retrocessos e ganhos relativos, enfatizando a necessidade de uma relação complementar entre o Estado e os movimentos coletivos, prejudicada.

Com a crise institucional de 2015, o MCCI surge em 2016 como um movimento social politizado, gerando debates sobre seus objetivos e legitimidade. As repercussões geradas pela aparição do MCCI na sociedade guineense foram extensivamente discutidas, refletindo uma dinâmica complexa que polarizou tanto os debates políticos quanto os sociais. Considerando a influência e impacto de sua atuação nas ruas e no ativismo digital, é possível afirmar que a experiência de mobilizações de movimentos sociais, tanto presenciais quanto por meio do ciberativismo, notadamente na Guiné-Bissau, iniciou-se com o MCCI.

Durante o processo de democratização, situações de instabilidade e crises sociopolíticas instigaram manifestações por parte das organizações da sociedade civil. No entanto, frequentemente, essas manifestações adotavam formatos reivindicativos menos arriscados em termos de perseguição, violência física e silenciamento por parte das autoridades nacionais.

Antes do surgimento do MCCI, os formatos reivindicativos mais comuns eram cartas de denúncia e repúdio publicadas em redes sociais, entrevistas, conferências de imprensa e comunicados divulgados em suas plataformas digitais. Nenhum movimento social até então havia demonstrado características semelhantes ao MCCI, que se destacou pela capacidade de organizar manifestações de rua mobilizando uma considerável parcela da população, especialmente jovens, acompanhadas de ciberativismo, e adotando um repertório que confronta diretamente o Estado/governo, especialmente o presidente da República.

O surgimento do MCCI alterou o cenário das manifestações da sociedade civil, indo além de ações que expressaram indignação e condenação por meio de comunicados na imprensa nacional. Novos atores sociais passaram a mobilizar-se nas ruas e por meio do ciberativismo em protestos públicos contra a má governação. O MCCI foi pioneiro ao se apresentar como um movimento social cívico, conseguindo mobilizar inúmeros cidadãos, principalmente jovens, nas ruas da capital guineense para manifestar contra o presidente da república, instituições governamentais e organismos internacionais como ONU e CEDEAO. Esse marco foi o ponto de partida para o surgimento de outros movimentos que confrontam politicamente o Estado, incluindo Mindjeris di Guiné, Nô Lanta, entre outros.

No período de 2016 a 2019, caracterizado por manifestações frequentes do MCCI nas ruas e por meio do ciberativismo, houve aumento no engajamento dos jovens

nos assuntos políticos do país e em atividades cívicas. Esse envolvimento ocorreu de maneira mais independente das estruturas partidárias, gerando pressão sobre as autoridades públicas por meio de mecanismos como a mobilização de rua. Isso evidenciou a capacidade da mobilização coletiva como um instrumento provavelmente eficaz de pressão cívica contra os poderes estabelecidos. Esse movimento também serviu para combater a restrição do espaço de participação da sociedade civil e destacar questões fundamentais de direitos que não estavam sendo consideradas na agenda dos líderes políticos Bissau-guineenses.

No entanto, é também fundamental assinalar que o MCCI conseguiu transcender, participar e conduzir ações cívicas que contribuam para um novo aprendizado sobre a participação cívica nos assuntos políticos do país, especialmente no que se refere à mobilização popular e ao desenvolvimento de reivindicações, pressões e demandas com grande repercussão na discussão dos problemas políticos na Guiné-Bissau.

Porém, como instrumento de pressão sobre a governação, o movimento não alcançou o poder de influenciar de maneira significativa a participação qualificada nos canais institucionais do Estado/governo, impactando decisivamente na formulação de políticas públicas. Em outras palavras, não conseguiu exercer uma influência efetiva nos processos de tomada de decisão e na construção de uma agenda sociopolítica nacional, devido ao regime antidemocrático adotado na Guiné-Bissau.

Essa constatação motivou nossa iniciativa de realizar este estudo para compreender os efeitos da sociedade civil na Guiné-Bissau. Ao analisar as atividades desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil desde a luta pela independência até os dias atuais, percebemos que essas contribuições são de uma tamanha importância. No entanto, ainda não são suficientes para provocar mudanças mais profundas que transformem a democracia em sua forma mais responsiva.

Como foi bem utilizado pelo movimento MCCI, a incorporação de ferramentas tecnológicas, como mídia e redes sociais, em suas estratégias de ação representa uma adição significativa para imprimir uma nova dimensão ao empoderamento da sociedade civil e ao fortalecimento da participação e cidadania. Além disso, essas ferramentas representam uma oportunidade para avaliar as capacidades estratégicas que medem os efeitos das ações tanto do Estado/governo, quanto das organizações da sociedade civil.

Na Guiné-Bissau, observa-se que, à semelhança de muitas organizações da sociedade civil, o MCCI revelou uma capacidade restrita de elaborar projetos

estratégicos de longo prazo em suas atividades, os quais poderiam resultar em mudanças efetivas na vida da população. Ademais, seus membros enfrentaram dilemas, como a escolha entre permanecer como ativistas partidários em defesa dos interesses do partido de sua preferência ou assumir o papel de verdadeiros ativistas sociais, promovendo as necessidades do povo sem influências partidárias.

Esses desafios - imunização contra cooptação - devem ser encarados como motivos adicionais para ressaltar a necessidade e a importância de os movimentos da sociedade civil manterem-se equidistantes dos objetivos político-partidários, buscando maior autonomia para enfrentar situações, principalmente sociopolíticas, que impedem o país de superar seus problemas. Reitera-se que a participação social emerge como uma estratégia fundamental para solucionar problemas e conquistar melhores condições de vida para todos.

De fato, conforme destacado por Boschi (1987), muitas manifestações coletivas possuem um potencial plausível para promover mudanças em direção a arranjos mais democráticos. A ampliação dessas manifestações representa um desafio aos aspectos prejudiciais presentes nas instituições dominantes. Manter-se livre da cooptação por parte dos líderes políticos é fundamental nesse processo.

Os movimentos da sociedade civil guineense devem adotar uma postura de coerência entre os princípios e as linhas programáticas que elaboram. É fundamental cultivar uma postura de enfrentamento que promova o diálogo e exija prestação de contas na democracia. Além disso, esses movimentos precisam dedicar tempo e suas capacidades intelectuais para informar e sensibilizar a opinião pública – o MCCI o fez entre 2016 a 2019 –, permitindo que os cidadãos exerçam seus direitos de participação, reduzindo a ausência desse exercício pela maioria, frequentemente à margem dos acontecimentos e das decisões políticas, desconhecendo seus direitos e deveres e, sobretudo, o poder que possuem ao participar ativamente para a mudança social. Contudo, sem uma luta contínua e progressiva, todas as conquistas correm o risco de se perder em pouco tempo, indicando que acabam por não contribuir efetivamente

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, 2018, p. 15-46.
- AUGEL, Parente Moema. **O desafio do escombro**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau: Rio de Janeiro. Garamond, 2007.
- ALONSO, Angela. As Teorias Dos Movimentos Sociais: Um Balanço Do Debate. – Lua Nova. – São Paulo, p. 49-86. 2009.
- AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, p. 11-32, 2013.
- ANDRADE, Mário Pinto de. A geração de Cabral (Palestra feita na escola Piloto em 8 de fevereiro de 1973).
- AMADO, Leopoldo. Guiné Bissau, 30 anos de independência. *Africana studia*, n. 8, 2020.
- BARROS, Miguel. **Associativismo juvenil enquanto estratégia de integração social: o caso da Guiné-Bissau**. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa 2010.
- _____, Miguel. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau**: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas. Guiné-Bissau, 2014.
- BIALOBORSKA, Magdalena; BARROS, Miguel de. Ativismos em África: Introdução. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 40, p. 7-12, 2020.
- BORGES, Sonia Vaz. A Educação Política para a Libertação na Guiné-Bissau entre 1963-1974. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, s.d.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I**. Trad. Carmen C, Varriale et al. Coord. Trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Ed. Universidade de Brasília, Vol.1 - SP/Brasil, pp.1.330, 1998.
- BOAHEN, Albert Adu. África sob dominação colonial, 1880-1935 / História geral da África, VII edit. por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.1040 p.
- BOSCHI, Renato R. A arte da associação: política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: **IUPERJ/Vertice**, 1987.

BORGES, Sonia Vaz. A Educação Política para a Libertação na Guiné-Bissau entre 1963-1974. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, s.d.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. **Os golpes de estado na Guiné Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional** / Vagner Gomes Bijagó. – 2011. 131 f.

BRANDES, N.; ENGELS, B. **Social movements in Africa**. Stichproben - Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien. 2011.

BRANDÃO, Lucas Coelho. Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dhIEI> Acesso em: 23 fev. 2023.

BUSSOTTI, Luca e MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias**, Cadernos de Estudos Africanos, 2016.

CABRAL, Luís. **Crônica da libertação**. Lisboa: O Jornal, 1984.

CABRAL, Amílcar. **Textos políticos de Amílcar Cabral**. Coimbra, casa de cultura da juventude, 1979.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. **Virtudes satanizadas: epistemologias africanas e outros olhares**. São Paulo: Fontenele, 2020.

CARDOSO, Carlos. A FORMAÇÃO DA ELITE POLÍTICA NA GUINÉ – BISSAU. CEA - Centro de Estudos Africanos, 2002b.

_____, Carlos. A Transição Democrática na Guiné-Bissau Um Parto Difícil. Portal persée. p. 259-282, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2Xll0UF> Acesso em: 28 fev. 2023.

_____, Carlos. Classe política e transição democrática na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe. Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma Transição em Curso. Bissau: **Nova Gráfica**, p. 135-164, 1996.

CANDÉ MONTEIRO, A. O. **Guiné-Bissau: Da Luta Armada À Construção Do Estado Nacional - Conexões Entre O Discurso De Unidade Nacional E Diversidade Étnica (1959-1994)**. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Sociais) UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA), Salvador-BA, 2013.

CANDÉ MONTEIRO, A. O. **Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)**. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2020.

- CAVELA, Manuel Z. Participação e ativismo político nos estudantes angolanos do Ensino Superior. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE-IUL. p. 3-18, 2017.
- CÂMARA, A. A. F.; SOARES, P. B. D.; TERRA, A. D. G. Perspectivas teóricas sobre Movimentos Sociais. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 9, 2021.
- CHABAL, Patrick. **Litterature et liberation nationale: les cas d'Amilcar Cabral**. In: COLLOQUE INTERNATIONAL, 1998, Paris. *Les Litteratures africaines....* Fund. Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais? 1985.
- CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 17, n. 1, 2015.
- CELLARD, André. Análise documental. In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos/ trad. NASSER, A.C. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.*
- CRUZ, Jorge Manuel M. A. L. **O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética**. Dissertação (mestrado em Estudos Africanos) Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, 91 p. 2007.
- DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2012.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____ (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e terra; Campinas: editora da UNICAMP, 2006. p. 13-91.
- DJALÓ, Mamadú. Processo de ocupação da Guiné-Bissau: um olhar sociológico pela dominação. *Revista Mosaico Social*, v. 3, n. 3, p. 293-304, 2006.
- DE MELLO, Fabrício Cardoso. Reflexões críticas sobre o debate em torno dos movimentos sociais na África. **Revista Cantareira**, n. 25, 2016.
- DELLA Porta, D.; DIANI, M. *Social movements: An introduction*. Oxford: Blackwell, 2006.
- DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 219-250, 2010.
- DWYER, Peter; ZEILIG, Leo. **African Struggles Today: Social Movements Since Independence**. Haymarket Books, 2012.

DUARTE, A. L.; MEKSENAS, P. M. (2017). História E Movimentos sociais: Possibilidades E Impasses Na Constituição Do Campo Do Conhecimento. *Diálogos*, 12(1), 119 - 139. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38208>

FERREIRA, Átila Djawara Moreira. Normas constitucionais programáticas na ordem jurídica guineense. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2008. 135 f.

FERNANDES, Raul Mendes. **Processo democrático na Guiné-Bissau**. Soronda – INEP, Revista de Estudos Guineenses, n.º 17, janeiro 1994.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 19-48, 1989.

FREIRE, Paulo; À GUINÉ-BISSAU, Cartas. registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2077, 1978.

FURTADO, Cláudio. Democracia em África: possibilidades e limites. *Revista África*, n. 20-21, p. 199-217, 1998.

GARCIA, F. P. **Os movimentos independentistas, o islão e o poder português (1963-1974)**. Universidade católica portuguesa. Lisboa, 2017.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Rev. Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Em Tese, Vol. 2, n 1 (2), 2014, p. 75-91.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 16, n. 47, p. 333–513, 2011.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5ª edição. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. **Loyola**, são paulo, 2000.

GOMES, Bruno. **Movimentos estudantis em Guiné-Bissau em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as)**. 2021. 128 f. (Dissertação de mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG), Alfenas - MG, 2021.

GOMES, Pedro. Política de segurança alimentar e combate à fome na Guiné-Bissau. (Monografia Graduação em Administração Pública), Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/yE467> Acesso em: 18 jul. 2023.

GOMES, Justino. O lugar da juventude no processo da democratização e institucionalização de Estado na Guiné-Bissau (1990-2020). Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) Universidade Estadual do Ceará-UFC, Fortaleza, 2023.

HONWANA, Alcinda. Juventude, Waithood e Protestos Sociais em África. Desafios para Moçambique, 2014.

_____, Alcinda. O tempo da juventude: emprego, política e mudanças sociais em África. *Brazilian Journal*, v. 2, n. 4, p. 232-236, 2017.

HANDEM, A. **Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau**. – Projeto *No Na Tisi No Futuro*, IMVF, Lisboa, 2008.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo, Ática, 1994.

IHONVBERE, Julius O. From despotism to democracy: The rise of multiparty politics in Malawi. *Third World Quarterly*, v. 18, n. 2, p. 225-248, 1997.

KARL, Terry Lynn. Dilemmas of democratization in Latin America. *Comparative politics*, v. 23, n. 1, p. 1-21, 1990.

KOSTA, Aníran Y. P. K. **A Problemática do Sistema de Governo na Guiné-Bissau**. F. 88 Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016.

KOUDAWO, Fafali. Sociedade Civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. In: Fafali Koudawo & Peter Karibe Mendy (orgs.). **Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Instituto de Estudos e Pesquisa/INEP: Bissau, pp. 67-120, 1996.

KOUDAWO, Fafali. Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, Bissau, 2001.

LARMER, M. (2010). **Social movement struggle in Africa**. *Review of African Political Economy*, 37(125), 251-262.

LOPES, Carlos, *Compasso de Espera – O fundamental é o acessório na crise africana*. Ed. 627, Porto, 1997.

LIGA GUINENSE DOS DIREITOS HUMANOS. Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2013/2015. Bissau, 2016.

- LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul. Paz e Terra, 1999.
- MALFATTI, Selvino Antonio. Os Movimentos Sociais em Alain Touraine. Revt. **Estudos Filosóficos** nº 6 /2011, DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG, Pág. 217-228, 2011.
- MACUANE, José Jaime. Liberalização política e democratização na África: uma análise qualitativa. **Dados**, vol. 43, n. 4, p. 671–708, 2000.
- MACHADO, Eliel. Notas para uma tipologia classista dos “movimentos sociais”. *Crítica marxista*, n. 42, p. 83-102, 2018.
- MATOS, Dandara Silvia. Os movimentos de independência em África: Caso de estudo o Movimento Anticolonialista (MAC). *Revista Eletrônica Discente História. com*, v. 6, n. 11, p. 76-86, 2019.
- MAINWARING, Scott et al. (Ed.). *Building democratic institutions: Party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- MENDY, Karibe. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: *Pluralismo político na Guiné-Bissau: Uma transição em curso*. Coord. Fafali Koudawo; Karibe Mendy. **INEP**, 1996.
- MELLO, F. C. M. Reflexões Críticas Sobre O Debate: Em Torno dos Movimentos Sociais na África. **Revista Cantareira** – Ed. 25, 2016.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 49-66, 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/g4ySjtRNsBjW73tXTR4VNNs/> Acesso em: 06 jul. 2023.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3ª ed. São Paulo: **Cortez**, 2011.
- MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, p. 1-42, 2008.
- MONJANE, Boaventura. Movimentos sociais, sociedade civil e espaço público em Moçambique: uma análise crítica. *Cadernos CERU*, v. 27, n. 2, p. 144-155, 2016.
- MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Revista Sociedade e Estado** – Vol. 30 N 2. 2015.

- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e Civilizações. Do século XIX aos nossos dias. Tomo II 2ª ed.* Lisboa: Colibri, 2007.
- M'BUNDE, Timóteo Saba. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dixI6> Acesso em: 17 jun. 2023.
- NYONG'O, Peter Anyang. *The study of African politics: A critical appreciation of a heritage.* Heinrich Böll Foundation, 2002.
- NÓBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau.** Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. – Artes Gráficas Lda. 2003.
- NUNES, Cristina. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade, Sociologia, Problemas e Práticas. **CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.** Ed. Mundos Sociais, pp.131-147, 2014.
- O'DONNELL, Guillermo. Challenges to democratization in Brazil. *World Policy Journal*, v. 5, n. 2, p. 281-300, 1988.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. *Kritika*, n. Santiago de Chile, 1987.
- PERALVA, Angelina. Conflito E Movimentos sociais No Acionalismo De Alain Touraine. Dossiê - A Sociologia De Alain Touraine • **Lua Nova** (106) • Jan-Apr 2019 • <https://doi.org/10.1590/0102-160194/106>
- PÉLISSIER, René. **História da Guiné: Portugueses e africanos na Sênégambia (1841-1936).** Vol. 1 e 2. Lisboa, Estampa, 1989.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos Sociais: Abordagens Clássicas e Contemporâneas. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Ano 1, Edição 2, novembro de 2007.
- POUPART, Jean et. al. *A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Trad. Ana Cristina Nasser. 3. Ed. – Petrópolis. RJ: **Vozes**, 2012.
- PRUDENCIO, Kelly; GOSS, Karine Pereira. O conceito de movimentos sociais revisitado. *R. Em Tese, revista do PPGSP da UFSC, Brasil*, v. 1 n. 2 (2004).
- RODRIGUES, M. M. M. S. **Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos atores do Movimento de Moradores no Porto (1974-76).** Tese (Doutorado em ciência da

educação), FPCEUP - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, pp.248, 2009.

SÁ, Franklin G. C. **Os sucessivos Golpes Militares No Processo da Democratização Na Guiné-Bissau.**2010. 57 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso – Universidade Federal de Rio Grande de Sul, Porto alegre, 2010.

SANGREMAN, Carlos; et all. **A evolução política recente na Guiné-Bissau:** -As eleições presidenciais de 2005. Os conflitos; O desenvolvimento; A sociedade civil. Lisboa, 2006.

SEMEDO, Maria O. C. S. **As Mandjuandadi: cantigas de mulher na Guiné-Bissau:** da tradição oral à literatura (Tese do Doutorado). Belo Horizonte, pp. 121-189, 2010.

SEMEDO, R. J. **Ativismo Político-social e Crise Institucional na Guiné Bissau:** Caso do MCCI, *Bassora di Povu*, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo. Cadernos de Estudos Africanos, p. 13-36, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/5200> Acesso em: 04/06/2022.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC:** a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990). 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SILVA, Ricardo. **A Teoria Dos Movimentos Sociais De Nildo Viana.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 7, N. 2, 2018 (197-211).

SILVA, A. E. D. da. A Independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa. Porto: Afrontamento, 1997.

SOUSA, A, J. S. **Guiné-Bissau: A destruição de um país.** Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional. Pantone4, Lda. 1 ed. Coimbra, 2012.

SOUSA, M. G. Guiné-Bissau: **O golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança.** Lusíada, n.º 8, 2013.

SOUSA, Cláudio André de.; PEREIRA, Carla Galvão. Movimentos sociais. Ed. **UFBA-Faculdade de Direito**, Salvador, p. 69, 2022.

STRECK, Lenio Luiz; DE MORAIS, José Luis Bolzan. Ciência política e teoria geral do estado. Livr. do Advogado, 2004.

TARROW, Sidney. aRRow, sidney. El poder en movimiento. los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madri: alianza editorial, 1997.

TELLES, S. o. Silva; SOUSA, C. André. **Movimentos Sociais E Estado: uma reflexão teórica sobre a Teoria do Confronto Político.** Universidade Católica do Salvador | Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica- SEMOC | 2019.

_____, Charles. Movimentos sociais como política. Rev. **Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

TEIXEIRA, T. G. **As políticas econômicas e análise de programa de ajustamento estrutural em África: estudo de caso da Guiné-Bissau a partir dos anos de 1980.** Artigo (Licenciatura em Sociologia) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), Redenção-CE, p. 24. 2017.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. João José Silva Monteiro: uma retrospectiva reveladora. **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 35, p. 239-252, 2021.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. Transição democrática e modelos de democracia. **Tensões Mundiais**, v. 11, n. 21, p. 199-223, 2015.

_____, Ricardino J. D. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado.** Recife: Ed. do Autor. 2015.

TÉ, Paulo Anós; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 4, n. 4, 2020.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution.** Londres, Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

TILLY, Charles. **Collective violence in European perspective.** 1978.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia M. D. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: **Autêntica**, 1996.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, 2006.

URBINATI, Nádía. **Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática.** *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 9, n. 16, abr. 2010, p. 51-88.

VAN COTT, Donna Lee. *From Movements to Parties in Latin America: The Evolution of Ethnic Politics.* Tulane University, 2005

WARREN, Ilse Scherer. Dos Movimentos Sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade**, Florianópolis – Vol. 13 – n. 28 set/Dez., 2014.

ZECA, Kátia S. H. X. Debate em torno da construção do Estado em África, os movimentos sociais na construção da identidade moçambicana. **Revista África**[s], Vol. 6| Nº. 11 | Ano 2019.

ZIMMERMANN, da Silva. **Avante Guiné!** O PAIGC e a Luta Anticolonial. UFRRJ, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, 2011.

Links de Acesso:

Portal CPLP: <https://encurtador.com.br/dgkz7>

PIRES, R. M. B. Guiné-Bissau: Mon na lama versus Terra Ranka. Notícia publicado em 2016 no portal de notícia Africa Defence & Security. Link de acesso: <https://encurtador.com.br/eyz36>

Blog ditadura de consenso: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.com/2016/>

Blog Banbaram di padida: <https://bambaramdipadida.blogspot.com/search?q=MCCI>

Blog de notícias RFI: <https://encurtador.com.br/agk1N>

Jornal o democrata GB: <https://www.odemocratagb.com/?p=13615>